



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**

CLÊDISON SOUSA PINTO

**O DIALETO FALADO POR MORADORES DO PARANÁ DO JURUPARY- PUKU/
ALENQUER - PA: UM ESTUDO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA A
PARTIR DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA**

**SANTARÉM - PA
2024**

CLÊDISON SOUSA PINTO

**O DIALETO FALADO POR MORADORES DO PARANÁ DO JURUPARY- PUKU/
ALENQUER - PA: UM ESTUDO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA A
PARTIR DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Mestrado Acadêmico em Letras, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, como requisito final para a obtenção do título de Mestre, na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Linha de Pesquisa: 1 – Línguas, culturas e identidades na Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Heliud Luis Maia Moura

**SANTARÉM - PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ Ufopa

P659d Pinto, Clêdison Sousa
O dialeto falado por moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Alenquer
– PA: um estudo de variação e mudança linguística a partir da linguística
histórica./ Clêdison Sousa Pinto. – Santarém, 2024.
124 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Heliud Luis Maia Moura.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado Aca-
dêmico em Letras.

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa. 3. Jurupary – Puku. 4. Dialeto.
I. Moura, Heliud Luis Maia, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 469.7098115



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATA Nº 12

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, por meio de videoconferência Google Meet, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Drs(as). Prof. Dr. Heliud Luis Maia Moura (orientador e presidente), Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento (membro externo) e Profa. Dra. Silvia Cristina Barros de Souza Hall (membro interno) a fim de arguirem o mestrando CLÉDISON SOUSA PINTO, com a dissertação intitulada: O DIALETO FALADO POR MORADORES DO PARANÁ DO JURUPARY- PUKU/ ALENQUER - PA: um estudo de variação e mudança linguística a partir da linguística histórica". Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, o candidato respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

(x) Aprovado, fazendo jus ao título de Mestre em Letras

() Reprovado.

Documento assinado digitalmente
gov.br JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Data: 28/08/2024 10:45:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO, UFPI

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIA CRISTINA BARROS DE SOUZA HALL
Data: 28/08/2024 11:43:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. SILVIA CRISTINA BARROS DE SOUZA HALL, UFOPA

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br HELIUD LUIS MAIA MOURA
Data: 28/08/2024 10:40:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. HELIUD LUIS MAIA MOURA, UFOPA

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br CLÉDISON SOUSA PINTO
Data: 28/08/2024 11:17:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLÉDISON SOUSA PINTO

Mestrando

In memoriam

“Ao meu pai, Gabriel Soares Pinto, o migrante, filho de imigrante
e o galego mais caboclo que tive a honra em conhecer. A
Saudade dói, meu velho!!!“

AGRADECIMENTOS

A Deus meu “Criador”, por ser a base de minhas conquistas.

Ao Professor Heliud Luis Maia Moura, meu orientador, pelo apoio durante essa caminhada no Curso de Mestrado Acadêmico em Letras da UFOPA/ Santarém – PA.

A todos contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta Pesquisa.

“Como é estranho que ninguém tenha visto que para ter qualquer utilidade, toda observação deve ser contra uma opinião ou a favor dela” (Charles Darwin).

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a peculiaridade linguística e cultural dos moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação, ele é norteado pelos pressupostos da linguística histórica a partir da intervenção participante, da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, em observações realizadas *in loco* na Comunidade. O objetivo geral desta pesquisa é conhecer a historicidade e a contextualização que envolve os falares nativos dos habitantes do local. Assim, os objetivos específicos desta pesquisa são: descobrir a complexidade e as variantes externas relacionados ao modo de falar dos moradores; conhecer o linguajar, suas expressões e os principais fatores que contribuíram para a origem do falar tradicional da comunidade e identificar quais foram às influências linguísticas que contribuíram para a formação do dialeto nativo, onde foi investigado o contexto histórico/ linguístico do surgimento do linguajar peculiar, através de entrevistas em grupo focal com os moradores do local, culminando com a elaboração dos resultados da pesquisa. A geração de dados realizou-se nas condições naturais em que os fenômenos ocorreram, onde foram observados (03 pessoas nativas com idade superior a 60 anos, 03 moradores com idades entre 40 e 50 anos e 03 moradores com idade entre 18 e 30 anos). A técnica utilizada foi a observação direta, onde, a medida em que um observador acompanha as experiências diárias dos observados, pode tentar apreender a sua visão de mundo, o significado atribuído à realidade que os cerca e às suas próprias ações, como também, descobrir aspectos novos de um problema. O referencial teórico está embasado nos principais autores: Faraco (2005), Freire (2003/ 2011), Lucchesi (2009/ 2012), Rodrigues (2018), Silva (2008). A análise final desta pesquisa compreende a conjuntura que envolve contextualização histórica/ cultural e linguística da comunidade, dentro da vasta historicidade da língua portuguesa, onde se reconhece e coloca em evidência que a comunicação entre os moradores do local e suas expressões usadas no passado estão entrando em desuso, em função das mudanças linguísticas ocorridas com o passar do tempo, de novos agentes, de contatos linguísticos externos, através da evolução tecnológica e novas formas de comunicação. Assim, essa peculiaridade linguística se tornou restrita aos habitantes mais idosos, descendentes dos primeiros imigrantes portugueses do Paraná do Jurupary – Puku.

Palavras-chave: Linguística histórica. Língua portuguesa. Jurupary-Puku. Dialeto.

ABSTRACT

This work discusses the linguistic and cultural peculiarities of the residents of Paraná do Jurupary – Puku/Salvação Community. It is guided by the assumptions of historical linguistics based on participant intervention, bibliographical review and field research, in observations carried out in loco in the Community. The general objective of this research is to understand the historicity and contextualization that involves the native speech of the local inhabitants. Thus, the specific objectives of this research are: to discover the complexity and external variants related to the way the residents speak; to understand the language, its expressions and the main factors that contributed to the origin of the traditional speech of the community and to identify which were the linguistic influences that contributed to the formation of the native dialect, where the historical/linguistic context of the emergence of the peculiar language was investigated, through focus group interviews with the local residents, culminating in the elaboration of the research results. Data generation was carried out under the natural conditions in which the phenomena occurred, where they were observed (03 native people over 60 years of age, 03 residents between 40 and 50 years of age and 03 residents between 18 and 30 years of age). The technique used was direct observation, where, as an observer follows the daily experiences of those observed, he can try to understand their worldview, the meaning attributed to the reality that surrounds them and their own actions, as well as discover new aspects of a problem. The theoretical framework is based on the main authors: Faraco (2005), Freire (2003/2011), Lucchesi (2009/2012), Rodrigues (2018), Silva (2008). The final analysis of this research encompasses the context involving the historical/cultural and linguistic contextualization of the community, within the vast historicity of the Portuguese language, where it is recognized and highlighted that communication between local residents and their expressions used in the past are falling into disuse, due to linguistic changes that have occurred over time, new agents, external linguistic contacts, through technological evolution and new forms of communication. Thus, this linguistic peculiarity has become restricted to the oldest inhabitants, descendants of the first Portuguese immigrants from Paraná do Jurupary – Puku.

Keywords: Historical linguistics. Portuguese language. Jurupary-Puku. Dialect.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia	1	- Área de várzea.....	16
Fotografia	2	- Restingas.....	17
Fotografia	3	- Rodovia BR – 163/ Santarém – Cuiabá.....	18
Fotografia	4	- Rio Surubiú/ Igarapé de Alenquer.....	21
Fotografia	5	- Cidade de Alenquer – PA.....	23
Fotografia	6	- Cidade de Santarém – PA.....	25
Fotografia	7	- Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação.....	29
Fotografia	8	- Certidão de nascimento/ Paraná do Jurupary – Puku.....	32
Fotografia	9	- Enchente amazônica.....	34
Fotografia	10	- Maria Sebastiana Pinto e Francisquinho Pinto.....	38
Fotografia	11	- Casa da família Brito – Casa Salvação.....	39
Fotografia	12	- Igreja Católica – Paraná do Jurupary – Puku.....	42
Fotografia	13	- Maria Sebastiana Pinto.....	43
Fotografia	14	- Igrejas Cristãs: Católica e Evangélica.....	45
Fotografia	15	- Moradores nativos do Paraná do Jurupary – Puku.....	53
Fotografia	16	- Os indígenas do Vale amazônico.....	58
Fotografia	17	- O peixe assado no moquém.....	62
Fotografia	18	- A tradição cultural do nativo santareno/ Piracaia.....	63
Fotografia	19	- Escultura do peixe Tucunaré/ Orla da cidade de Santarém...	64

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	- Mapa do Brasil e local. demográfica do Estado do Pará.....	15
Figura	2	- Mapa do Município de Alenquer – PA.....	21
Figura	3	- Mapa hidrográfico de Alenquer – PA.....	23
Figura	4	- Mapa populacional de Alenquer – PA.....	25
Figura	5	- Mapa populacional de Santarém – PA.....	28
Figura	6	- Localização do Paraná do Jurupary - Puku.....	29
Figura	7	- As grandes enchentes da Amazônia até o ano de 1947.....	33
Figura	8	- Grupos linguísticos da Amazônia brasileira – Século XVI.....	61
Figura	9	- Herança lexical latina.....	82
Figura	10	- Etimologia da palavra Curral.....	85
Figura	11	- Etimologia da palavra Sanguessuga.....	87
Figura	12	- Etimologia da palavra Mocho.....	89
Figura	13	- Etimologia da palavra Colhudo.....	92
Figura	14	- Etimologia da palavra Mkorongo.....	94
Figura	15	- Etimologia da palavra Cavalo.....	95
Figura	16	- Etimologia da palavra Pavulagem.....	97
Figura	17	- Etimologia da palavra Caboclo.....	100
Figura	18	- Etimologia da palavra Folote.....	101
Figura	19	- Etimologia da palavra Virilha.....	103
Figura	20	- Etimologia da palavra Vera.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O ESTADO DO PARÁ.....	15
1.1 O Baixo Amazonas: seu contexto histórico e social.....	17
1.2 Alenquer: de Arcozellos ao Município atual.....	21
1.3 Santarém: a Capital Regional do Baixo Amazonas e seu Município....	27
2 O PARANÁ DO JURUPARY – PUKU/ COMUNIDADE SALVAÇÃO.....	30
2.1 A etnográfica nort. a cult. e mud. de nomenc. do Jurupary – Puku.....	36
2.2 Metodologia da pesquisa.....	47
3 O PROCESSO HISTÓRICO LINGUÍSTICO DA AMAZÔNIA.....	50
3.1 A mudança linguística do Vale amazônico.....	57
3.2 O sistema linguístico de contato Pidgin.....	67
3.3 A crioulização da língua portuguesa.....	68
3.4 Mudança linguística e dialeto em uma persp. da ling. histórica.....	72
4 O CORPUS.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE.....	114
ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se justifica a partir da importância de conhecermos a diversidade dos falares e das expressões regionais da língua portuguesa falada no interior da Amazônia brasileira e de descobrirmos a origem peculiar dos sotaques nativos dos habitantes do Paraná do Jurupary-Puku/ Comunidade Salvação em Alenquer – PA, suas características e diferenciações. Assim como, refletir e vislumbrar as mudanças linguísticas ao longo do tempo e quebras de paradigmas sociais em relação aos falares locais nos centros urbanos.

A partir do conhecimento da problemática e de termos a ciência dos fatores linguísticos peculiares da referida comunidade amazônica brasileira, tornou-se necessário estudarmos com mais profundidade a realidade que norteia a temática linguística histórica dos falares nativos da comunidade.

Através desta pesquisa, mostramos a contextualização histórica, da Comunidade, fazendo um resgate de suas tradições culturais, linguísticas e sociais, onde a partir desse conhecimento venha-se a fortalecer o sentido de respeito às tradições e a regionalidade linguística dos nativos, para que assim, através do resultado dessa pesquisa científica venhamos a repassar uma verdadeira informação cidadã crítica capaz de transformar o meio social linguístico em que o falante nativo esteja inserido, sem ter a vergonha de se expressarem função de sua variação linguística do português brasileiro. Assim, o referencial teórico está embasado nos principais autores: Faraco (2005), Freire (2003/ 2011), Lucchesi (2009/ 2012), Rodrigues (2018), Silva (2008).

Desta maneira, houve a necessidade de que durante as observações, conviver com o cotidiano do habitante nativo, onde busquei oportunizar a comunicação e as relações sociais no âmbito da Comunidade, investigando o seu contexto social e cultural, culminando com a elaboração dos resultados desta pesquisa e sua futura difusão no âmbito científico, tendo seu retorno histórico linguístico e educacional para a comunidade.

Nesse sentido, de acordo com Rodrigues (2018, p. 33) “as cidades do Baixo Amazonas paraense nasceram às margens do rio Tapajós, a partir da expulsão dos jesuítas”. A contar dessa situação, os fazendeiros da região tiveram suas propriedades reestruturadas pelo regimento do Diretório de Índios, que criou as regras para o comando civil, introduzindo as atividades agrícolas sob a organização de ramos de

produção, visando a suprir as demandas da colonização.

A comunidade da Salvação está localizada em uma área de várzea do rio Amazonas (2°1'60" S; 54°43'0" W), no município de Alenquer, PA, e está inserida no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Salvação, que é formado por três comunidades: Salvação, Vira-Volta e Ilha do Carmo. Seus moradores sobrevivem da pesca, da agricultura e de outras atividades econômicas.

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer a historicidade e a contextualização que envolve os falares nativos dos habitantes do local. Os objetivos específicos desta pesquisa são: descobrir a complexidade e as variantes externas relacionados ao modo de falar dos moradores; conhecer o linguajar, suas expressões e os principais fatores que contribuíram para a origem do falar tradicional da comunidade e identificar quais foram as influências linguísticas que contribuíram para a formação do dialeto nativo, onde foi investigado o contexto histórico/ linguístico do surgimento do linguajar peculiar.

Nesse sentido, no primeiro capítulo farei uma breve abordagem a respeito do Estado do Pará, como também, historiarei o Município de Alenquer e farei um breve histórico do Município de Santarém. Dessa maneira, no segundo capítulo discorrerei sobre a historicidade da Comunidade do Paraná do Jurupary – Puku/ comunidade salvação, como também, discorrerei sobre o processo etnográfico na Comunidade e a mudança de nomenclatura, terminando esse capítulo com a metodologia da pesquisa abordada no trabalho.

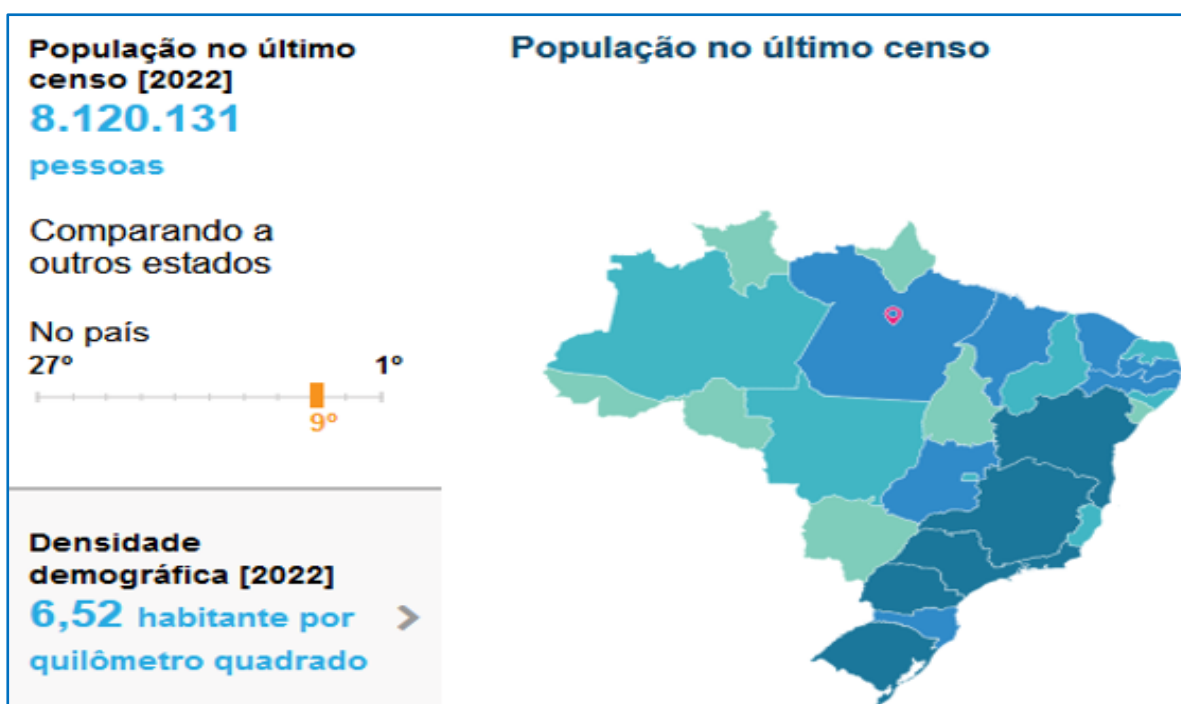
No terceiro capítulo, abordarei o processo linguístico histórico da Amazônia, também, explorarei a mudança linguística no vale amazônico; também, o sistema linguístico de contato "Pidgin", a crioulização da língua portuguesa e a mudança linguística e dialeto em uma perspectiva da linguística histórica. No quarto e último capítulo, apresento o Corpus da pesquisa, culminando com os resultados do trabalho e com as considerações finais.

Em síntese, justifico que essa pesquisa possui grande relevância social para o meio acadêmico, devido sua originalidade e característica histórica, linguística e cultural, cuja finalidade maior é evidenciar o dialeto falado por uma comunidade linguística da Amazônia, onde sua história e heranças culturais não são de conhecimento da maioria dos habitantes do estado do Pará, do Brasil e do mundo.

1 ESTADO DO PARÁ: um breve histórico

Localizado na região Norte do Brasil o Estado do Pará tem como capital o município de Belém. De acordo com os dados do IBGE (2024) possui uma população de 8.120.131 habitantes (Último censo 2022), e estimada de 8.664.306 em 2024. Seu território conta com uma área de 1.247.954,320 km², sendo que possui a Densidade demográfica de 6,52 habitantes por quilômetro quadrado por habitante. Atualmente o Estado possui 144 municípios. O rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2023) é de R\$: 1.282,00 reais (IBGE, 2024).

Figura 1 – Mapa do Brasil e localização demográfica do Estado do Pará



Fonte: IBGE, 2024.

A colonização do estado do Pará começou pelos portugueses com o objetivo de explorar sua biodiversidade local, que tinha um grande valor econômico para o comércio europeu. Portanto a cidade de Belém foi a primeira região a ser habitada pela colônia de Portugal, em 1616, para a extração de cacau, salsa, guaraná, e outras especiarias, as chamadas drogas do sertão (Governo do Estado do Pará, 2015).

Conforme o Governo do Estado do Pará (2015), durante o século XVII e XVIII a igreja católica teve um papel importante na colonização do estado, pois as missões

realizadas pelos sacerdotes garantiam a permanência dos índios na região, onde auxiliavam na extração das matérias-primas. No início do século XIX os jesuítas foram expulsos da região com o objetivo de dinamizar a economia local, incrementando o comércio e o tráfico negreiro. Nesse contexto, em 1835 iniciava-se o movimento liderado pelas classes populares que ficou conhecido como “A Cabanagem”, que tinha por objetivo lutar pela independência do estado. O conflito gerou um número elevado de morte na região e marcou definitivamente a história da região (Governo do Estado do Pará, 2015).

Logo após a crise que se estendia pelo estado, começava um novo ciclo econômico que voltava a equilibrar a cidade, o ciclo da borracha. Já na década de 1960 desacelerou os investimentos na extração de borracha e começava a extração de minérios na região. Portanto o Pará apresenta uma rica diversidade cultural, se caracterizando pelos artesanatos produzidos na região, a diversidade de suas joias, além dos seus atrativos culturais com danças típicas (Governo do Estado do Pará, 2015).

1.1 Baixo Amazonas: seu contexto histórico e social

A região denominada de Baixo Amazonas compreende a faixa marginal ao Rio Amazonas e seus afluentes, no trecho compreendido entre a foz do Rio Negro à montante e a foz do rio Xingu à jusante. Nesse sentido, de acordo com Teixeira (2003, p.6), as áreas de várzea são formadas apenas às margens dos rios de água branca ou barrenta, através da *colmatagem*¹ de partículas minerais e orgânicas que o rio carrega em suas águas; este terreno inundável é de aluvião recente.

Nesse contexto, a região do Baixo Amazonas é composta por importantes cidades que fomentam a economia do Estado do Pará. Ela é formada por 13 (treze) Municípios que compõem seu território, sendo elas de grande importância para o desenvolvimento da Amazônia brasileira: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Mojuí dos Campos, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

Fotografia 1 - Área de várzea



Fonte: Autor, 2023.

¹ Processo de conduzir águas que contêm detritos minerais e orgânicos para terras baixas, com o fim de aumentar a fertilidade dessas terras.

A maior parte dessa região é composta da área da várzea, que, segundo Teixeira (2003, p.6), “apresenta uma pequena declividade da margem do rio para o interior”. A área de várzea, normalmente é a parte mais alta da margem do rio, ela geralmente é uma faixa estreita de terra que acompanha o fluxo da água, que normalmente, na sequência desse contexto surgem os campos de cota mais baixa, seguindo mais a frente por uma depressão na área, que é ocupada pelos lagos.

Dessa maneira, a parte de terra mais alta relativamente, são chamadas de “Restingas”. Nesse contexto, a parte de terra que compõe as margens dos lagos são normalmente as mais utilizadas para agricultura de subsistência pelos moradores ribeirinhos, da Amazônia brasileira.

A região do Baixo Amazonas é regida literalmente pelos rios e pelo fluxo das águas, a vida do ribeirinho está intimamente unida ao regime das águas; a oscilação do nível dos rios e lagos ocorre periodicamente. De acordo com Teixeira (2003, p.6), “a cada ano há um período de enchente, geralmente de dezembro/janeiro a maio/junho, e um período de vazante de julho/agosto a dezembro”.

Fotografia 2 - Restingas



Fonte: Autor, 2023.

O cultivo, o pescado e a sobrevivência do habitante do Baixo Amazonas seguem uma tradição cultural advinda desde antes do período colonial, onde o plantio

dos alimentos é realizado no início do período das chuvas, que combina com a chegada da enchente (subida da água). No entanto, apesar dessa regra, acontecem as exceções, onde há o risco de perda da lavoura se houver mudanças meteorológicas e o ciclo natural das águas se modificar, assim, como, o período de pesca obedece ao processo natural da enchente e vazante, onde a fartura de pescado é na descida das águas, ficando escasso na enchente.

Fotografia 3 – Rodovia BR – 163/ Santarém – Cuiabá



Fonte: Carneiro, 2016.

Os rios do Baixo Amazonas são as principais vias de acesso entre as zonas urbanas e rurais do Oeste do Estado do Pará, tendo também, as rodovias como potenciais meios de mobilidade entre as localidades mais distantes dos rios da Amazônia, o maior destaque entre essas vias é a Rodovia BR – 163, que possui 3.579 km em sua extensão total, seu trecho principal liga as cidades de Santarém – Pará a cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul.

No entanto, as principais cidades do Baixo Amazonas nasceram às margens do rio Tapajós, segundo Rodrigues (2018, p. 30), “a partir da expulsão dos jesuítas, quando suas fazendas foram reestruturadas pelo regimento do Diretório de Índios” (Diretório dos Índios foi uma lei publicada em 1758, que tinha como diretriz a normatização de diversas práticas coloniais, das relações entre indígenas e colonos).

A lei criou as regras para o comando civil, introduzindo as atividades agrícolas sob a organização de ramos de produção, visando a suprir as demandas da colonização. Na virada do XIX para o século XX houve a primeira medida para a modernização desta sub-região, sendo protagonizada pela riqueza obtida com a economia da borracha. O fracasso desse projeto deixou marcas na história e na cultura da região devido à implantação de uma infraestrutura urbana às margens do rio Tapajós (Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas, 2012) (Rodrigues, 2018, p. 30).

A Lei de Diretório dos Índios foi impactante para a cultura e a língua na região do Baixo Amazonas, uma vez que através desse diretório de leis o rei de Portugal determinou o banimento de qualquer religião local, passando, os nativos a obedecer ao padrão e tradições da religião oficial do império, o cristianismo. No campo linguístico, se proibiu o uso da língua geral da Amazônia (Nheengatu), que era a forma de comunicação entre indígenas, europeus e era a língua ensinada pelos Jesuítas aos colonos e seus filhos.

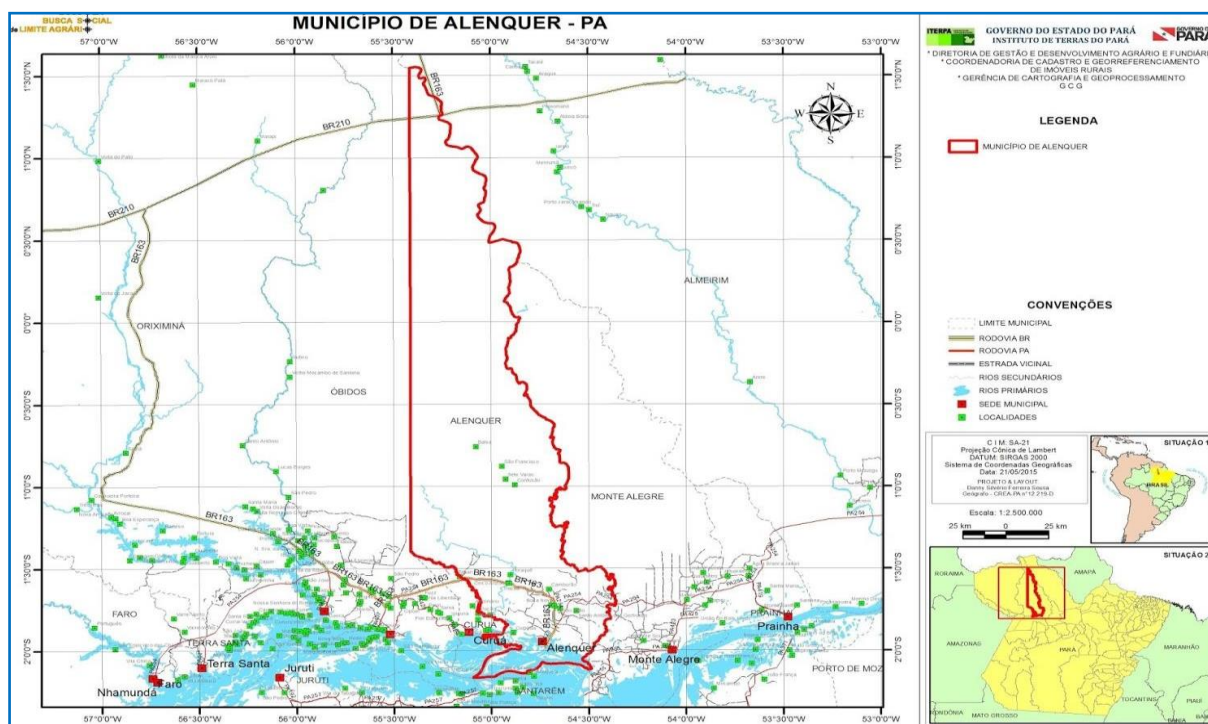
Nesse contexto, a atividade agrícola de subsistência desenvolvida desde o período colonial no território do Baixo Amazonas, às margens dos rios, se dá em conformidade de o mesmo possuir a paisagem geomorfológica formada por áreas de várzea e de terra firme, onde a várzea se localiza ao longo dos cursos d'água, nas áreas mais baixas, que estão sujeitas às inundações, que acontecem em certos períodos do ano. Segundo Rodrigues (2018, p. 33), justamente sobre este solo específico são lançados periodicamente sedimentos que o fertilizam criando unidades de maior importância devido à área que abrangem.

1.2 Alenquer: de Arcozellos ao Município atual

De acordo com Brasil (2023, p. 1), “o território do município de Alenquer constituiu nos primitivos tempos da colonização amazônica, uma das zonas de catequese dos capuchos da piedade, nos fins do século XVII”, eles se estabeleceram às margens do rio Curuá, um pouco acima de sua foz. Assim, Conforme Brasil (2023), o local atraiu e concentrou várias etnias indígenas da região, alguns, como a tribo dos Barés ou Abarés, foram ali aldeados, posteriormente deu-se a essa aldeia a denominação de “Arcozellos”, uma alusão a uma localidade portuguesa.

Dessa maneira, o povoado era composto por diversas etnias e tinha uma aldeia central, no entanto, alguns problemas foram surgindo, entre eles, a dificuldade de comunicação com outros povos eram inúmeras no período do verão, devido à falta de chuva e a vazante, dificultando as águas nos dois estreitos canais da boca do rio Curuá. Porém, esses não eram as únicas dificuldades enfrentadas pelos moradores locais, de acordo com Brasil (2023), também, “apareceram às endemias paralelas a aglomeração de aldeados em uma mesma localidade sem os devidos cuidados com o saneamento básico”.

Figura 2 – Mapa do Município de Alenquer - PA



Fonte: Pará, 2017.

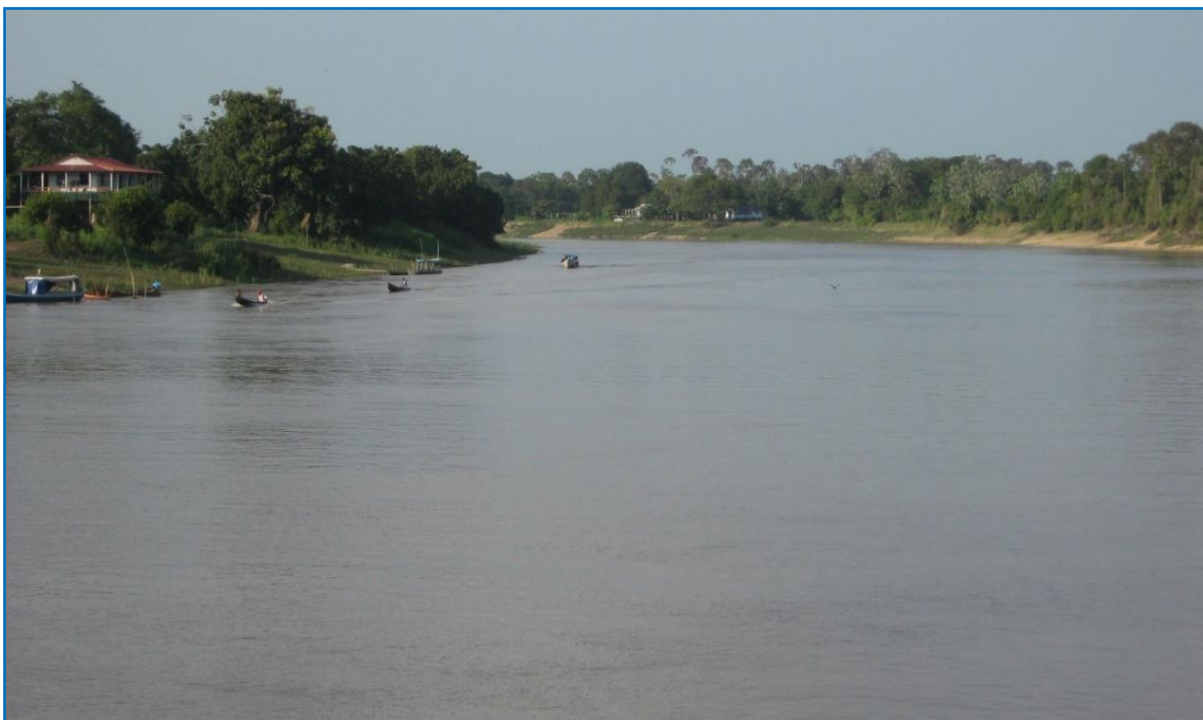
As epidemias, o isolamento e a falta de comunicação com outros povos, em função do meio de transporte ser prejudicado devido à falta de água no rio Curuá no período do verão amazônico, foram fatores determinantes para a mudança da sede dos padres capuchinhos para um outro local.

Conforme informações de Brasil (2023), os aldeados de “Arcozellos” tiveram a ajuda primordial de índios do rio Trombetas na mudança de sua sede. Dessa maneira, se transferiram à margem direita do Rio Surubiú e lá fundaram a “Aldeia de Surubiú”, uma alusão ao rio que banhava o novo povoado, que atualmente é denominado “Igarapé de Alenquer”.

O rio Surubiú percorre a cidade de Alenquer pelo lado sul, é desaguadouro do lago do Itacarará e utilizado pela população local, oferecendo navegação em toda época do ano para embarcações de pequeno porte. Segundo a Agência Nacional das Águas, Alenquer pertence à sub-bacia do rio Tapajós, sendo esta uma entre as nove sub-bacias nas quais a Bacia Amazônia é dividida no território brasileiro (Rodrigues, 2018, p. 35).

O Rio Surubiú possui profundidade adequada para o transporte fluvial de pequenas embarcações e navios de médio porte, por ser uma sub-bacia e não ter a profundidade adequada para a navegação de grandes embarcações.

Fotografia 4 – O Rio Surubiú/ Igarapé de Alenquer



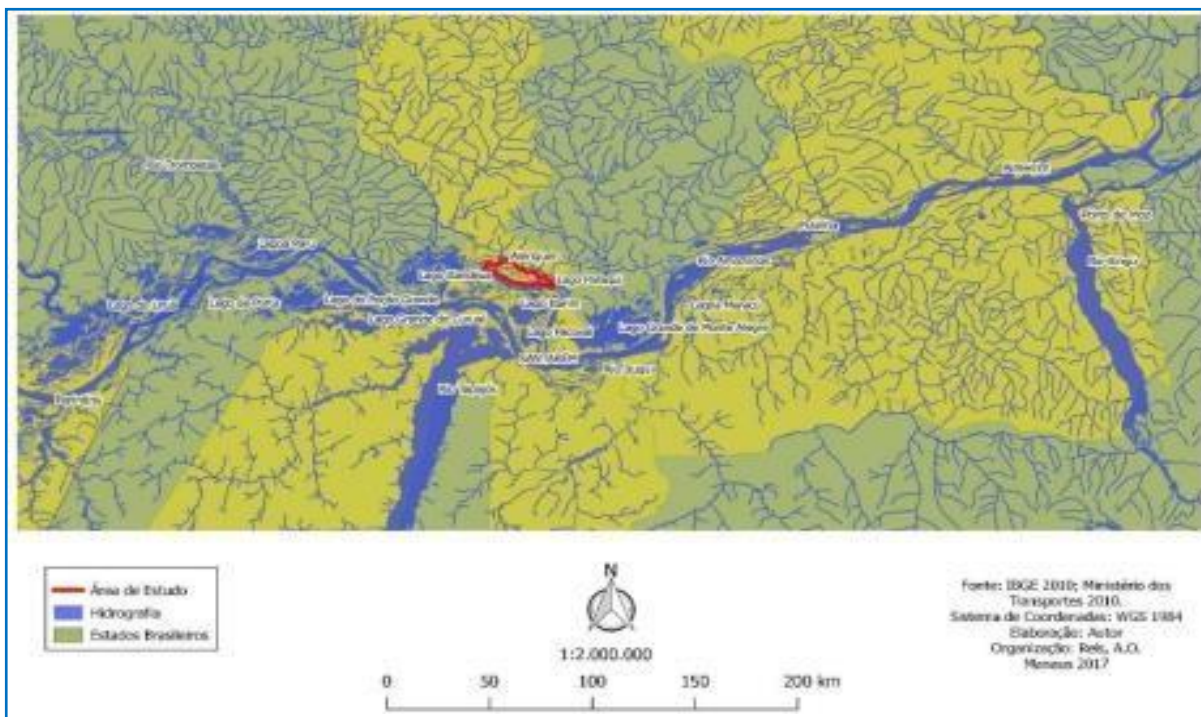
Fonte: Autor, 2023.

No entanto, o rio possui a quantidade de água adequada e suficiente para que seja utilizado por embarcações durante todas as estações do ano, assim, facilitando o comércio e transporte de pessoas durante os períodos de enchente e vazante das águas amazônicas.

Com a vinda de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em meados do século XVIII, que se reportava diretamente ao Rei de Portugal, algumas medidas foram implantadas em relação aos povoados da Amazônia, trouxe instruções de dar uma nova feição administrativa à Amazônia. Segundo Rodrigues, (2018, p. 36), “entre as medidas a que foram implantadas estavam a de elevar à categoria de vila as povoações que julgasse em condições de o merecer”.

A partir da nova determinação Real portuguesa, em 1758, o governador deu o status de “Vila” ao antigo povoado de “Arcozelos”, passando a chamar-se de “Alenquer”, nome de origem portuguesa em alusão a cidade do Distrito de Lisboa, na capital do Reino português. Esse acontecimento foi pautado pela política que demarcava as fronteiras da Amazônia portuguesa e espanhola.

Figura 3 – Mapa hidrográfico de Alenquer - PA



Fonte: Reis, 2017.

Essa Norma foi estabelecida por Mendonça Furtado, que era irmão de Marquês de Pombal, onde essa normatização colocava o império português como ocupante legal das localidades com nomes de cidades portuguesas em Portugal. Assim, Leonardi (1999), dá suporte ao fato:

Essa mudança de nome obedecia a uma política definida por Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal, em um momento em que a demarcação das fronteiras amazônicas entre espanhóis e portugueses estava sendo feita – tratado de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777. Segundo essa geopolítica, os povoados amazônicos deveriam adotar nomes portugueses. Outros tinham, desde o início, nomes desse tipo e assim permaneceram. A toponímia lusófica auxiliava, dessa maneira, os diplomatas de Lisboa. Surgem assim, na Amazônia, localidades com nomes idênticos aos de vilas e cidades da metrópole: Silves, Santarém, Alenquer, Bragança, Óbidos, Borba, Aveiro, Monte Alegre, Vizeu, Carracedo, Porto de Moz, Melgaço, Beja, Ourém, Badajós. Os nomes antigos foram abandonados. (Leonardi, 1999, p. 10).

A mudança na política de povoamento da Amazônia foi planejada e executada para atingir fins políticos e jurídicos em relação ao Tratado de Madri de 1750 e Santo Ildefonso em 1777, que definia a demarcação e limites de fronteiras entre o reinado português e o espanhol.

Segundo a nova norma, os povoados que já possuíam nomes portugueses, permaneceriam com os mesmos, mas os demais deveriam mudar para nomes idênticos aos de cidades portuguesa, como: Alenquer, Aveiro, Badajós, Bragança, Borba, Beja, Carracedo, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Ourém, Porto de Moz, Santarém, Silves e Vizeu.

Alenquer foi elevada à categoria de cidade em de 10 de junho de 1881, pela Lei nº 1.050, possui uma população estimada de 69.377 pessoas, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2022, a densidade demográfica era de 2,93 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 23 e 120 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 477 e 5201 de 5570.

Fotografia 5 – Cidade de Alenquer - PA

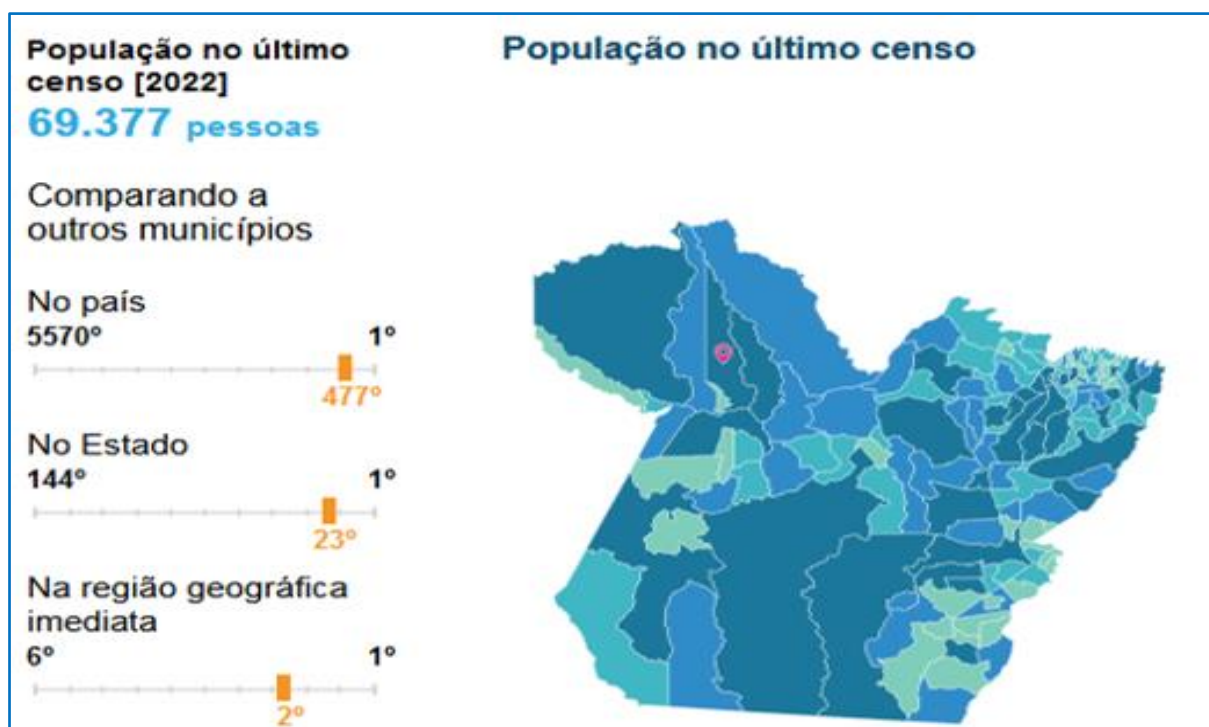


Fonte: Santos, 2021.

O Município possui uma economia voltada para as atividades sazonais de extrativismo, pesca, agricultura e pecuária. O Município possui grande destaque regional na agricultura e na pecuária, onde destacam-se a produção de farinha de mandioca, milho, arroz, feijão, melancia e limão, outro destaque relevante do município é a criação de gado de corte e venda dos produtos derivados para as cidades próximas e Santarém.

O Município de Alenquer está localizado no Oeste do Estado do Pará, que inclui: Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Uruará e Terra Santa. Assim, conforme a Lei Estadual n.º 5924 de 28 de dezembro de 1995, o distrito de Curuá foi desmembrado da cidade de Alenquer e elevado à categoria de Município. Assim, em divisão territorial datada de 2001, o Município de Alenquer é constituído do distrito sede, permanecendo em divisão territorial datada de 2014 (Brasil, 2023).

Figura 4 – Mapa populacional de Alenquer – PA/ Censo 2022



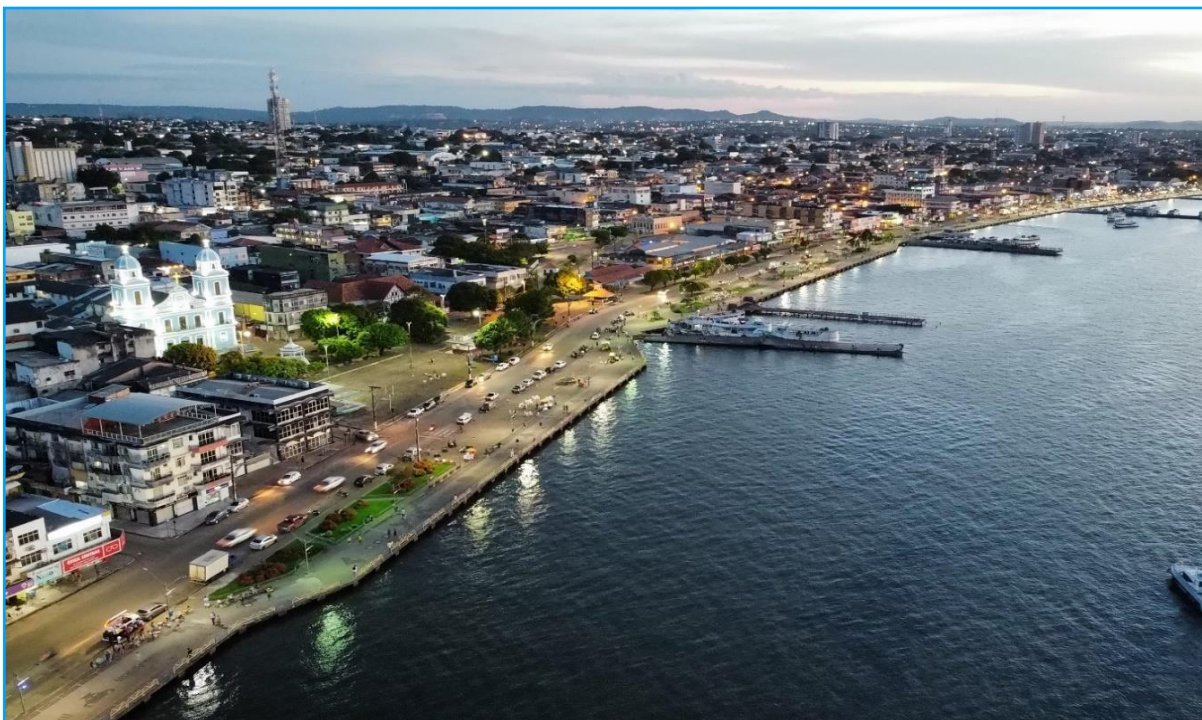
Fonte: IBGE, 2024.

Nesse contexto, Alenquer está situada entre as coordenadas 00°22'52" de latitude norte, 02°25'34" de latitude sul, 53°41'52" e 54°54'13" de longitude oeste, limita-se e ocupa uma área de 24.464 km². Segundo Brasil (2023), o município faz divisão territorial ao Norte com o Município de Monte Alegre, ao Sul, com Santarém e Juruti, a Leste, com Monte Alegre e a Oeste, com Curuá e Óbidos. Alenquer faz parte da mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião do Município de Santarém e tendo como "Capital Regional" a cidade de Santarém.

1.3 Santarém: a Capital Regional do Baixo Amazonas e seu Município

A cidade de Santarém está localizada no estado do Pará. A cidade de Santarém era habitada por índios Tuapius onde vivam e faziam suas plantações na região. No século XVII com a ocupação da Amazônia por diversos grupos, dentre eles os ingleses, espanhóis e holandeses, em busca das chamadas “drogas do sertão”, que eram o cacau, salsa, cravo e guaraná, onde começaram a buscar a mão-de-obra dos índios Tuapius por serem ótimos pescadores e caçadores e sabiam onde encontrar as “drogas do sertão” (IBGE, 2015).

Fotografia 6 – Cidade de Santarém – PA, Capital Regional do Baixo Amazonas



Fonte: Moreira, 2022.

Por volta de 1626, a capitania portuguesa chegou à região de Santarém com o objetivo de comprar prisioneiros de guerras para depois escravizá-los. Porém as lideranças das tribos indígenas não aceitaram, e a capitania portuguesa optou por manter um bom relacionamento com os índios da região. Essa capitania liderada por Pedro Teixeira foi considerada a mais importante, pois conseguiu navegar pelo rio Tapajós contatando os nativos que ali habitavam (Prefeitura de Santarém, 2015).

Em 1661, os jesuítas começaram a catequisar os índios da região, onde foi criada a missão da aldeia dos Tapajós que enviou o padre João Felipe Bettendorff,

que deu origem ao município de Santarém em 22 de junho de 1661. Em 1758 os jesuítas foram expulsos do local e a região foi elevada à Vila de Santarém. Em 19 de setembro de 1823 a cidade de Santarém teve sua independência proclamada em adesão ao Brasil (Prefeitura de Santarém, 2015).

A economia do município começou com a produção agrícola dos índios Tuapius, e logo foi impulsionada pela busca das “drogas do sertão” na região, posteriormente dando lugar para o cultivo de cacau, da borracha e o cultivo de juta. A partir de 1970 a economia se baseou no cultivo de Pimenta do Reino e na extração de ouro. A cultura, os festejos e a paisagem natural do município atraíram turista para conhecer a região a ajuda a movimentar a economia da cidade (Prefeitura de Santarém, 2015).

A cidade de Santarém possui uma população estimada de 296.302 habitantes, segundo o IBGE (2017). A cidade é o principal centro urbano financeiro, comercial e cultural do Oeste do estado do Pará. Assim, é uma das mais antigas da região amazônica e se constituiu como uma das mais importantes também.

De acordo com a Prefeitura de Santarém (2017), é uma cidade do interior com características de cidade grande, é a sede da Região Metropolitana do Município de Santarém, é o segundo maior aglomerado urbano do Pará, e seus números comprovam essa grandeza, ela é o 3º município mais populoso do Pará e um dos maiores de toda a região norte e do Brasil.

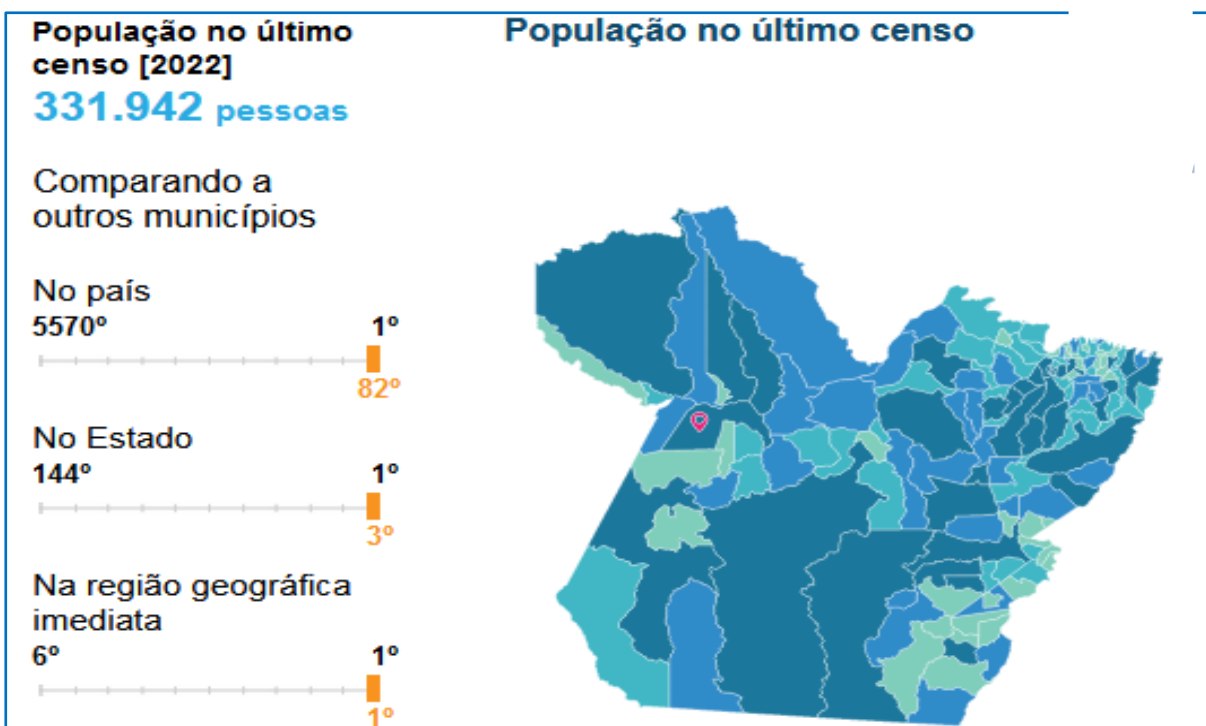
Conforme IBGE (2024), em 2022, a população era de 331.942 habitantes e a densidade demográfica era de 18,55 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 3 e 52 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 82 e 3380 de 5570.

Neste sentido, segundo dados do IBGE (2024), em 2021, o PIB per capita era de R\$ 20.725,66. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 39 de 144 entre os municípios do estado e na 3075 de 5570 entre todos os municípios.

Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 81,36%, o que o colocava na posição 100 de 144 entre os municípios do estado e na 3582 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 1.347.817.717,75 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 1.245.140.952 (x1000). Isso deixa o município nas posições 5 e 5 de 144 entre os municípios do estado e na 117 e 123 de 5570 entre todos os

municípios.

Figura 5 – Mapa populacional de Santarém – PA/ Censo 2022



Fonte: IBGE, 2024.

A cidade de Santarém ocupa uma área de 22.887,080 km² em uma localização privilegiada, está em torno de 800km das maiores capitais da Amazônia: Belém e Manaus. Ela é cercada pelo rio Tapajós, com vista para uma das mais belas paisagens da região amazônica: o encontro das águas límpidas do Tapajós com as águas turvas do rio Amazonas.

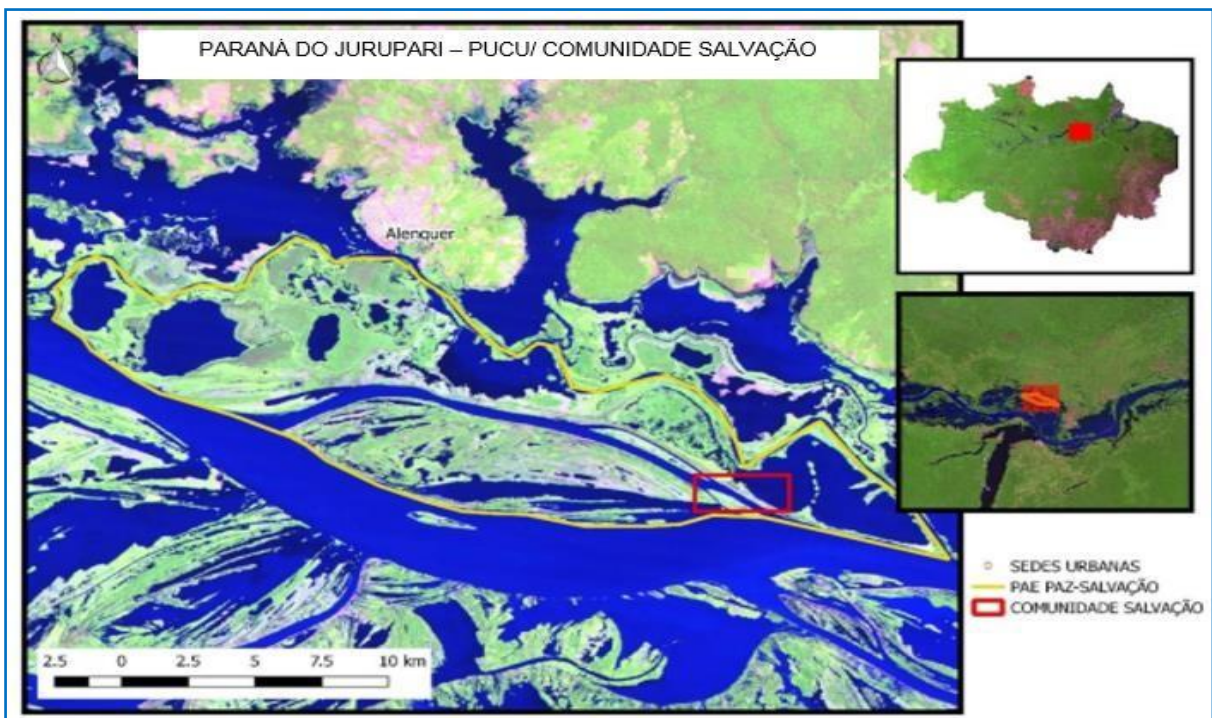
Neste sentido, as belezas naturais de Santarém encantam moradores e turistas. Assim, literalmente, a cidade é conhecida como a “Pérola do Tapajós”, está incluída no plano das cidades históricas do Brasil e seu destino mais famoso é “Alter do Chão”, suas praias de águas doces e transparentes levam o local a ser conhecido como o “Caribe Brasileiro”.

2 O PARANÁ DO JURUPARY – PUKU/ COMUNIDADE SALVAÇÃO

A comunidade denominada Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação está localizada em uma área de várzea do rio Amazonas ($2^{\circ}1'60''$ S; $54^{\circ}43'0''$ W), no município de Alenquer, PA, à margem direita do paraná Jurupary – Puku, segundo Rodrigues (2018, p. 51), ela está inserida no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Salvação, o vilarejo é formado por três comunidades: Salvação, Vira-Volta e Ilha do Carmo.

O meio de transporte para chegar até a comunidade é por via fluvial, fica distante duas horas de barco motor de Alenquer, sede do município e quatro horas de Santarém, capital regional, no período de cheia dos rios na Amazônia. No entanto, segundo Teixeira (2003, p.8), “a viagem até a comunidade pode ser feita via lago (encurtando o caminho), na época da vazante, quando a viagem só pode ser feita pelo paraná”.

Figura 6 – Localização do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação, Alenquer - PA



Fonte: Rodrigues, 2018

Dessa maneira, o Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação é a comunidade mais afastada de seu município de origem, Alenquer, pelo Rio Amazonas, ficando mais próximo ao Município de Santarém via fluvial. A subsistência da comunidade é através

da pesca, da agricultura no período da vazante, da criação de animais de grande e pequeno porte, e outras atividades desenvolvidas pelos complementar a renda e a permanência da maioria dos moradores da vila.

Fotografia 7 – Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação



Fonte: Autor, 2023.

A comunidade Salvação, hoje possui essa denominação, mas anteriormente era denominada Paraná do Jurupary – Puku, ou apenas Jurupary – Puku, nome de origem “Tupi”, onde, Jurupary, significa (Demônio dos sonhos) e Puku, possui o significado de Grande, Alto, Extenso, Comprido. Logo, por se tratar de uma comprida e estreita extensão de terra (Paraná), pode-se entender que significava na língua tupi, “Paraná do Jurupary”, em alusão ao lendário amazônico compreendido como uma assustadora entidade da floresta, temida pelos moradores tradicionais da região amazônica.

Nesse contexto, conforme a pesquisa de Rodrigues (2018), alguns moradores mais antigos da comunidade, relatam que o nome original da comunidade se dava em função de que havia a aparição fantasmagórica de um animal parecido com o Jurupary das lendas amazônicas. Essa denominação era comum ser utilizada para exemplificar e assumir o lugar da entidade “Diabo”, configurado pelo cristianismo, pelos primeiros missionários na catequização dos povos indígenas da Amazônia.

Originalmente, o local era habitado por indígenas e o idioma a se falar por eles, era do troco tupi, *in vero*, existem vários registros documentais antigos comprovando o nome anterior da comunidade, na língua tupi, como é o caso de Certidões de nascimentos de moradores idosos do povoado. No entanto, a mudança do nome da Vila para “Salvação”, se deu devido alguns acontecimentos de ordem da natureza, devido uma grande enchente no Rio Amazonas no ano de 1947.

Fotografia 8 – Certidão de nascimento - Paraná do Jurupary – Puku

REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO

NASCIMENTO N.º -7507-:::.....

Onésifora Valente Monteiro
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC.

CERTIFICO que à fls. quarenta e três do livro N.º A-
Registro de Nascimentos, foi registrado hoje, o assento GABRIEL SOARES
nascido
quatro (4) dias :::::do mês de -Maio- :::::de mil
quarenta e dois (1942), no lugar Juruaripecú, deste município
de Paraná :::::às nove horas hora s, do sexo -mas-
côr -morena- filho natural de Ana Caetano Pinheiro
Monteiro, residente neste município de Alenquer. :::::.....

Fonte: Autor, 2024.

De acordo com Le Cointe (1948, p. 176), a enchente de 1947 foi uma verdadeira calamidade na Amazônia brasileira, principalmente no Baixo-Amazonas, a área mais povoada e cultivada do grande Vale amazônico, a área mais habitada às margens do Rio Amazonas nesse período, compreende-se, de Itacoatiara, no Amazonas, até Santarém, no Oeste paraense. Assim, a grande quantidade de água que inundou toda a região nesse ano foi catastrófica, Le Cointe (1948), comenta que:

As águas inundaram os cacauais, estragando-os, destruíram as plantações de juta, indústria nova em plena fase de prometedor desenvolvimento, levaram as pequenas culturas alimentícias, alagaram os campos, morrendo o gado por falta de pastagens e de pouso, manifestando-se epidemias nas pequenas criações e piorando bastante o estado sanitário geral (Le Cointe, 1948, p. 176).

Compreende-se, que a inundação que ocorreu no ano de 1947 foi devastadora para a região do Baixo – Amazonas, ela deixou a sua popula o, moradora da várzea, em situa o calamitosa, onde todas suas propriedades, planta es e cria es foram invadidas pelas águas advindas da forte enchente, ficaram sem alimentos, água potável e várias doenças derivadas da falta de um estado sanitário adequado.

Figura 7 – As grandes enchentes da Amazônia até o ano de 1947

(1)	1892	(6)	1918
(1)	1895	(4)	1921
(2)	1898	(7)	1922
(1)	1901	(5)	1931
(2)	1904	(6)	1934
(3)	1908	(7)	1938
(4)	1909	(6)	1944
(4)	1913	(8)	1947

Fonte: Le Cointe, (1948).

A situa o ficou mais alarmante em rela o a pequenas cria es, que foram infectadas por bactérias advinda dos detritos levados pelas  guas. Esse evento catastrófico da natureza se deu em fun o do degelo nos cumes elevados da Cordilheira dos Andes, que segundo Le Cointe (1948, p. 176), durante a metade do ano acumulam-se grandes quantidades de neve, e quando ocorre o descongelamento.

Nesse sentido, esse processo d  forma a uma enorme massa de água que se precipita, carregando pedras, areias e lama derivadas da violenta erosão dos flancos abruptos das serras geladas. No que diz respeito ao contexto que envolve o processo de forma o das alaga es no Baixo – Amazonas, Le Cointe (1948), comenta que:

As ondas furiosas das torrentes assim formadas que, reunindo-se vão alimentar as cabeceiras. Alcançada a planície levemente inclinada para leste, as águas barrentas correm, arrastando e depositando em seu caminho as matérias sólidas mais pesadas, cobrindo assim, todo o fundo do Vale de uma camada esfeça e larga de aluviões, quase plana, cujas depressões, primitivamente ocupadas por extensos lagos, são pouco a pouco aterradas quando, periodicamente é inundada a maior parte do vale, e através da qual o principal canal de escoamento serpenteia de borda a borda em longas ondulações, buscando saída para o Oceano (Le Cointe, 1948, p. 177).

Compreende-se que, a partir do degelo dos elevados cumes nas Cordilheiras dos andes, forma-se uma gigantesca “avalanche” de neve derretida, dando origem a um imenso deslizamento aquático, que por sua vez, desce em direção as partes baixas das nascentes dos rios que banham a Amazônia e seu território. Esse processo se dá de forma brusca e violenta, levando todos os sedimentos possíveis que se encontrarem pela frente, Le Cointe (1948), afirma que:

O momento é crítico, da resolução que será tomada, agora depende a existência de sólidos alicerces sobre os quais deverão firmar-se todos os planos construtivos de valorização do vale amazônico para que eles não sejam em breve solapados e derrubados pelas águas indomadas do Rio Mar (Le Cointe, 1948, p. 177).

Fotografia 9 – Enchente amazônica



Fonte: Autor, 2023.

Esse processo de enxurrada não acontece periodicamente, mas já aconteceu em algumas ocasiões ao longo da história da Amazônia, e justamente na grande cheia de 1947, ele deixou o então, “Paraná do Jurupary – Puku” completamente alagado e sem condição de habitação.

2.1 A etnográfica norteando a cultura a e mudança de nomenclatura do Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. No entanto, de acordo com Matos (2011, p. 50), utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não seguem uma padronização rígida ou pré-determinada. Assim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. A esse respeito a autora comenta que:

Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador (Matos, 2011, p. 50).

Nesse contexto, entendo que a etnografia quando é trabalhada em uma abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que busquem encontrar especificidades dentro do contexto social, como: desigualdades, processos de exclusão e situações sócio interacionais.

A pesquisa etnográfica fundamenta-se na inserção do pesquisador em um campo diferente, do ponto de vista cultural, de seu próprio habitat durante um longo período. A prática etnográfica consiste basicamente em estabelecer relações, selecionar informantes e tentar salvar o dito em um discurso social em formas pesquisáveis. O estudo de caráter etnográfico é realizado segundo dois conjuntos de hipóteses sobre o comportamento do homem: a hipótese naturalista-ecológica e a hipótese qualitativo-fenomenológica (Sousa; Barroso, 2008, p. 151).

Através do procedimento etnográfico iniciei essa pesquisa, onde o seu processo de criação estrutural e linguístico ocorreu, literalmente nos corredores da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, no período de graduação, em conjunto com meu orientador, Professor Doutor Heliud Luiz Maia Moura, onde buscamos montar uma estratégia de geração de dados junto à Comunidade do Paraná do Jurupary-Puku. Esse processo se mostrou dispendioso e pouco viável, pois, não dispúnhamos de recursos financeiros adequados para o traslado, manutenção e material durante a visita ao local, devido a necessidade de permanência na comunidade para efetuar as entrevistas com os moradores.

No entanto, em uma de nossas reuniões comentei com o professor sobre os os

meus primeiros contatos prévios com esses eventuais contribuintes para o corpus da pesquisa, por se tratar de uma localidade ribeirinha e não possuir acesso por via terrestre. Outro ponto em destaque foi o fato de meus familiares mais antigos (pai e tios e primos) serem nativos da localidade e terem uma forma diferenciada nas expressões ditas por eles, um linguajar próprio, sendo em algumas situações taxado como sub-língua.

A partir desse ponto de partida, mesmo sem recurso financeiro, procurei manter contato com as pessoas da comunidade para uma possível visita e ter uma maior proximidade com eles, uma vez que a minha primeira visita à comunidade se deu no ano de 2013 e nesse período a geração de dados foi apenas de registro fotográfico e não de cunho científico ou acadêmico.

No entanto, o projeto não foi esquecido durante a minha graduação, porém, não sei iniciou, devido o tempo necessário para a pesquisa de campo ser longo e eu não dispor dessas horas necessárias, por consequência do distanciamento da localidade, ficando assim, seu início para um eventual momento posterior. Esse eventual início da pesquisa se deu durante o período do Mestrado Acadêmico, do Programa de Pós-graduação em Letras-PPGL, da UFOPA, após o término da Graduação em Letras.

O segundo contato com os moradores da Comunidade se deu no ano de 2023, por consequência da efetiva pesquisa de campo, do Projeto de Pesquisa do curso vigente. Assim, sai de Santarém com destino a Comunidade do Paraná do Jurupar-Puku, por via fluvial, chegando até a localidade e sendo recebido pelos moradores do vilarejo com muito respeito, por se tratar de um membro familiar e ser uma pesquisa universitária.

Nesse contexto, através da pesquisa etnográfica os dados foram captados e juntados, no ambiente natural dos moradores da comunidade, em suas residências, onde se estabeleceram relações de afetividade e se desenvolveram diálogos diversificados de forma espontânea sobre a vida familiar, social e as narrativas orais dos moradores nativos.

Fotografia 10 – Maria Sebastiana Pinto e Francisquinho Pinto



Fonte: Autor, 2023.

A forma natural das indagações que fiz aos entrevistados foi natural e não foi imposta por nenhum formulário a ser preenchido ou respondido, uma vez que a maioria dos nativos reclamou do uso deles por outros pesquisadores de áreas distintas, mas se deu de uma maneira dialógica entre entrevistador e o pesquisado.

De acordo com o entendimento da hipótese naturalista-ecológica, o comportamento do homem é de acordo com o ambiente em que ele está inserido, onde a sociedade, a família e elementos materiais simbólicos podem exercer certa influência sobre seus pensamentos e atitudes.

Nesse sentido, segundo Sousa e Barroso (2008, p. 151), “para entender o comportamento humano, é necessário considerar as relações que influenciam a interpretação, os pensamentos, os sentimentos e as ações”. Seguindo os aspectos que envolvem o trabalho etnográfico, me preocupei em: fazer uma análise holística ou dialética da cultura local do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação, introduzindo os atores sociais, colocando-os em uma participação ativa, dinâmica e modificadora das entrevistas.

Fotografia 11 – Casa da família Brito – Casa Salvação/ Paraná do Jurupary – Puku



Fonte: Rodrigues, 2018.

Através das conversas com os moradores mais antigos e de registros sobre a história da Comunidade, descobri através destes que, após a grande enchente de 1947, o “Paraná do Jurupary – Puku” foi totalmente inundado, com exceção da parte mais alta do povoado, que era habitado por uma família recém-chegada a localidade, “Os Britos”, que tinha como patrono o Sr. Ramiro Brito, que adquiriu um lote no Jurupary-Pkcu.

Os moradores relatam de forma conjunta que, o Sr. Ramiro Brito, então, o novo morador do Paraná do Jurupary-Puku, era um comerciante de grandes posses, e estrategicamente fundou uma casa comercial na localidade, por ser no início do Paraná, sendo mais próximo das Comunidades: Ilha de São Miguel (Santarém), Costa do Tapará (Santarém), Paracari e Jaraqui – Tuba (Monte Alegre) e (Alenquer). Dessa maneira, esse comércio era próspero, inclusive com área para pouso de avião aquaviário e um “Porto” para embarcações de porte médio, devido as proximidades com Rio Amazonas e possuir a profundidade adequada para esse procedimento.

Através das pesquisas de Rodrigues (2018), descobri que, devido essa grande enchente, muitos moradores foram obrigados a abandonar suas casas e mudarem para outras localidades de “Terra firme”. No entanto, Ramiro Brito permitiu que alguns moradores permanecessem no Paraná, se alojando em suas terras até as águas da

enchente baixarem normalmente.

Após o episódio devastador para os moradores da localidade, Ramiro Brito decidiu denominar o nome de seu comércio como “Casa Salvação”, devido ter sido poupado de muitos prejuízos e de poder ter abrigado muitas pessoas de uma catástrofe da natureza, que originou uma cheia devastadora. Com o passar do tempo, os moradores e visitantes passaram a denominar a localidade como “Salvação”.

Em relação aos elementos simbólicos que exerceram grande influência na criação do primeiro nome da comunidade e em sua modificação com o passar do tempo, Rodrigues (2018), em sua pesquisa *in loco* na comunidade, entrevistou alguns moradores em vida, entre eles o Sr. Socorro (nome fictício), de 76 anos, já falecido, em função da pandemia Covid-19. O entrevistado relata que no passado comunidade teve outro nome, mas foi modificado, o nome era de origem indígena, derivada da lenda amazônica do Jurupary. O Sr. Socorro explica que:

[...] Antes aqui tinha um apuizeiro naquela esquina e pessoal dizia que lá aparecia um bicho igual um jurupary, por isso que colocaram Jurupary-Puku. Quando mudou de nome para Salvação não faz muito tempo, não! Maria, quando mudou? [...] Pelo menos nesses documentos antigos não se acha o nome de Salvação, mas se procurar por Jurupary-Puku, tu achas. É porque esses terrenos aqui foram ocupados primeiro por indígenas, os velhos antigos já me falaram isso tudo, já pesquisei, fiz um histórico, já falei três vezes na rádio Ximango (Socorro/ Rodrigues, 2018, p. 55).

Compreende-se, a partir do discurso do morador que, no passado a localidade possuía uma outra denominação, mas que fora mudado em um período próximo. No entanto, a compreensão do entrevistado sobre o verdadeiro significado do antigo nome não é esclarecedora, apenas que era de origem indígena.

Nesse sentido, em entrevista a Rodrigues (2018), a primeira professora na comunidade da Salvação, a Sra. Maria Meireles (falecida) relatou que, as primeiras famílias não indígenas que habitaram o povoado, onde hoje é a Comunidade, eram de origem portuguesa, vindas refugiadas da cidade de “Cametá²”, fugitivas do Governo Imperial português, por apoiarem a guerra da “Cabanagem³” contra o Governo Central, instalado em Belém. A cidade de Cametá foi o foco da resistência da Cabanagem, grande revolta feita por caboclos na época do Império em oposição ao governo de D.

² Cametá é um município do estado do Pará, no Brasil. Faz parte da mesorregião do Nordeste Paraense e é sede da microrregião de mesmo nome. Localiza-se a uma 02°14'40" sul e a uma longitude 49°29'45" oeste, estando a uma altitude de 10 metros. Sua população latitude estimada em 2020 era de 139.364 habitantes (IBGE, 2024).

Pedro I, e durante esse período foi Sede do Estado, tendo sido a única vez na história do Brasil que o poder foi ocupado pelas camadas populares.

Foi no início, no tempo da Cabanagem, inclusive nós temos um sítio que minhas descendentes vieram, sendo que minhas raízes são de origem portuguesa-espanhola. E eles vieram fugidos da Cabanagem de Cameté para Ilha do Carmo e daí foram se espalhando. Foi meu tio Epifânio, que participou disso, que me contou. Porque aqui era um arquipélago; esse pequeno arquipélago, aqui, era o Jurupary-Puku, mas essa ilha da frente foi chamada de Ilha do Carmo, que meu bisavô pediu de um português, que tinha uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, para ser a padroeira daqui e, por isso, colocaram nome da ilha assim, em homenagem a essa imagem (Maria Meireles/ Rodrigues, 2018, p. 57).

No entanto, notei que nas narrativas dos moradores inúmeras versões surgiram dando origem ao nome da comunidade, porém, em algumas situações esses diálogos são convergentes e me levaram a um denominador comum sobre esse fato. Assim, as narrativas representam e reconstituem uma memória coletiva e reconstroem suas histórias do passado.

Porém, a significação originária da lenda, trata-se, da denominação Tupi para um demônio particular (Jurupary), mas foi usada com exclusividade pelos missionários no período colonial da Amazônia para designar qualquer demônio, até assumindo o lugar do diabo cristão nos trabalhos de catequese dos indígenas do Vale Amazônico.

Contudo, a lenda do Jurupary do Alto Rio Negro trata-se de um grande guerreiro e chefe indígena, que por seus grandes atos de bravura, adquiriu um estatus de divindade sobrenatural, sendo temido e respeitado até por seus próprios inimigos, chegando a ser idolatrado por várias etnias como divindade imortal na arte da guerra.

Nesse contexto, compreendo que esse culto e respeito ao grande guerreiro por parte dos indígenas do Vale Amazonico não era visto com entusiasmo pelo novo sistema de domínio do colonizador português, e assim, por conta dos dogmas cristãos daquele período, trataram de demonizar a figura do guerreiro Jurupary e de seu nome, o tratando como um ser maligno da floresta. Em relação a efetiva mudança de nomenclatura da Comunidade, com o aval da direção da Igreja Católica, sob o comando da Prelazia de Óbidos, onde a partir daí, se construiu uma igreja na Comunidade.

Fotografia 12 – Igreja Católica – Paraná do Jurupary – Puku



Fonte: Autor, 2023

A alteração no nome do local⁴ aconteceu em meados da década de 1980, na gestão do prefeito João Ferreira, da cidade de Alenquer, mandatário daquele período, conforme as pesquisas de Rodrigues (2018). Assim, de acordo com o Sr. Manoel Bentes, a comunidade passou a ser oficialmente denominada Salvação:

[...] A Salvação era chamada de Jurupary-puku. Minha vó dizia que antes era chamado de Santa Maria, porque foram uns portugueses de fora do Brasil que colocaram. Eles eram refugiados da Cabanagem. O nome dessa parte aqui era Santa Maria. Ali mesmo, perto do campo de futebol, morava um português lá, o nome dele era Amande Nogueira, um dos primeiros moradores daqui. Ele foi o primeiro proprietário da Santa Maria para cá. O ex-prefeito João Ferreira, lá pela década de 80, que colocou o nome da escola aqui. Eu não tenho vergonha de falar que eu estudei por debaixo de paus de árvores. Não tinha escola antes. Os Brito chegaram aqui lá pela década de 50, fizeram aquela Casa da Salvação, mais ou menos em 1955. Aí o João Ferreira na época ganhou o prefeito, onde é a capela era dos Brito, a prefeitura solicitou para fazer a igreja. Foi o João que registrou o nome dessa comunidade como Salvação (Maria Meireles/ Rodrigues, 2018, p. 57).

Corroborando com o entendimento de Rodrigues (2018, p. 55), “Quando mexermos com as lembranças, avivamos as marcas deixadas em nossas mentes, que

³ *Cabanagem* deriva de *cabana*, casas de pessoas simples e pobres que, na verdade, resistiam à violência que sucedeu à independência. De Belém ao Alto Madeira e ao Alto Solimões, a revolução dos cabanos, dos simples, juntou índio, branco pobre e negro, com mais de 40 mil mortos. Um só exemplo: os índios Mundurucus, que habitavam a região entre os rios Madeira e Tapajós, somavam 56 mil no ano de 1826, e em 1855 haviam sido reduzidos a 3.200, porque tinham apoiado a Cabanagem. Esta redução se deveu ao maior massacre já registrado na história brasileira (Trindade, 1992).

se reconstroem ao se chocarem com as marcas das outras pessoas”. Assim, ao recordarmos as lembranças dos moradores nativos, estamos buscando em um passado remoto as memórias esquecidas pelo tempo, fazendo-os recordar com um certo grau de emoção, as aventuras e causos vividos em suas vidas.

Fotografia 13 – Maria Sebastiana Pinto – Moradora do Paraná do Jurupary – Puku



Fonte: Rodrigues, 2018

Os depoimentos se completam formando a história viva da localidade, uma vez que eles se tornam coerentes e conformes dentro das narrativas orais desse povo. Em conformidade com esses fatos, os relatos da pescadora Maria Sebastiana Pinto, de 71 anos apoiam com o depoimento do Sr. Socorro sobre a origem do primeiro nome da comunidade:

[...] Aqui era mata muito grande. Era Jurupary-Puku aqui. Eu nasci, e os outros meus irmãos, todos nós nos criamos aqui. Minha mãe dizia que tinha uma mata muito grande lá no Santa Rita, no tempo que ela era criança. Então, diziam que tinha um bicho grande lá e sempre o ouviam. E o pessoal resolveu chamar esse bicho de Jurupary-Puku, diziam que era um homem, mas ele desaparecia dentro do mato. Por isso era Jurupary-Puku o nome daqui, por causa desse bicho que aparecia lá. Quando nós já éramos grandes que mudou. O finado compadre Hinácio morava lá. Foram morrendo e foram vendendo tudo, indo embora (Maria Sebastiana Pinto / Rodrigues, 2018, p. 55).

Entendo que as narrativas orais e o imaginário dos nativos da localidade os levaram a ter uma visão fantástica e ao mesmo tempo ilusionaria dos fatos não compreendidos da história escrita, como também, se dá a formação da lenda, onde a mesma é um gênero textual narrativo marcado pela fantasia. Esses relatos que dão formação as lendas, são transmitidos oralmente e viajam pelos tempos, combinando fatos históricos e reais com aventura e imaginação.

Apesar da história oral sobre a nomenclatura da comunidade e sua mudança de nome e significado, como também, as prováveis influências religiosas nessas mudanças, na comunidade temos 2 (duas) vertentes religiosas, uma católica e outra evangélica. Porém, apesar de a grande maioria dos habitantes possuírem grau de parentesco, existem conflitos religiosos por espaço e espiritualismo.

Nesse sentido, Rodrigues (2018) afirma que, os moradores confirmam que na comunidade se realizava outra festa católica, a festa de Santa Luzia, idealizada e coordenada pelo Sr. Joaquim Serapião, falecido no ano de 2004. Dessa maneira, com o falecimento Sr. Serapião Pinto, a festa deixou de acontecer a muito tempo. Assim, a capela onde ficava a imagem de Santa Luzia, hoje, só restam as ruínas. O que restou foi a imagem da Santa Luzia, que está em posse de uma moradora, a irmã do antigo idealizador da festa, a Sra. Domingas da Silva Pinto.

A igreja evangélica na comunidade da Salvação em sua origem foi implantada no ano de 1995. Para que a igreja fosse implantada, muitos conflitos foram gerados. Com a implantação de uma igreja evangélica na comunidade, novos grupos e territórios foram sendo organizados; aquilo que parecia permanente, imutável, abriu espaço para reordenações históricas. Como na configuração do território, por exemplo, o número de evangélicos na comunidade aumentou, bem como as moradias nas proximidades da igreja evangélica (Rodrigues, 2018, p. 41).

Entendo que, o conflito faz parte da própria socialização, podendo formar um novo quadro social. No entanto, os fatos reais e históricos da comunidade fazem parte da historicidade da comunidade que não possui um histórico oficial impresso e descrito para o conhecimento de todos. Assim, nesse contexto histórico.

Fotografia 14 – Igrejas Cristãs: Católica e Evangélica – Paraná do Jurupary – Puku



Fonte: Rodrigues, 2018

Nesse sentido, Dona Sebastiana, narra sobre a criação da Casa comercial com o nome atual da Comunidade, a moradora justifica que apesar de a família Brito ter feito fortuna na localidade, com o passar do tempo e com a crise na produção de juta, eles deixaram, pois, não tinham laços afetivos com o morador local. O nome da comunidade foi modificado em função do nome do forte comércio dos Britos, conforme relata:

[...] Os Brito compraram e botaram um comércio com o nome de Salvação. Esses novatos todos já são registrados por Salvação. Mas não é Salvação, não; tem um homem aqui que não chama de jeito nenhum de Salvação, ele só chama Jurupary-Puku. Existiram outros moradores lá, como minha mãe dizia, finado Rock, finado Horácio, finado Siriáca. Eram essas pessoas que existiam, mas foram morrendo, indo embora. Eram essas famílias, o resto todo era mata. Acho que foi por agrado que eles colocaram o nome da comunidade de Salvação, o pessoal achava bonito e resolveu usar (Maria Sebastina Pinto/ Rodrigues, 2018, p. 56).

De acordo com os relatos da Senhora Sebastiana a pesquisadora Rodrigues (2018), a família Brito era comerciante e a eles interessavam os lucros, mas com a fragilidade de rendimentos, eles decidiram vender tudo e partir com destino a capital, Belém.

[...] A casa dos Brito era chamada assim, foram eles que colocaram esse nome lá nos negócios deles. O pessoal dos Brito colocou o nome de Salvação do terreno de lá também. Fizeram essa casona de alvenaria, a loja, um salão grande, onde eles escolhiam a juta que os barcos vinham comprar; eles não eram muito afetivos. O pessoal dos Brito foram embora, deixaram um homem tomando conta, o finado Antonio Martins, o Sapucúá. O seu Ramiro foi embora para Alenquer, depois para Belém. Depois a Cremilda, filha dele, vendeu tudo para o seu Claudir Gantuss [ex-prefeito de Alenquer], então vendeu para o finado Manoel Ferreira (Maria Sebastiana Pinto/ Rodrigues, 2018, p. 56).

Compreende-se que, o nome dado a Comunidade “Salvação” foi uma alusão ao nome do comércio promissor e em função do mesmo ter dado abrigo aos nativos que buscaram ajuda no período da grande enchente de 1947, onde todo o “paraná” ficou submerso pelas águas do Rio Amazonas.

Porém, no decorrer da pesquisa aconteceu abruptamente um conflito que houve em relação à pesquisa de campo *in loco*, a ausência de alguns importantes colaboradores que iriam participar do processo linguístico foi irreparável, pois, esse contato estava agendado previamente. Tal impasse se deu por motivo fúnebre, em consequência da pandemia da Covid-19, onde, durante o período de propagação desse vírus, vieram a óbito, deixando uma lacuna do conhecimento oral da comunidade ficando entreaberto.

Em suma, tais perdas foram sensíveis para o conteúdo de minha pesquisa, pois, esses moradores eram pessoas antigas da comunidade e tinham em suas narrativas orais, muitas experiências e conhecimento popular sobre a comunidade como um todo.

2.2 Metodologia da pesquisa

Este estudo científico vislumbra o conhecimento intrínseco da historicidade linguística dos falares nativos dos moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação em Alenquer – PA, procurará encontrar o âmago fundamental para o seu surgimento e sua existência, alvitra encontrar nas peculiaridades de suas expressões orais e desmistifica a contextualização de sua forma diversificada da língua portuguesa, para contribuir de forma significativa para a manutenção das identidades linguísticas e culturais dos moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação, sob uma perspectiva da pesquisa etnográfica.

Neste trabalho se responde as questões norteadoras, são feitos os seguintes questionamentos: Qual é a origem histórica e linguística dos falares nativos dos moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação em Alenquer -PA? Existe alguma restrição histórica linguística religiosa em relação ao significado original do nome da localidade por se tratar de uma Comunidade tradicionalmente cristã e qual é a sua origem? O morador nativo do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação se sente diminuído socialmente em função do seu sotaque peculiar, na cidade de Alenquer e em outras localidades? Como? De que forma?

Em suma, observando e participando deste processo de investigação sobre os falares originais do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação na Região Norte do Brasil, a análise buscou compreender o contexto que envolve a forma nativa e sua contextualização histórica/ cultural, reconhecer, conhecer e pôr em evidência as raízes da Comunidade e seus falares nativos, em conformidade com as barreiras linguísticas do território brasileiro.

A pesquisa tem um cunho etnográfico e possui uma abordagem de intervenção participante, que de acordo com Freire (1986, p. 35, 36) “nessa pesquisa o social é visto como um mundo de significados possíveis de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas são as matérias-primas dessa abordagem”.

Foi utilizada neste trabalho a pesquisa de campo, onde o objeto/ fonte é abordado em seu meio ambiente próprio, no habitat natural dos nativos locais. Assim, de acordo com Andrade (2010, p. 127), pesquisa de campo é aquela que é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com materiais já publicados referentes ao assunto abordado para responder os questionamentos, atender a temática e a contextualização do processo que envolve a problemática sobre a importância de conhecermos a historicidade e a contextualização que envolve os falares nativos dos habitantes da Comunidade.

A pesquisa bibliográfica é embasada em documentos já elaborados, tais como livros, dicionários enciclopédias, periódicos, artigos, resenhas, etc. Por outro lado, Segundo Santos (2013, p. 198-199), a pesquisa documental é trabalhada com base em documentos que não receberam tratamento de análise e síntese, onde sua vantagem é a confiança em suas fontes documentais, como essenciais para qualquer estudo.

A geração de dados foi realizada nas condições naturais em que os fenômenos ocorrerão, onde serão observados (03 pessoas nativas com idade superior a 60 anos, 04 moradores com idades entre 40 e 50 anos e 03 moradores com idade entre 18 e 30 anos). Assim, a forma utilizada foi a observação direta, que teve o suporte da gravação de áudio, vídeo e fotografias para darem *in vero* a pesquisa.

Porém, esse suporte tecnológico só fez parte do armazenamento do material coletado para análise linguística histórica da pesquisa, não vindo a ser exposto ou divulgado, os áudios, vídeos do trabalho que venham a constranger os entrevistados. Após o término da pesquisa escrita, o material armazenado em suporte tecnológico foi descartado pelo pesquisador, para proteger a integridade dos dados e a privacidade dos participantes, com exceção dos que não se opuseram em relação aos seus nomes reais e suas fotografias.

A geração de dados realizou-se nas condições naturais em que os fenômenos ocorreram, onde foram observados (3 pessoas nativas com idade superior a 60 anos, 4 moradores com idades entre 40 e 50 anos e 3 moradores com idade entre 18 e 30 anos), sem a intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Nesse sentido, a forma utilizada foi a observação direta, que segundo Lüdke (1986) permite que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos. Assim, a medida em que um observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos observados, pode tentar apreender a sua visão de mundo, o significado atribuído à realidade que os cerca e às suas próprias ações, como também, descobrir aspectos novos de um problema.

Assim, a geração de dados foi realizada de forma livre, onde as perguntas se

deram de forma direta e indireta através do diálogo aberto junto aos nativos da Comunidade, por meio de gravação de áudio, vídeo e fotografias para darem suporte a veracidade *in loco* da pesquisa, onde os questionamentos foram previamente apresentados aos participantes, antes de suas respostas às temáticas levantadas.

Quanto à análise dos dados, foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e de conteúdo das mensagens, isto com organização em três polos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados.

O tratamento das informações linguísticas da pesquisa foi feito de acordo com os princípios da linguística histórica e da sociolinguística, se analisando o social da língua e suas mudanças no decorrer da história, onde não impactará diretamente ao participante nenhum desconforto em sua integridade física, psicológica, moral ou financeira.

Foram 10 entrevistas em grupo focal, que segundo Kitzinger (2000), é uma forma de diálogo com grupos, baseado na comunicação e na interação, onde seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico a partir de um grupo de participantes selecionados. Assim, selecionei 7 narrativas distintas, extraindo 11 palavras de uso comum para serem analisadas no contexto de sua etimologia, suas mudanças semânticas e lexicais ao longo de sua contextualização histórica. Assim, analisei o processo de mudança linguística, observando a etimologia das palavras mais significativas e com uso coletivo na comunidade, levando em conta sua derivação, significado e uso atual.

O projeto desta pesquisa foi fundamentado em conformidade com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que regulamenta a Resolução 466/2012, sendo submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, a fim de preservar a integridade dos participantes, considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devidas aos envolvidos na pesquisa científica.

3 O PROCESSO HISTÓRICO LINGUÍSTICO DA AMAZÔNIA

O processo que envolve o surgimento linguístico, histórico e social da Comunidade Salvação/ Paraná do Jurupary – Puku, está inserido no âmago da formação linguística da Amazônia brasileira, onde, via de regra, o explorador português se inseriu no seio das comunidades indígenas da região e impôs, com o passar do tempo a sua forma de comunicação, trazendo da Europa a língua portuguesa arcaica, mestiçada com o galego e o espanhol.

Nesse contexto, através do estudo da Linguística histórica podemos explorar e registrar tais acontecimentos sem alterar ou acelerar tal processo, uma vez que as línguas estão em movimento, e segundo Freire (2011, p. 14), “as línguas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão”, ou seja, elas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados.

A Linguística histórica tem um caráter paradoxal, conforme desencadear um processo de mudança (1994), o passado é diferente do presente, não havendo como saber quão diferente foi. Então, a mudança linguística é irracional, violenta e imprevisível. O autor sustenta que:

Desenvolver princípios de mudança linguística pode parecer um empreendimento quixotesco, como muitos estudiosos já concluíram [...] A linguística histórica é marcada pela prevalência de contradições paradoxais que oferecem um rico leque de desafios para o especialista que deseje resolvê-los (Labov, 1994, p. 21).

Entendo que Labov (1994), faz alusão ao personagem Dom Quixote De La Mancha, do livro de Miguel de Cervantes, o referido Quixote buscava na leitura e nos livros o entendimento global do mundo e de suas histórias, porém, o excesso de informações e o emaranhado de assuntos os levaram ao ápice da loucura, tornando-o um viajante ilusionário fora de seu tempo e contexto.

Dessa forma, retornando ao contexto da linguística histórica, o especialista que buscar esse conhecimento, deve estar ciente de que, o campo a frente é vasto e complexo para pesquisar. No entanto, apesar da complexidade e dos inúmeros obstáculos a serem ultrapassados pelo pesquisador, ele deve focar no seu objeto de pesquisa e não desviar dos seus objetivos, sob a penalidade de ficar enroscado nos conceitos e nos emaranhados do amplo leque de informações encontradas.

Compreendo que a explicação da mudança linguística parece envolver três

problemas distintos, conforme os estudos de Labov (2008, p. 10), onde há a afirmativa de que são: a origem das variações lingüísticas; a difusão e propagação das mudanças lingüísticas; e a regularidade da mudança lingüística. Onde esse processo necessita de um determinante inicial, que seja a variação em uma, ou mais palavras na fala de um ou mais indivíduos.

Assim, estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa, atividade específica dos estudiosos de linguística histórica. Faraco (2005) entende que, “não se pode esquecer que, sendo a língua um sistema de sistemas, as mudanças envolvem, muitas vezes, não um aspecto específico, mas um conjunto de mudanças correlacionadas”. Dessa maneira, nenhuma mudança linguística é específica, ela sempre estará relacionada a algum contexto anterior que a levará ao seu ápice. Desto dessa contextualização o autor comenta que:

[...] a mudança linguística é contínua como estamos discutindo, ela é, por outro lado, lenta e gradual, isto é, a mudança nunca se dá abruptamente, do dia para a noite. Ao mesmo tempo, a mudança de uma língua para outra, ou de um estágio de língua para outro, nunca ocorre de forma global e integral: as mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, vão atingindo partes da língua e não seu conjunto; e mais: a gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma x por outra (y) passa sempre por fases intermediárias (Faraco, 2005, p. 46).

Nesse contexto, entendo que a mudança de uma língua para outra é no mínimo disforme, rompe com todo e qualquer padrão lingüístico, uma vez que esse processo deve ser gradativo e lento, onde nada é, e tudo pode vir a ser. No entanto, o Império português tentou implantar no Brasil uma reforma maciça e brutal na linguagem do país, forçando a Colônia a ter como único meio de comunicação oficial a língua portuguesa.

No entanto, conforme a história oficial do Brasil e as recentes pesquisas científicas nos mostram, o colonizador português, em sua maioria, era pouco escolarizado e muitos sequer sabiam ler e escrever no próprio idioma, a esse respeito, Pinto (2021) comenta que:

A maioria dos mais de duzentos milhões de falantes da língua portuguesa vive fora do território em que esse idioma se formou: a região da Galícia e o norte de Portugal. De acordo com Lucchesi (2012) a partir do século XV, a língua portuguesa foi sendo levada para todos os continentes do planeta, em função do ciclo das grandes navegações e da expansão colonial europeia, no qual Portugal desempenhou um papel pioneiro. Neste sentido, devido as grandes navegações portuguesas após o século XV e o papel colonizador do povo português por vários continentes, a língua portuguesa foi sendo difundida e apresentada para outros povos e nações. Assim, seguindo a rota das conquistas territoriais e das esquadras portuguesas pelo planeta (pinto, 2021, p. 2-3).

Nesse contexto, compreende-se que, o explorador europeu que chegou de Portugal para a Região do Tapajós e Baixo Amazonas era falante da língua portuguesa, mas não era uma língua unificada, em virtude das diferentes regiões em que eles habitavam no velho continente. Assim, o contato com uma língua diferente da sua de origem causou uma enorme dificuldade de comunicação entre os colonos europeus e as diferentes etnias nativas que aqui moravam.

Nos séculos XVI e XVII, quando os europeus realizaram as primeiras viagens exploratórias pelo rio Amazonas, encontraram uma enorme diversidade de línguas faladas na região, de famílias e troncos lingüísticos diferentes. Os relatos da época registram a presença de diferentes nações e algumas vezes proporcionam informações etnográficas sobre essas diferenças. Por causa dessa diversidade, as duas maiores expedições realizadas ao longo do rio Amazonas no século XVI – Orellana (1541-42) e Ursúa/Aguirre (1560-61) – encontraram grandes dificuldades de comunicação com os índios. O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, que em 1639 cruzou o Amazonas dos Andes até o Atlântico na expedição de Pedro Teixeira, contou com ajuda de intérpretes indígenas para localizar, em suas margens e nas bocas de seus principais afluentes, povos que *“passam de 150, todos de línguas diferentes”*. (Freire, 2003, p. 43).

Compreendo que, o colonizador português quando chegou aqui, na Região Amazônica que compreendemos atualmente como como Baixo Amazonas e Tapajós, encontrou um povo nativo que possuía um linguajar diversificado, com vastas referências à língua Tupi, que posteriormente fora substituída pela língua geral, conhecida como “a boa língua”, ou Nheengatu, instituída pela Coroa portuguesa e com o passar dos anos foi abolida pelo Império, em detrimento da língua portuguesa.

Segundo Ferreira e Grenand (1989, p.1) a língua “Nheengatu” era conhecida como alíngua geral da Amazônia, ela pertence à família linguística tupi-guarani, do vasto tronco tupi, que abrange várias outras línguas mais afastadas.

Como seu nome em português está dizendo, a língua geral, além de ser denominada *Nheengatu*, “a boa língua”, foi uma língua criada pelos jesuítas e usada

de uma maneira geral no Brasil e como forma de homogeneizar as línguas faladas pelos diversos povos indígenas antes da colonização. Pinto (2021) enfatiza que:

A língua Nheengatu jamais foi à língua própria de um povo livre antes da colonização portuguesa. Ao contrário, foi falada à força por milhares de indígenas, sejam do tronco tupi, caribe, aruaque, tucano, gê ou pano, agrupados nas aldeias de repartição ou em trabalho nas fazendas. Segundo Ferreira e Grenand (1989), pouco a pouco a língua geral se impôs de tal forma que todos falavam: índios mamelucos, brancos e até os escravos negros, pois era a única maneira de se comunicarem (Pinto, p. 3 – 4).

Compreende-se que a língua geral foi imposta pelo colonizador português como uma forma de compreender os falares nativos da Região amazônica de maneira a ter uma interlocução com os indígenas do Vale Amazônico. A nova língua criada e ensinada pelos padres Jesuítas para ser “franca”, de contato, tornou-se compreensível e de fácil acesso pelos povos nativos, novos moradores europeus e escravos africanos.

Fotografia 15 – Moradores nativos do Paraná do Jurupary – Puku.



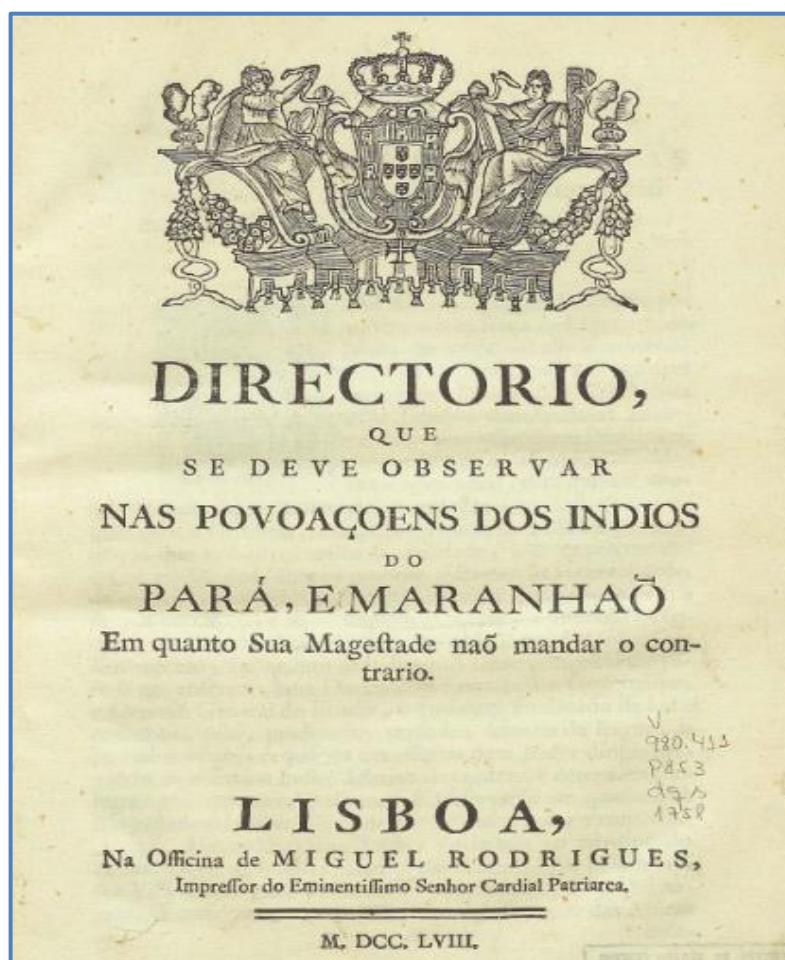
Fonte: Autor, 2013

Segundo Lucchesi, (2009, p. 43), “essa língua franca, que futuramente viria a ser denominada língua geral da costa brasileira, ou simplesmente a língua geral”, a nova forma de comunicação entre os portugueses e os nativos brasileiros se

desenvolveu e posteriormente se tornou um instrumento de comunicação adotado pelos colonizadores para ser parte integrante da força de trabalho dos indígenas, inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão.

No entanto, junto com esse trabalho de submissão física brutal imposto ao indígena, que era fielmente executado, em sua maioria de forma cruel pelo explorador português, era realizada a submissão espiritual, essa por sua vez era executada pelos jesuítas (Missionários da Companhia de Jesus), que o faziam através da catequese, onde os nativos eram obrigados psicologicamente a abandonar seus cultos e crenças e seguir uma doutrina religiosa baseada no cristianismo romano, em curso na Europa.

Figura 8 – Lei de Diretório dos Índios



Fonte: Brasil, 2024.

Para Lucchesi (2009), os jesuítas também adotaram a língua geral, para converter os índios ao cristianismo, chegando os mesmos a codificá-la e dar-lhe feição

escrita, empregando o modelo da gramática portuguesa da época, trazendo traços do latim, e das várias línguas faladas pelos indígenas locais. Desta maneira, percebe-se que o sentido amplo de língua geral abrange uma vasta diversidade de situações linguísticas.

Neste contexto, vale aqui ressaltar que a língua geral também chegou até a Amazônia, passando a ser utilizada por etnias que não eram Tupi, eram em sua maioria dos grupos Aruaque e Macro-jê, e de acordo com Lucchesi (2009), a nova língua de contato se manteve em uso, sob uma forma bastante diferenciada (e denominada *Nheengatu*, ou seja, 'língua boa'), até meados do século XX, em função da população dessa região ser amplamente constituída por índios e seus descendentes mestiços, além de quê, os próprios portugueses colonizadores faziam uso do *Nheengatu*.

A nova língua era de uso comum e geral na Amazônia, sendo utilizada por todos os moradores do Vale. Porém, ela foi proibida e seu uso vetado, por ordem imperial, vinda de Portugal. No entanto, mesmo apesar da imposição do Império em adotar a língua portuguesa como oficial e abolir o *Nheengatu*, no território nacional, através do Decreto Real denominado de Diretório dos índios, a língua geral resistiu nas comunidades indígenas mais afastadas dos povoados portugueses.

O referido documento foi elaborado em 1755 e de acordo com Lucchesi (2009), ele só se tornou público em 1757. É um decreto que expressa importantes aspectos da política indígena do período da história de Portugal e do Brasil denominado pombalino, uma analogia ao Ministro imperial português Marquês de Pombal.

Essa lista de normas e determinações foi bastante cruel com a cultura e a língua dos povos da Região do Tapajós e do Baixo Amazonas, onde era controlada com o poder das armas e da violência contra os nativos que não cumprissem as suas determinações. A Lei continha uma gama de restrições, proibições e normas de conduta que mudaram a cultura e o linguajar desses povos e perduram até os dias atuais, principalmente em nas adjacências do município de Santarém, do Pará.

Desta maneira, essa língua que antes era de contato entre os jesuítas e vários povos indígenas e proibida por Decreto Real Português, deixou inúmeros vestígios e significados para os falares dos povos do Tapajós, Baixo Amazonas e Amazonas, ela ainda hoje é falada em diversas localidades da Região amazônica, tendo-se tornado uma das línguas oficiais do Município de São Gabriel da Cachoeira, do Estado do Amazonas, ao lado da língua portuguesa e das línguas indígenas Tukano e Baniwa,

através da Lei Municipal nº 145, de 11 de dezembro de 2002.

Em suma, a colonização da Amazônia não foi homogeneia linguisticamente, vieram portugueses de várias partes de Portugal, alguns falando dialetos derivados do Galego e até do próprio Latim. Dessa maneira, não devemos ficar omissos aos casos de preconceito linguístico contra a nossa população Amazônica, pois somos nativos de uma Região que se originou da mistura de diversas culturas, de distintas línguas e de variados povos.

3.1 A mudança linguística do Vale amazônico

O processo de mudança linguística imposta pelo português colonizador se deu de forma brusca e direta, onde, de acordo com Ferreira e Grenand (1989, p.1) a vasta adesão da nova língua, além de ser espontânea ou forçada, se tornou legalizada. Assim, quando nos referimos à língua franca, significa uma língua entendida por todos. Dessa maneira, com a Carta Régia de 30 de novembro de 1689: a Língua Geralera, dali em diante, a língua oficial da Amazônia e devia ser ensinada pelos padres, até aos próprios filhos dos colonos portugueses. Naquela época, a língua geral era quase a língua oficial do Brasil.

A Língua Geral se propagou por todo o Vale Amazônico e sua adesão espalhava-se pelo território nacional, segundo Ferreira e Grenand (1989, p.1), “foi justamente a expansão da Língua Nheengatu que motivou sua queda”. Assim, devido sua aceitação popular, o seu sucesso e adesão foi tão avassalador, que ultrapassou os limites admissíveis pela Coroa Portuguesa, porque começou a afetar a função da própria língua portuguesa, ameaçando o seu destino na região.

Porém, estava com os dias contados para ter seu fim oficialmente, essa determinação aconteceu a partir da criação e oficialização da Lei do Diretório dos Índios de 17 de agosto de 1758, ela determinava que toda a Nação conquistada obrigatoriamente falasse o mesmo idioma do príncipe (Rei de Portugal). Assim, além da proibição da Língua Geral, o Marquês de Pombal, Ministro do Rei de Portugal, criador da nova lei, determinou na mesma data a utilização de qualquer língua indígena como forma de comunicação na Colônia, por Decreto Real.

Compreendo que, para entender o processo que envolve a contextualização e abandono das línguas dantes faladas no amplo Vale Amazônico, em detrimento da aquisição de uma outra forma de expressão falada e ensinada, a linguística histórica surge como o viés intermediário dessa temática, nesse sentido, de acordo com segundo Silva (2008, p. 16), nessa conjugação histórica da linguística no seu sentido estrito, o da mudança no tempo real, com a que trabalha com dados da língua em sua variação e mudança social e espacial sincrônicas, abre caminho para melhor compreensão dos fenômenos passados e o conhecimento de realidades passadas documentadas clareia a compreensão de fenômenos passados na atualidade.

Fotografia 16 – Os indígenas do Vale Amazônico/ Imagem ilustrativa



Fonte: Educa mais Brasil, 2023.

Corroboro com Silva (2008, p. 16) ao mostrar como consequência desse passado colonial, a língua portuguesa é hoje o idioma oficial de sete países, além de Portugal: Brasil, na América do Sul; Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, na África; e Timor Leste, na Oceania; além de ser língua oficial na Região administrativa de Macau, incorporada à República Popular da China, em 1999. Contudo, a implantação da língua portuguesa nessas regiões foi diferenciada, em função das especificidades do processo de colonização em cada uma.

Segundo Hilari e Basso (2009) nem todas as diferenças entre o PE e o PB resultam do fato em que essas duas variedades têm repertórios de palavras diferentes. Assim, algumas expressões são formadas por palavras que existem tanto em português europeu como em brasileiro; a mudança que existe é a possibilidade de usar juntas essas palavras numa ou noutra variedade. Neste sentido, mostrar essas diferenças, que são chamadas de diferenças de colocação, é uma parte importante do trabalho dos dicionaristas.

Uma característica que distingue o Brasil dos demais países de língua oficial portuguesa. Enquanto os falantes do português em África empregam uma variedade fortemente decalcada do padrão europeu, a variedade da língua portuguesa falada pelos brasileiros, o chamado português brasileiro distingue-se notavelmente da matriz

européia, tanto no nível da fonética e da prosódia, quanto no nível gramatical, o que produz um generalizado sentimento de insegurança linguística entre os brasileiros, já que, por uma espécie de herança colonial, o padrão de correção gramatical adotado no Brasil é fortemente influenciado pelos modelos da língua de Portugal.

Neste sentido, de acordo com Lucchesi (2012) se essa dicotomia já é grande entre a elite brasileira que tem acesso a uma escolaridade plena, ela é ainda mais profunda na grande maioria da população que tem uma escolarização bastante deficiente. Dessa maneira, o autor entende que:

[...] Essa diferenciação da língua portuguesa no Brasil, particularmente em suas variedades populares, remete a uma dimensão crucial da expansão da língua portuguesa no mundo: o contato massivo com muitas dezenas de línguas dos milhões de falantes que em todos os continentes a assimilaram, em algum nível (Lucchesi, 2012, p. 13).

Assim, dentre esses e inúmeros cenários sociolinguísticos deixados e produzidos pela forte expansão e exploração colonial portuguesa se sobressairam as marcas de um contato linguístico acentuado, extremo e brutal que deram uma ocasião oportuna para formação do que denominamos línguas crioulas.

De outra forma, conforme Lins (2009), a hipótese da deriva secular, referenciada pelos autores Scherre e Naro (2000), defende a tese de que o português brasileiro é, na verdade, uma espécie de continuação do português arcaico que era falado em Portugal, com poucas alterações. Para esses autores, não se conseguiu até hoje identificar nenhuma característica do português do Brasil que não tenha um ancestral claro em Portugal.

Neste sentido, segundo esses pesquisadores, o português brasileiro é resultado de uma expansão de estruturas e variações presentes ao longo de todo o percurso histórico da língua. Desta maneira, essa expansão da língua é acelerada pela frequência de uso sucedida de uma confluência de motivos.

No entanto, de acordo com Lins (2009) e Lucchesi (2012), Scherre e Naro (2000), baseiam-se nos conceitos de deriva linguística propostos pelo norte americano Edward Sapir (1921), um dos mais notáveis representantes dos estudos linguísticos nos “Estados Unidos”, na primeira metade do século XX.

Edward Sapir (1921), em seu livro *Language – an introduction to the study of speech*, 1921 – traduzido por Joaquim Mattoso Câmara Júnior para o português em 1938 e publicado no Brasil, pela primeira vez, em 1954 e novamente no ano de 1969

– “um pequeno tratado, que pretendia ser elementar e de divulgação”. Ele argumenta que a linguagem “não é apenas uma coisa que cresça no espaço [...], mas move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva”. (LINS, 2009, p. 284)

Neste contexto, Scherre e Naro (2000), se opõe veementemente ao processo de crioulização do português falado no Brasil. Segundo esses pesquisadores o português moderno do Brasil é resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal. Assim, deve-se aos inúmeros contatos entre adultos, falantes de línguas, das mais diversas origens, como também, da nativização desta língua pelas comunidades formadas por esses falantes e seus descendentes.

Porém, apesar do sentido de negação ao processo de crioulização da língua portuguesa no Brasil, Naro e Scherre (2007) reconhecem que as diferenças estruturais realçadas pela ampla variação, juntas com as condições sociais propícias ao surgimento de línguas crioulas parecem incontestáveis. Desta maneira, as origens dessa diferenciação estrutural são causadoras de intensas polêmicas.

Nesse sentido, Naro e Scherre (2007) sinalizam que desde o final do século XIX, levanta-se a hipótese de que o português brasileiro apresenta traços indicadores de uma história crioula. Esse fato se baseia em uma série de acontecimentos, entre os quais estão:

- ✓ As condições da colonização do Brasil, em que entraram em contato falantes adultos de diversas línguas, sem nenhuma língua em comum, a saber, línguas indígenas, africanas e europeias (português, francês, holandês e espanhol);
- ✓ As diferenças estruturais entre o português brasileiro e o português europeu, realçadas pela ampla variação na concordância verbal e nominal, especialmente a de número.

Nesta contextualização, de acordo com Naro e Scherre (2007), não negam a importância da influência africana e indígena na cultura brasileira. Porém, buscam identificar apenas as raízes linguísticas românicas e lusitanas que se encontram hoje nas falas dos brasileiros que tiveram pouco acesso aos bancos escolares ou que habitam as áreas rurais e as periferias das grandes cidades.

Dessa forma, observando e participando deste processo de investigação sobre os falares originais do Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação na Região

Norte do Brasil, a análise buscará compreender o contexto que envolve a forma nativa e sua contextualização histórica/ cultural, reconhecer, conhecer e pôr em evidência as raízes da Comunidade e seu falares nativos, em conformidade com as barreiras linguísticas do território brasileiro.

Em contrapartida, Lucchesi (2012) afirma, que as pesquisas linguísticas desenvolvidas desde as últimas décadas do século XX são mais do que suficiente para dar suporte empírico e teórico na identificação da origem da variação na concordância nominal e verbal, que se observa hoje nas multiplicidades populares do português brasileiro, na simplificação morfológica que ocorreu nas situações de aquisição de segunda língua não sistemática por parte de falantes adultos e na formação “*Pré-pidgins e pidgins-restritos*”.

Esses processos linguísticos certamente surgiram entre os trabalhadores africanos nos engenhos de cana-de-açúcar, nas plantações de fumo, algodão e café, bem como nas minas, ou até mesmo em quilombos espalhados pelo interior, ou seja, nos contextos mais representativos da história sociolinguística do Brasil (Lucchesi, 2012, p. 262). Assim, diante de todos os estudos já feitos e a se desenvolverem na contemporaneidade, não há o menor sentido em recorrer a uma categoria pré-teórica, abstrata e quase metafísica, intuída no início do século passado, chamada de deriva linguística.

Figura 9 – Grupos linguísticos da Amazônia brasileira – Século XVI

TRONCO LINGUÍSTICO	NÚMERO DE GRUPOS
Tupi	130
Karib	108
Aruak	83
Pano	34
Tukano	26
Ge	66
Línguas isoladas ou não classificadas	271
TOTAL	718

Fonte: Freire, 2011.

Segundo as pesquisas de Freire (2011), o quadro linguístico exposto foi modificando e se ampliando gradativamente, ao mesmo tempo que os europeus iam se aprofundando e compenetrando no território e expandindo as suas conquistas. Dessa maneira, com a chegada de inúmeros viajantes e estudiosos, nos séculos seguintes, foram sendo acrescentados a essa lista, novos grupos linguísticos, e continuaram a crescer até recentemente.

Nessa contextualização, compreendo que o abandono forçado da língua materna pelos indígenas do Vale Amazônico deixou várias lacunas inexplicáveis e não registrados historicamente em relação aos costumes nativos, culturais e linguísticos. A esse respeito temos a origem da palavra “*Mokorongo*” e/ou termo destinado a identificação das pessoas nascidas na cidade de Santarém, no Tapajós, onde a explicação e o significado etimológico da palavra se deram através da análise dos elementos que a formam.

Fotografia 17 – O peixe assado no moquém



Fonte: sossego da flora, 2022.

Assim, tal nomenclatura possui um aspecto preconceituoso e desrespeitoso, uma vez que o significado de tal expressão na língua portuguesa é uma palavra típica do vocabulário popular brasileiro, sendo mais comum como um sinônimo de “caipira” ou pessoa que vive na roça.

Dessa forma, o significado mais popular e difundido dessas expressões e desse costume ancestral se torna imortalizado linguisticamente na palavra de origem Tupi “Pirá-Kaē”, que segundo Carvalho (1987, p. 254), é um substantivo e significa peixe moqueado, tempo da desova do peixe, alçagem do peixe. Na língua portuguesa, essa palavra se constitui em “Piracaia”.

Fotografia 18 – A tradição cultural do nativo santareno/ Piracaia na praia em frente à cidade



Fonte: Autor, 2023.

O sentido “*In vero*” dessa conceituação é personalizado “*in loco*”, na Orla da cidade de Santarém, onde, existe materializado em forma escultural um peixe típico regional, apreciado pela população local desde os tempos do Brasil colônia (Tucunaré, do Tupi “tucun” árvore e “aré” amigo, “semelhante”, ou seja, “semelhante ao tucum”), dando o ar convidativo de fartura e confraternização aos povos visitantes.

Compreendo que, a falta de conhecimento a respeito das origens e da formação da língua portuguesa no Brasil por parte da população em geral, é um dos maiores influenciadores do preconceito linguístico em todos os setores sociais do território nacional, aliado ao rigoroso e litúrgico ensino gramatical que busca padronizar de forma geral a língua brasileira. Porém, as pesquisas linguísticas buscam quebrar esse paradigma preconceituoso de padronização da língua portuguesa em nosso país tão

diversificado linguisticamente.

Fotografia 19 – Escultura do peixe Tucunaré/ Orla da cidade de Santarém



Fonte: Autor, 2023.

Dessa maneira, entendo que o papel da linguística histórica, corroborando com Silva (2008, p. 16), é *stricto sensu* e se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que elas são usadas. Assim, essa concepção tradicional em seu sentido estrito, e pode ser trabalhada na vertente sócio histórica. Silva (2008) comenta que:

Mais recentemente, vê-se que o processo de constituição das línguas começa a entrar como argumento de teorias linguísticas que têm como objetivo fundamental não o responder ao porquê e ao como as línguas mudam, mas como elas se desencadeiam ontogenicamente no indivíduo, desde o seu nascimento, até seu desenvolvimento (Silva, 2008, p. 23).

Compreende-se, que é um campo para novas buscas dentro dos estudos linguísticos, onde poderemos encontrar inúmeras vertentes antípodas, buscando compreender diferenciadas formações linguísticas de variados povos e etnias, em que as formulações dos diversos sistemas e as constituições das línguas seriam incompatíveis e diferenciadas.

De acordo com Freire (2011, p. 12), “as línguas humanas mudam com o passar

do tempo”. Elas não estabelecem realidades estáticas, possuem uma configuração estrutural que se altera constantemente com o tempo. Dessa maneira, esse o padrão dinâmico que constitui o objeto de estudo da linguística histórica, o autor comenta que:

A mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural e potencial semiótico* das línguas. Os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando, parece que, como falantes, construímos uma imagem da nossa língua que repousa antes na sensação de permanência do que na sensação de mudança (Freire, 2011, p. 14).

A dinâmica da mudança linguística torna imperceptível para os falantes de um meio social ou comunitário, uma vez que toda transformação na língua leva um determinado espaço de tempo para ocorrer. No que diz respeito ao linguajar amazônico essa transformação está se dando de forma acentuada, em função do acesso à tecnologia (internet), onde muitas comunidades que outrora eram isoladas, estão recebendo dados tecnológicos por via digital, levando-os a conhecer e conviver digitalmente com outras culturas e falares diferenciados.

A mudança linguística do vasto Vale Amazônico nos leva a corroborar com Santos e Santos (2016), quando afirmam que, “a linguagem humana sempre foi presença constante como objeto de interesse de estudiosos que buscavam explicar, entre outros fatores, sua origem, funcionamento e processo de aquisição”. Baseando-nos nas teorias em questão, compreende-se que as pesquisas anteriores são de grande importância para o desenvolvimento da linguística e seus conceitos, pressupostos e paradigmas devem ser sempre lembrados pelos pesquisadores da língua no presente.

Em suma, compreendo que o processo envolto na diagnose de transformação da língua é constante, onde pode-se afirmar que ela se transforma, muda conforme as analogias das formas, de acordo com o contato direto entre pessoas através da fala ou de sinais, onde se focam nas semelhanças de um contexto linguístico específico. Assim, toda heterogeneidade linguística com sua característica, ramificações e variantes devem ser apreciadas e consideradas como tal.

A questão linguística da Amazônia brasileira possui um viés de complexidades em relação as demais partes do território nacional, segundo Freire (2011), quando os primeiros europeus chegaram na Amazônia nos séculos XVI e XVII, encontraram uma enorme diversidade de línguas faladas ao longo do Vale Amazônico, um verdadeiro

Rio Babel, essas línguas possuíam famílias e troncos linguísticos diferentes, por esse motivo o contato com esses povos se tornou uma dificuldade exorbitante. O autor faz uma alusão ao momento histórico descrito na Bíblia, sobre a Torre de Babel, onde conforme os escritos, as línguas se separaram e diversificaram-se.

Os relatos de época registram a presença de diversas nações e, algumas vezes, proporcionam informações etnográficas sobre essas diferenças. Por causa disso, as duas maiores expedições realizadas ao longo do rio Amazonas no século XVI, Orellana (1541-2) e Ursúa/Aguirre (1560-1), encontraram grandes dificuldades de comunicação com os índios. O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, que, em 1639, cruzou o Amazonas dos Andes até o Atlântico na expedição de Pedro Teixeira, contou com a ajuda de intérpretes indígenas para localizar, em suas margens e nas bocas de seus principais afluentes, povos que “passam de 150, todos de línguas diferentes” (Freire, 2011, p. 50-51).

Essa especificidade linguística da Amazônia brasileira é evidente quando se constata que existiam mais 150 etnias distintas e línguas diferentes, essa evidência aparece apenas ao longo do Rio Amazonas e a saída de seus principais afluentes, sem levar em conta os povos distribuídos na floresta amazônica. Logo, a diversificação de falares era a principal dificuldade para o contato entre o explorador europeu e o nativo do Vale Amazônico.

3.2 O sistema linguístico de contato “Pidgin”

Em ocasiões de contato entre falantes de línguas maternas diferentes que, por razões de ordem social, têm necessidade urgente de comunicar entre si surge, frequentemente, uma forma de linguagem veicular, utilizada em situações restritas de comunicação, a que se dá o nome de pidgin. Segundo Pereira (2006) o pidgin corresponde aos primeiros estágios de aquisição espontânea da língua do grupo socialmente dominante pelos falantes das outras línguas. O grupo dominante que, inicialmente, procura adaptar e simplificar a sua língua para se fazer entender, acaba por ter de aprender o pidgin, uma vez este formado.

Em ocasiões de contato entre falantes de línguas maternas diferentes que, por razões de ordem social, têm necessidade urgente de comunicar entre si surge, frequentemente, uma forma de linguagem veicular, utilizada em situações restritas de comunicação, conforme Pereira (2015) dá-se o nome de “pidgin”. Assim, ele corresponde aos primeiros estágios de aquisição espontânea da língua do grupo socialmente dominante pelos falantes das outras línguas. O grupo dominante que, inicialmente, procura adaptar e simplificar a sua língua para se fazer entender, acaba por ter de aprender o pidgin, uma vez este formado.

O pidgin é uma linguagem secundária, de recurso, para Pereira (2015) “possui um léxico e morfologia reduzidos, não podendo, pois, funcionar como língua materna”. Assim, a língua dominante, também chamada língua base contribui essencialmente com o léxico para a sua formação. Diz-se, assim, de um pidgin cujo léxico deriva da língua portuguesa, que é um pidgin de base portuguesa.

Escritores como Naro e Scherre (2003) ainda trazem ao palco da questão o fato de que pode haver a estabilização de um pidgin sem necessariamente se dar a ocorrência de criouliização, o que acarreta “perda do conteúdo linguístico” do próprio conceito do que vem sendo veiculado e interpretado como “criouliização”.

Percebo que, a difícil delimitação do conceito de “pidginização”, acaba muitas vezes se confundindo com o de “criouliização” e vem de encontro aos conceitos de Lins, Naro e Scherre (2003) onde afirmam que a partir de uma reflexão objetiva das condições sociais e comunicativas propícias à formação de crioulos e de pidgins, esses autores mostram a impossibilidade de se falar em criouliização no Brasil.

3.3 A crioulização da língua portuguesa

A língua portuguesa é um dos resultados da romanização, pois sua origem encontra-se no latim vulgar, língua trazida pelos soldados romanos que desembarcaram na Península Ibérica em 218 a.C. Segundo Pena-Ferreira (2014), quando os romanos chegaram, estimulados pelo ideal de expansão de seu império, encontraram uma península ocupada por povos de diferentes etnias e falantes de diferentes línguas.

Neste contexto, no processo de expansão do domínio português, o contato da língua portuguesa com centenas de outras línguas acabou criando outros sistemas linguísticos, conhecidos como línguas de contato.

Assim, em situações de emergência e de necessidade linguística, geralmente geradas por contextos de escravidão ou comércio, entre grupos de línguas maternas distintas. “[...] surge uma forma de linguagem criada especificamente para este fim. Esse sistema é denominado Pidgin. Pidgin, portanto, é uma língua de contato criada por falantes (Pena-Ferreira, 2014, p. 4)”.

Entendo que o pidgin não é língua materna de nenhuma comunidade. Quando esse sistema passa a ter falantes nativos, observa-se uma expansão no léxico e uma complexidade maior em sua morfologia e sua sintaxe. De acordo com Pena-Ferreira (2014) o pidgin se criouliza, ou seja, transforma-se em um crioulo. Assim, uma língua crioula é uma língua de contato.

Procurando superar a pouca funcionalidade das suas línguas maternas, estes recorrem ao modelo imposto (mas pouco acessível) da língua socialmente dominante e ao seu saber linguístico para constituir uma forma de linguagem veicular simples, de uso restrito, mas eficaz, o pidgin, que posteriormente é gramaticalmente complexificada e lexicalmente expandida, em particular pelas novas gerações de crianças que a adquirem como língua materna, dando origem ao crioulo. Chamam-se de base portuguesa os crioulos cujo léxico é, na sua maioria, de origem portuguesa. No entanto, do ponto de vista gramatical, os crioulos são línguas diferenciadas e autônomas.

Em África formaram-se os Crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Guiné Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (em S. Tomé, Príncipe e Ano Bom). Classificam-se como Indoportugueses os crioulos da Índia (de Diu, Damão, Bombaim, Chaul, Korlai, Mangalor, Cananor, Tellicherry, Mahé, Cochim, Vaipim e Quilom e da Costa de Coromandel e de Bengala) e os crioulos do SriLanka, antigo Ceilão (Trincomalee e Batticaloa, Mannar e zona de Puttallam). Quanto a Goa (na Índia), é discutível se aí se terá formado um crioulo de base portuguesa (Pereira, 2015, p. 1).

Neste contexto, os crioulos de base portuguesa são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação.

Para Pereira (2015), na Ásia surgiram ainda crioulos de base portuguesa na Malásia (Malaca, Kuala Lumpur e Singapura) e em algumas ilhas da Indonésia (Java, Flores, Ternate, Ambom, Macassar e Timor) conhecidos sob a designação de Malaio portugueses.

Corroboro com Pereira (2015) quando afirma que, alguns autores referem-se a variedades de um semi crioulo de base portuguesa no Brasil e a variedades dialectais afro-brasileiras que poderiam corresponder a uma fase avançada de descrioulização de antigos crioulos, como a de Helvécia. Nesse sentido, a época das navegações e da expansão e colonização portuguesas foi propícia ao contato linguístico e a formação de crioulos.

Entendo que o surgimento das línguas crioulas se deu em princípio, nas comunidades com múltiplas línguas, onde a língua portuguesa não conseguiu ter uma sequente aceitação e desenvolvimento, devido seu modelo de formação e por ter poucos falantes da nova língua, sendo inferiores a outros grupos linguísticos, tendo assim, uma sensível perda ou uma forte miscigenação.

Dessa maneira, os crioulos de base portuguesa, que segundo Pereira (2015), se presume terem existido em algumas zonas do Brasil, principalmente no Nordeste, podem ser presumidamente o consequência do contatato entre diferentes línguas, em função do consequente crescimento das inúmeras plantaçoões de cana de açúcar, associadas ao seu manejo, esse feito por escravos africanos de diversas regiões da grande África, onde em alguns territórios, se falava o “Crioulo”.

Foi a urgência de entendimento mútuo entre europeus e africanos (e, posteriormente, asiáticos), que criou as primeiras condições de emergência de pidgins de base portuguesa, nos séculos XV e XVI. Estes, em alguns casos, por um processo

de complexificação estrutural e expansão lexical, deram origem a crioulos. Pereira (2015) afirma que, alguns autores referem-se a uma variedade não standard do português brasileiro, o Português Vernáculo do Brasil (PVB) (Holm & al 1999), como sendo um semi=crioulo, uma variedade que, embora partilhando com os crioulos alguns traços estruturais, não resultou de um processo de crioulição radical.

De acordo com Pereira (2006) nesta perspectiva, em situação de contato entre múltiplas línguas, o português, constituindo um modelo pouco acessível, nomeadamente nas comunidades escravas, teria sido adquirido como segunda língua por falantes adultos de outras línguas maternas (em particular africanos) de uma forma imperfeita sofrendo uma reestruturação parcial e nessa forma tendo sido transmitido de geração em geração.

Desta maneira, a presença de traços tipicamente crioulos (tais como a variação no uso de flexões verbais e na concordância nominal e verbal) ter-se-ia devido, igualmente, à influência de antigos crioulos falados no Brasil (nomeadamente pelos escravos trazidos da costa ocidental da África para trabalhar nas plantações) e atualmente extintos.

De acordo com Lins (2009) o português popular brasileiro (PPB) marcado por tendências presentes nas línguas crioulizadas, dentre elas, na morfologia, redução de vários tipos, perda de pronomes átonos; na sintaxe, falta de concordância; na fonologia, redução de codas. Assim, a falta de concordância no sintagma nominal e no sintagma verbal. Aborda, portanto, muitos dos fenômenos presentes no PPB como consequência de reduções, sobretudo nos aspectos morfológicos e fonológicos.

Neste sentido, os fatores demográficos, geográficos e sociais. Ele toma ainda duas indicações para argumentar a favor de evidências históricas para a possível existência de um crioulo no Brasil colonial. Segundo Lins (2009) a primeira se dá com a emigração para o Brasil de fazendeiros de cana-de-açúcar da ilha de São Tomé. Neste contexto, boa parte desses fazendeiros trouxe seus escravos africanos para os trabalhos nas fazendas e eles falavam diversas línguas africanas.

Em relação ao vasto contato linguístico no território nacional, Lucchesi (2012) comenta que, até meados do século XX, grandes filólogos brasileiros que se debruçaram sobre o tema, imbuídos da visão conservadora e preconceituosa de superioridade cultural e linguística do colonizador europeu frente às populações indígenas e africanas, procuraram minimizar qualquer interferência desses povos na formação da realidade linguística brasileira.

Em suma, entendo que qualquer hipótese que venha a integrar o vasto processo do contato entre as inúmeras línguas da formação histórica das multiplicidades do português brasileiro, objetivamente irá enfrentar uma latente e forte resistência intelectual e particular por parte de variados pesquisadores e linguistas, que se desdobra, tanto no plano da ideologia, quanto no plano da própria teoria linguística.

3.4 Mudança linguística e dialeto em uma perspectiva da linguística histórica

A língua portuguesa falada no Brasil não é originária do território nacional, ela chegou junto com o colonizador português. Dessa maneira, os primeiros exploradores do nosso território se depararam com mais de mil línguas faladas pelos povos nativos da Ilha de Vera Cruz, e segundo Bagno (2007, p. 15), o português falado em nosso país apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas, mas também, pelo fato de possuir grande desigualdade social e estar entre as piores distribuições de rendas em todo o mundo.

De acordo com Bagno (2007), existe atualmente em nosso país uma corrente forte para inibir todo e qualquer tipo de preconceito que a sociedade tenha ou venha a criar. No entanto, em relação ao preconceito linguístico essa retórica ainda não se propagou o suficiente para tornar-se uma corrente.

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica (Bagno, 2007, p. 13).

Nesse sentido, entende-se que barreiras estão sendo quebradas, mas ainda não são suficientes a ponto de se estender aos limites do preconceito linguístico, uma vez que tudo depende da chamada boa educação familiar, onde valores são ensinados no âmbito da família, sendo que tal intolerância linguística chega ao seio escolar carregado de mágoas e ódio na maioria das vezes. Bagno (2007) afirma que, infelizmente esse comportamento é diariamente alimentado na sociedade brasileira.

[...] o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos (Bagno, 2007, p. 13).

Compreende-se, nesse contexto, que uma parcela da sociedade brasileira possui uma gama de conservadorismo linguístico do português europeu, chegando até a ter uma imagem negativa da língua falada no Brasil, esse comportamento se dá em função da falta de compreensão em relação as mudanças sofridas pela língua

nacional, em suas inúmeras barreiras geográficas linguísticas e diferentes tipos de exploração e colonização feitas por diversificados povos e do contato com variados tipos de línguas internas e outras trazidas para o nosso território.

O mito de que o Brasil possa ter uma unidade linguística é muito prejudicial à sociedade brasileira e para a educação de um modo geral, segundo Bagno (2007), porque, quando não se reconhece a verdadeira diversidade do português falado no país, a escola tenta impor sua norma linguística. Assim, essa imposição das normas escolares no cenário nacional, leva a população menos esclarecida a entender erroneamente que a língua falada no Brasil, é a mesma de todo o povo brasileiro.

Percebe-se que um dos grandes propulsores desse processo é a escola tradicional brasileira que em sua grande maioria desprivilegia as diversidades linguísticas dos diversos estados brasileiros, seus sotaques, significados e origens geográficas. Essa forma de conformismo da educação em relação a esse tipo de comportamento por parte da escola é repassada para a sociedade de forma eficiente, através da falta de conhecimento sobre nossa história linguística, até mesmo no âmbito familiar. Assim, como, desmerece as regionalidades, situações econômicas e graus de escolarizações, elevando assim, o grau do preconceito linguístico no território nacional. Nesse sentido Bagno (2007) comenta:

Como a educação ainda é privilégio de pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os sem-língua (Bagno, 2007, p. 13).

Nesse contexto, temos o exemplo da diversificação linguística da Amazônia, onde, apesar de vários estados serem vizinhos, o significado de palavras e sotaques são bem distintos. A esse respeito, Pinto (2021) afirma que, “os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil conseguiram se comunicar com os indígenas que moravam no litoral brasileiro, devido eles falarem línguas indígenas parecidas”, mas não iguais, faziam parte de um mesmo tronco linguístico, assim, a comunicação tendeu a se desenvolver naturalmente, e é certo que algumas palavras da língua portuguesa foram inseridas no cotidiano dos nativos de forma natural.

Em outra perspectiva temos a questão do dialeto, que, se define por um conjunto de particularidades tais que o seu agrupamento dá a impressão de um falar distinto dos falares vizinhos, a despeito do parentesco que os une, ele é a modificação regional de uma língua. Conforme Coutinho (2011, p. 27), não se deve admitir que a falsa ideia de que o dialeto seja a corrupção de uma língua. O povo, quando modifica o idioma, obedecendo às suas tendências naturais, não o corrompe. A língua, como tudo na natureza, está sujeita a transformações inevitáveis.

Compreendo que a mudança de uma língua se dá por um processo natural de evolução, pois, a linguagem não é estanque, não é fixa, ela se modifica com o passar do tempo. Assim, uma comunidade quando modifica uma linguagem padrão sem corromper sua formação e seus princípios linguísticos, não está agredindo e nem danificando uma língua.

Entendo que, o contexto para a formação de um dialeto segue uma padronização social determinante em sua criação, Coutinho (2011, p. 28) comenta que, “Para a formação de um dialeto, concorrem causas de várias ordens: ética, social, geográficas, etc. Uma língua só conserva o seu aspecto uniforme enquanto é falada por um pequeno agrupamento humano”. Assim, as influências são as mesmas, as comunicações entre as pessoas mais íntimas e constantes, os interesses idênticos. O autor afirma que:

Desde que, a família humana se multiplica, desdobrando-se por várias regiões, a unidade linguística se torna insustentável, a menos que haja uma ação enérgica do poder central, mantendo as diversas regiões vinculadas espiritual e materialmente à metrópole. Esta ação que se exerce, sobretudo, pela literatura, pelo jornalismo, pelas escolas, está condicionada ao grau de dependência política, a distância e aos meios de comunicação (Coutinho, 2011, p. 28).

A partir desse ponto de vista, historicamente a língua e suas formas de comunicação estão intimamente ligadas ao Estado e aos dogmas políticos, no que se refere a sua manutenção e desenvolvimento. Assim, sua propagação e ensino depende do interesse do governo central, da metrópole, ficando assim, o entendimento de que, se houver a vontade de manter a sustentabilidade linguística de um determinado povo por parte do poder político governante, assim, será feito. Caso contrário, essa manutenção linguística está fadada ao descaso e ao esquecimento, principalmente em localidades distantes das capitais.

Nesse sentido, conforme Coutinho (2011, p. 29), quanto mais dependente

politicamente estiver a região, menos distante se achar da capital ou sede do poder central, mais facilidade houver de comunicação com ela, tanto maior será a resistência da língua em manter a sua unidade. Assim, sobre os laços políticos que a metrópole exerce sobre a linguagem, o autor afirma que:

Quebrados os laços políticos ou enfraquecida a ação da metrópole, começam logo a surgir diferenças locais, que darão em resultado, no correr dos anos, a formação de dialetos. Desde que a ação do poder central se enfraquece, desde que o laço social se relaxa, os grupos se deslocam, e cada um deles, retomando a sua autonomia, chega rápida e inconscientemente a se constituir em linguagem independente (Coutinho, 2011, p. 29).

Percebo que, o distanciamento político e assistencial em relação a manutenção de uma língua, por parte do estado governante faz com que surjam a formação de dialetos, com o passar dos anos. Dessa maneira, se os os laços sociais se enfraquecem entrem a capital e as regiões distantes, é natural que se formem maneiras independentes de linguagem, mesmo que, de forma inconciente por parte dos falantes locais.

No entanto, não se pode ignorar aquele que está no lugar onde se fala ou de que se fala a importância do conhecimento dos dialetos. Conforme Coutinho (2011), são os ele que nos dão a chave de muitos problemas de linguagem. Assim, nos dias atuais, não deve tratar de qualquer questão que envolva a linguagem, com abstração dos documentos dialetológicos.

Em relação a conceituação da temática em contexto, Camara Jr. (1989) relata que, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais. Dessa forma, em suas especificidades, eles não oferecem por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território por que se estende. O autor comenta que os dialetos podem se dividir em subdialetos:

A divisão acontece quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território. A classificação dos dialetos e subdialetos de uma língua é, até certo ponto, convencional, pois depende dos traços linguísticos escolhidos para base de classificação, são sempre preferidos traços fonológicos e morfológicos porque a fonologia e a morfologia são aspectos de uma língua mais estáveis, mais sistemáticos e mais característicos de sua fisionomia (Camara Jr, 1989, p. 95).

Entendo que, no Brasil existe a divisão dialetal entre o Norte, o Sul e o Nordeste, onde há a distinção entre o amazônico, o nordestino, o baiano, o fluminense

e o sulista. Assim, de forma geral, a língua materna oficial é o português, no entanto, a variedade e diversidade linguística do Brasil, nos apresenta uma grande quantidade de falares diversificados no território nacional, onde a maioria deles é derivada da língua portuguesa trazida de Portugal.

Assim, toda língua em sua origem é um “dialeto”, que por determinadas circunstâncias consegue predominar. Esse fato histórico de mudança linguística, aconteceu com o italiano, que, no princípio foi o dialeto da Toscana, o mesmo caso do espanhol, o dialeto de Castela e o caso do francês, o da Ilha de França. Assim, compreendo que, língua e dialeto são termos relativos, ou seja, não são alheios.

Nesse contexto, o italiano, o francês, o espanhol e o português, quando tomados separadamente, constituem verdadeiras línguas. No entanto, quando relacionadas ao latim, não passam de simples dialetos. Nessa contextualização, Coutinho (2011) afirma que:

A princípio, o que existia era simplesmente o latim. Depois, o idioma dos romanos se estiliza, transformando-se num instrumento literário. Passa então a apresentar dois aspectos que, com o correr do tempo, se tornam cada vez mais distintos: o clássico e o vulgar. Não eram duas línguas diferentes, mas dois aspectos da mesma língua. Um surgiu do outro, como a árvore da semente. Essas duas modalidades do latim, a literária e a popular, receberam dos romanos a denominação respectivamente de *sermo urbanus* e *sermo vulgaris* (Coutinho, 2011, p. 29).

Notadamente percebo que, qualquer dialeto é derivado de uma língua mãe, onde não se trata de línguas diferentes, mas, sim de distinção, onde o que surge é um aspecto diferenciado do outro. Ou seja, é a ramificação de uma língua que já existia, uma nova maneira de comunicação, derivada de um raiz já existente, como é o caso do latim e das línguas neolatinas.

Ao nos depararmos com as formas diferentes e diversificadas dos sotaques do português falado na Amazônia, antes de quaisquer comentários sobre a questão, temos que levar em conta a realidade portuguesa, onde em Portugal, atualmente, se fala mais de 40 dialetos diferentes do português, essa quantidade era maior no período da expansão marítima portuguesa.

Porém, a falta de conhecimento das origens e da formação da língua portuguesa no Brasil é um dos maiores influenciadores do preconceito linguístico na Amazônia brasileira, onde se pode dizer que: “Se eu não sou preconceituoso, o preconceito não existe”.

Em síntese, o preconceito linguístico/ geográfico existe, é latente em nossa Região e em Estados vizinhos, aliado ao rigoroso e litúrgico ensino gramatical que buscar padronizar de forma geral a língua brasileira. Porém, os estudos e pesquisas avançadas da sociolinguística e da linguística histórica vem buscando quebrar esse paradigma preconceituosa de padronização da língua portuguesa em nosso país tão diversificado linguisticamente.

4 O CORPUS

A pesquisa foi realizada *in loco* no Paraná do Jurupary – Puku/ Comunidade Salvação. No entanto, as fotografias mostradas no trabalho são do Autor e de autorias de pesquisas icônicas feitas anteriormente, em função de que, a geração de dados foi realizada no período de cheia, ou na enchente das águas, dos rios da Amazônia, ou período de alagação na várzea.

Nesse sentido, através do contato com os habitantes e dessas narrativas pôde-se constituir o “*Corpus linguístico*” dessa pesquisa, onde busquei encontrar dentro da contextualização descrita os elementos essenciais para a análise linguística dos falares nativos dos moradores do local.

Assim, as temáticas das narrativas orais que descreverei, mostram as tradições locais da comunidade, onde são descritos os acontecimentos relacionados às assombrações do universo místico e encantado da região amazônica, onde estão relacionadas ao social e às experiências vividas pelos moradores, descritas nas rodas de conversas.

Através das narrativas observei que a pesquisa revela um determinado efeito importantíssimo no componente “*semântico e lexical*” de linguagem da Comunidade que é provocado por influência de outras línguas ou dialetos, onde a “*Semântica*” em linguística histórica, de acordo com Faraco (2005, p. 39) “a mudança semântica tem sido abordada na perspectiva da palavra, isto é, como um processo que altera o significado da palavra”. Assim, na semântica histórica, fala-se, por exemplo, de processos que reduzem (restringem) o significado da palavra e de outros que ampliam o significado.

Assim, a pesquisa teve um embasamento semântico em suas análises através da “*Etimologia*”, que segundo Faraco (2005, p. 41) é um estudo tradicional, que busca recuperar a história de cada palavra, isto, é, as relações que uma palavra tem com a unidade lexical de que se origina.

Dessa maneira, os resultados desse tipo de investigação são, normalmente, reunidos em dicionários etimológicos. Assim, por meio do estudo etimológico, é possível recuperar, muitas vezes, a sequência histórica das alterações do significado das palavras. Assim, a etimologia procura informação acerca da história das palavras, até encontrar o seu étimo, que é a forma mais antiga da palavra, de que há conhecimento.

De acordo com Faraco (2005, p. 42), o confronto da palavra com o seu étimo mostra, por vezes, alterações que não são meramente linguísticas. Dessa maneira, o nome de alguns meses do ano, por exemplo, preserva a memória de calendários já abandonados: é o caso de: “*setembro*, o sétimo mês do ano romano”, “*outubro*, o oitavo”, “*novembro*, o nono” e “*dezembro*, o décimo”.

No entanto, a distância fonética entre o étimo e a forma contemporânea só se compreende à luz de uma qualquer reinterpretação. Assim, conforme Faraco (2005, p. 42), esse pode ser o caso de *alfinete*, proveniente do Árabe *AL-HILÂL*, mas talvez modificado pela forma de *fino*, que é uma das suas propriedades (em Castelhana a forma cognata é *alfiler*).

Dentro da análise linguística dos dados da pesquisa, também, verifiquei a presença do “*Consonantismo*”, que é o estudo das transformações sofridas pelos fonemas consonantais ao longo de sua evolução histórica. Este estudo distingue-se em consoantes simples e grupos consonantais.

O consonantismo é o estudo das transformações sofridas pelos fonemas consonantais ao longo de sua evolução histórica. Este estudo distingue-se em consoantes simples e grupos consonantais. As consoantes simples, classificam-se com base na posição, elas podem ser iniciais, mediais e finais.

De acordo com Villalva (2008) em posições iniciais, as consoantes latinas, na sua passagem para o português, mantiveram-se inalteradas. Como por exemplo:

Bene> Bem; Filiu> Filho; Salute> Saúde e Debere> Dever.

Entretanto, conforme Villalva (2008), existem algumas exceções, como no caso de: Cattu> Gato e Libelu> Nível. Na posição medial, as consoantes mediais surdas, aquelas em que as cordas vocais não vibram, em posição intervocálica, que é entre duas vogais, deram lugar às suas homólogas sonoras: Lupu> Lobo; Vita> Vida; Focu> Fogo; Vacivu> Vazio e Aqua> Água.

As consoantes mediais sonoras, aquelas em que as cordas vocais vibram, ou sofreram síncope, conforme Villalva (2008), ou permaneceram, ou alteraram-se: Caballu> Cavalo - Modificou B para V; Fudele> Fiel - O D sofreu síncope; Legere> Ler - O G sofreu síncope; Legere> Ler - O G vocalizou; Paganu> Pagão - O G manteve; Velu> Véu - O L síncope e Amicu> Amigo - O M permaneceu.

Dessa maneira, em posição final, as consoantes latinas sofreram apócope. Apenas se conservaram no português as consoantes M, N, R e S: Cum> Com - M conservou-se nos monossílabos como simples ressonância nasal; In > en> em - N

permaneceu como ressonância nasal, ora apresentada por til, ora por M; Inter> Entre - R permaneceu, mas sofrendo metátese; Magis> Mais - S permaneceu como marca de plural, mas também nos nomes próprios, nos verbos e advérbios.

Nesse contexto, outro processo utilizado foi o chamado “*Empréstimos*”, que significa a introdução de palavras de uma língua de origem numa língua alvo, de acordo com Villalva (2008) é um processo antigo e frequentemente atestado.

Porém, a recepção destas palavras estrangeiras nem sempre é idêntica. Dessa forma, Villalva (2008, p. 21) entende que, “[...] a introdução de empréstimos suscita mesmo polêmica, por se tratar de um processo relacionado com a história social da comunidade linguística que os veicula e daquela que os acolhe”. Nesse sentido, existem gramáticos e falantes que criticam e/ ou rejeitam o uso de palavras não vernáculas, tendo até os termos como “*estrangeirismo, decalque* ou *galicismo*”, dando-os uma certa conotação pejorativa.

Nesse sentido, foram feitas entrevista com moradores da comunidade em questão, todas gravadas, sem o auxílio de perguntas pré-estabelecidas, para não constranger os entrevistados, que tiveram seus nomes substituídos por pseudônimos.

Assim, as perguntas foram repassadas para um suporte digital e depois, transcritas para o formato escrito, para assim, fazermos as análises das narrativas orais sobre a história da comunidade, seu lado social e sua simbologia cultural das narrativas orais sobre encantamento na Comunidade Salvação, transcritas de acordo com as Normas do NURC.

Na comunidade Salvação/ Paraná do Jurupary- Puku as questões relacionadas aos encantamentos e o misticismo de suas histórias, são levadas bem a sério, onde os contos e lendas são tidos como verdadeiras. Assim, esses ensinamentos são transmitidos na forma oral, de geração para geração, se mantendo vivo na memória do morador local.

Apesar de não se ter fatos atuais comprovados, relacionados ao contexto que envolve toda historicidade social da comunidade, dos encantamentos e encantados, que são descritos pelos moradores mais tradicionais da comunidade, os nativos da localidade possuem um sentimento de respeito a essas tradições históricas que transcendem ao senso crítico do ser humano moderno.

Dessa forma, mesmo que a histórias narradas e os personagens, sejam partes integrantes do contexto local, onde se deu a pesquisa, é fato que os acontecimentos da comunidade são descritos pelos moradores mais antigos, como verídicos e fazem

parte do lendário, das crenças, do mítico ou encantado, da história e da cultura desse povo.

A pesquisa também aborda as questões lexicais do linguajar da Comunidade, que, por sua vez, o “*léxico da língua portuguesa*” possui sua raiz na língua latina e, em particular, no léxico do Latim falado no noroeste da Península Ibérica durante a vigência do Império Romano. Segundo Villalva (2008), começa a se diferenciar do Latim falado em outras regiões por volta do século V d.C. Dessa maneira, nem as línguas faladas nesta região antes da ocupação romana conseguiram subsistir à colonização linguística latina. No entanto, nem as línguas dos posteriores ocupantes foram capazes de suplantá-la.

Nesse sentido, corroboro com Faraco (2005, p. 42) onde afirma que “pode-se estudar historicamente a composição do léxico, observando sua origem”. Assim, a base latina do léxico português e os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas (os chamados empréstimos). Conforme o autor:

Esse tipo de estudo no eixo do tempo se correlaciona normalmente com o estudo mais amplo da história cultural da(s) comunidade (s) linguística (s), na medida em que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura (Faraco, 2005, p. 42).

Entendo que a principal característica de dominação do Império Romano sobre os povos conquistados foram a imposição do idioma “*latim*” e da cultura romana como marca de soberania aos novos súditos. Assim, através da língua e da cultura o Império Romano pode difundir seus domínios e marcar seus territórios, de forma que essa marcação perdura até os nossos dias atuais, registrados através do tempo e da história da humanidade.

Assim, o léxico do Português está ancorado no léxico latino e, em particular, no léxico do Latim falado no noroeste da Península Ibérica durante a vigência do Império Romano. Conforme Villalva (2008, p. 21) fazemos uso na atualidade deguítica algumas palavras que exemplificam essa grande herança lexical latina e que permitem observar algumas das alterações fonéticas que acompanharam a passagem do “*latim* ao *português*” com o passar do tempo através de “empréstimos”:

Figura 10 – Herança lexical latina

HERANÇA LEXICAL LATINA		
CAPILLUM	>	Cabelo
CLAMARE	>	Chamar
DOLORE	>	Dor
FILIUM	>	Filho
LACTE	>	Leite
LUNA	>	Lua
PLACERE	>	Prazer
REGINA	>	Rainha

Fonte: Villalva, 2008.

Nestes termos, a palavra é um som articulado, um signo sonoro que nos representa a ideia de um objeto do mundo material, ou de um fato ou de uma noção puramente abstrata. De acordo com Bezerra (2015) se em nossa língua tivéssemos uma palavra para cada ideia, para cada noção, tantas seriam elas que certamente não haveria inteligência que não cedesse a peso tão esmagador.

Assim, fiz uso na pesquisa dos chamados “*empréstimos*”, que reproduzem os morfemas de uma língua estrangeira, utilizando material nativo. De acordo com Lehmann (1994, p.10), exemplos disso são termos acadêmicos como *handbook*, uma tradução do latim, “*manuālibus liber*”, de onde vem a forma abreviada “*manual*”, do português. No entanto, a língua importadora também produz modificações morfológicas, porque os *empréstimos* geralmente assumem os paradigmas e padrões dos elementos nativos.

Compreendo que por isso, as palavras substituem-se em seus sentidos, irradiam-se umas para as outras, encadeiam-se, penetram-se, usurpam os sentidos, auxiliam-se, fundem-se e confundem-se, às vezes, na variedade de suas significações.

Nesse contexto, um dos efeitos mais importante no componente semântico de linguagem é provocado pela influência de outras línguas ou dialetos, esse processo é chamado de empréstimo pelos linguistas. Conforme Lehmann (1994, p.10), “os empréstimos podem ser enxergados como a difusão cultural”. Assim, ao explicá-los, procuramos identificar as condições sob as quais o ato de emprestar e tomar emprestado ocorre.

Em resumo, seguem abaixo as narrativas geradas na Comunidade Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação, com suas respectivas análises e considerações sobre todo o contexto pesquisado:

O cultivo da Juta e da Malva, descrito pelo Sr. Francisquinho Pinto

AQUi a GENTe viVIA mais era DENtro dAGUa...InvenTARAm aQElas MAta... mAs hUje não dA pra plantA hUje na mata...Era assim. Ahh tAva falando, isso aqui mais ou menos...a mArva era a nossa outra planta...a jUta era a primeira...Era mais diflcil trabalhA com Ela...Era GRAnde...MAis GRAnde que a Juta...fica MUito GRAnde...MAs HUje não PLAnta MAis...Ela tinha um bico que pUxava a gente, era mais diflcil trabalhA com ela. Ficava muito grAnde...tinha que fazer um monte bem grAnde de mArva...tinha que ter mais de trEs prA poder trabalhA com um fEche...ela até parece com o paU da jUta...mas E riscada... ela E da mAta...HUje nem se conhece mais...A subrlinha da tla prEta tAva perguntando que diAcho era aquele mAto diferente que tinha perto da portEra do currAr? Ela não tinha vlsto a mArva alnda... leva seis mEs pra dA...mAs hUje nAo se plAnta mAs...era plAntada em lEra e era muito grAnde...três vEz maior do que a jUta...A jUta pOde atE vOrtA...mas agOra o pessoAr tA mUito chEiu de frEscura...fAla qUe nAo tEm mAs espAço...nAo tEm mAs barracAo prA guardA a sAfra...sagEnte tA ficAndo medrOsa...nAquele tEmpo a gEnte trabalhAva com vontade...nAo tlnha mEdo de saMbichUga...nAo tlnha mEdo de sucurijU e nEm de surucucU...sagEnte trabalhAva na Agua pEla cintUra...agUra o pessoAr tA mUito frAco...colOca diflcUrdade em tUdo...a gEnte tEm qUe colocA a jUta dE mUlho...prA depUs tlrar a cAsca e separa a flbra da jUta e colocA pra seCa e fAzer o fArdo.

Na fala do nativo morador da Comunidade, surge em destaque uma palavra comum para os habitantes da Amazônia, trata-se do nome “**Curral**”, cujo nome é comum, como também, o seu significado no território nacional, mas, muito utilizado no Paraná do Jurupary-Puku.

“[...] A subrlinha da tla prEta tAva perguntando que diAcho era aquele mAto diferente que tinha perto da portEra do **currAr**?”

Sua etimologia é originária do latim vulgar: Curralem/ Currale.is/Currus.us, passando pelo idioma espanhol: Corral, mantendo a unidade lexical do espanhol no português vernáculo “Corral”. Em nossos dias, no português moderno, ela é “Curral”.

Dessa maneira, a palavra “Curral” é introduzida de “**empréstimo**” por via direta, mediada pela língua “latim”, sendo objeto de maior conformação fonética e morfológica ao português tomando como base a realização fonética da palavra na língua de origem e na sua forma gráfica:

Latim: Curralem/ Currale-is > Português moderno: Curral

Sua definição é de um lugar cercado em que se junta e recolhe o gado; um estábulo, ou um presépio, sua classe gramatical é um substantivo masculino, sua separação silábica é Cur-ral e seu plural é Currais.

Ex: O gado deve ser preso no “curral” durante a noite, para evitar fugas e dispersão do rebanho.

Figura 11 – Etimologia da palavra Curral

Etimologia	Curral
Latim	Curralem/ Currale.is/ Currus.us
Espanhol	Corral
Português vernáculo	Corral
Português moderno	Curral
Definição	Lugar cercado em que se junta e recolhe o gado; estábulo, presépio, redil.

Fonte: Lehmann, 1994.

Na mesma narrativa, no trecho em destaque abaixo, a palavra em evidência é “**Sambichuga**”, que possui sua formação etimológica na língua latim. Assim, nota-se, que ela faz parte do contexto atual na comunicação usual do discurso em voga.

*“[...] nAquele tEmpo a gEnte trabalhAva com vontade... nAo tInha mEdo de **saMbichUga**”.*

A etimologia da palavra “Sanguessuga” é de origem latina e em Latim é “Sanguisuga”, na língua francesa é “Sangsue”, no Galego é Sambexuga, no português vernáculo “Samessuga, Samexuga e/ou Samexunga”, sendo que no português moderno é “Sanguessuga”. Sua classe gramatical é “Substantivo feminino” e sua separação silábica é “San-gues-su-ga” e seu plural é “Sanguessugas”.

As sanguessugas possuem uma ventosa em cada extremidade; a ventosa posterior permite-lhes fixar-se nos objetos imersos e a anterior lhes serve para aderir a espécie que venha a sugar o sangue. Elas são hermafroditas, geralmente com desenvolvimento direto. No passado, algumas espécies eram usadas em medicina para realizar sangrias.

Sua definição é “Vermes anelídeos”, pertencentes à classe dos hirudíneos, que ocorrem principalmente em água doce. No entanto, há algumas espécies marinhas e terrestres, elas possuem o corpo achatado, segmentado, de contorno lanceolado, mais largo perto da extremidade posterior e com anéis bem demarcados, mais numerosos que os segmentos verdadeiros.

Nesse sentido, a palavra sanguessuga é formada pelo uso de “**empréstimo**” por via direta, mediada pela língua “latim”, sendo objeto de maior conformação fonética e morfológica ao português, que toma como base a realização fonética da palavra na língua latina e na sua forma gráfica:

Latim: Sanguisuga> Português moderno: Sanguessuga

Ex: Mergulhar nas águas dos rios e igarapés da Amazônia é uma aventura, mas, devemos ter cuidado com o ataque das “sanguessugas”, elas grudam no corpo e sugam sangue humano.

Figura 12 – Etimologia da palavra Sanguessuga

Etimologia	Sanguessuga
Latim	Sanguisuga
Francês	Sangsue
Galego	Sambexuga
Português vernáculo	Samessuga, Samexuga, Samexunga
Português moderno	Sanguessuga
Definição	Vermes anelídeos pertencentes à classe dos hirudíneos, que ocorrem principalmente em água doce.

Fonte: Biderman, 2021.

Os encantados do Paraná do Jurupary – Puku, descritos pela Sra. Rosilda Bentes

NaqELE TEMpo antigo...aqui se pescAVA MUItO...era tUDO FARto...pegava tUDO... até PExe BUi...as CUisas era diferENTE...se Vla de TUDO...TUdu tIpo de miZURA... um dia eu TAVa pesCANDO...aQUI perto...Antes a cabeCERA do paraNA... na entrada do FURo...FOi quANDO dei com aQUiIlo falANDO HUUU...MEu cebELO ARRUpio TUDO...Ai eu gritEi...VAi te embORA pro teu camInho blcho...Aiii olhei pra clma pra vE se não era Uma pregulÇA...Mas Era no TOco da munguBERA, na restinga...PEguel a FAca...bati na PRUa do CASco e escuTEi de NUvo... HUUUU... fiquEi com MUItO MEDo... TAVa me esplANDo... foi quANDo vi o VURto puLA na AGua e SARTar de frente DA BUca do paraNA...BUiu no MEio do rlo e DEu um SARTo... Era o BUtu...NUM PUDia MUIher pesCA suZINha que ele vlnha se salientA pra ela. SEMpre pesQEi de anZOR pOr Essas BANDas...E de CASco...remANDU...Essa fUi a primERA vEZ que vi Uma mizURA dEssas...TORdia...eu tava em casa...mAs já faz TEMpo...Quando o FRAncisco cheGU uma 11 HOra da NUite...EU deci a escada da casa e FUI cuidar do PExe que ele pesCU...fiQEI nUm giRAU...NU teRRERo...na ribanCERa...perto do AmaZOnas...FUi quando vi os cachoRRU rosnandU hUUUm... MAs nUm latIRUM...MeU cabelo se arriPIO...mINHAs PERna ficaRUM TUDO DURmete...ficaRUM TUDO iGUAr PERna de MUcho VELho...Tudo BAMbo...NAo CUNsegi me meXE...foi quANDO vi aqELE hoME...TUDO de BRANco...era bem ARto... chaPER na cabEÇA...ele TAVa em PE...ULHAndu pra mIm...dei um GRItu...MEu DEUs...Us caCHUrros parecE que se sorTArU e partiRUM pra clma dELE... AQIlo salU na cavaLHAda RUmo da BEra do AmazOnas...AQUiIlo paSSU PUr Dentro du aRAme farpaDU e teBUm...caIU dentro DAgua...e bulU LA FOra...no amAzonas...DEmaNHA AINda FUi ver se TINha Farpa da caMISa do PESTe na CERca...MAs NUM TINha NAdA...NEm VURtu...AChU que QERia me esPANta...eu CISmo que ERa o BUtu...essa FUi a seGUnda VEz que VI ESSas miZUra.

No trecho da narrativa em destaque abaixo, a palavra em evidência é “**Mucho**”

ou Mocho, que notadamente ela também, faz parte da comunicação local.

“[...] ficaRUM TUdo iGUAr PERna de **MUcho** velho”.

A palavra Mocho é possui sua formação na língua Latim e seu significado em português moderno é “assento de madeira sem braço nem encosto”, assento sem costas para uma pessoa.

Essa palavra também, possui outros significados, como: ave de rapina noturna da família dos bubonídeos; coruja, pássaro da morte. Nesse caso, entendo que “Mocho” possui o uso de “**Empréstimos indiretos**”, que são introduzidos na língua de chegada por intermédio de uma outra língua, como é o caso de “Mocho” em português moderno que faz uso do vocábulo da *língua espanhola*, onde possui a mesma grafia e pronúncia da língua original: “Mocho”, mas é derivado do *latim*:

Latim: Mutilu> Espanhol: Mocho> Português moderno: Mocho

Ex: João, entre, a casa é sua, fique à vontade, pegue o “mocho” e sente-se!

Figura 13 – Etimologia da palavra Mocho

Etimologia	Mocho
Latim	Mutilu
Espanhol	Mocho
Português vernáculo	Mocho
Português moderno	Mocho/ Tamborete
Definição	Algo mutilado, faltando um pedaço, assento sem costas para uma pessoa.

Fonte: Lehmann, 1994.

A mudança da Várzea (Zona rural) para cidade grande (Zona Urbana), descrita pelo Sr. Valdomiro Pinto

Meu Filho... na anTIGA EPOca dos MEus PAis e dos MEus AVÓs... NÃO Era FÁCil caSAR e ARRANjar muLHER...O casaMENto Era ARRUmado pelo pai do NOlvo em acordo com o pai da NOlva...Era um ACORdo no fiNAL...Fora disso...VIRAVa briga entre faMÍlia... Minha MAe FALAVa ALgumas COIsas do casaMENto dela...MEu aVÔ era descenDENTE de faMÍlia portuguesa...MAS tinha a pele um pouco mais esCURA... NÃO era BRANco...era quase moREno...Dai...Chamavam ele de CABOco...Não era ALto...Era mediano...Ao conTRÁRio da minha Mãe...Era ALva e ALta...Mas era acordo...Quem manDAVA era Ela... Ela so fazia neGOcios com parentes...tinha sociedade com as MALAguetas...Eram PRImas...SILva...PINto...BENtes...MORAVam todas na reGIÃO do BAIXo AMAZonas entre SANTarém...ALENquer...MONte ALEgre... NOssa FAMÍlia era comandada pelas MÃes...MEu filho...eu sou da ÉPOca do JURUpary-puku, era como se chamava a vila...MAS...oficial era salvaÇÃO...os antigos chamavam paRANÁ do JURUpary-puku... ACONteceu um tempo que AGENte vai arrumando família e acaba partindo pra outro lugar... MINha família mudou para o PARAcary e JARAquy-tuba... hoje terras de MONte ALEgre... MAS era de ALENquer naquele tempo...ARRUMei mulher e fui para outros rumos...COM o tempo mudei para o AMAZonas...ERa mais fácil a sobrevivência na cidade de MANaus...A ZONa FRANca tava dando emprego na construção civil para quem não tinha profiSSÃO..eu era vaqueiro e pescador...herança de trabalho herdado de minha faMÍlia de tradiÇÃO portuguesa...ESTudei na cidade de ALENquer...SANTarém e MANaus...COM dificuldade...DEVI do a ter faMÍlia...MAS conclui o curso priMÁRio...LENdo e escrevendo bem...QUE praquele tempo era muito bom...MINha Mãe ANa CAETano PINto...FALava que nossa origem faMILiar É de PORTugal e que ÉRAMos descendentes dos PINtos...QUE eram os AFRicanos...MOUros mulçumanos que invadiram a ESPanha e depois mudaram para PORTugal...A MISTura desse povo fez com que nossa faMÍlia tenha diferentes Tipos de cor de pele e de altura...A MINha finada irMÃ..PREta e o meu finado irmão...CHlco...ERAm quase negros...TINham

a cor da pele bem morena...MAis...TINham nariz afilado...A finada ANa falava que elas...As MALaguetas eram primas e TINham sociedades na criação de gado e neGÓcios...MAis a faMÍLia chegou pra reGIÃO devido a guerra da cabanagem...VIEram das terras de CAMetá...ELEs apoiaram os CABanos...FALavam a LÍngua GERal e o purtuGUÊs antigo...MEUs irMÃos mais velhos que ficaram na SALvaÇÃO e lugar mais perto da faMÍLia...FALavam com sotaque antigo...TEu pai era um desses...ESSes meus irMÃos que ficaram junto...TINham um sotaque de língua diferente...PALavras não mais usadas na cidade...QUEm mudou pra cidade deixou de falar algumas dessas palavras...MAis quem ficou...DEMorou pra falar como o povo da cidade...Em ALENquer era FÁCil identificar o povo da SALvaÇÃO naquele tempo...PEla forma de falar...Em MANaus o nosso sotaque era chamado de língua de caboco...NAQuele tempo...MEu filho...O finado teu pai...Mimim...Minha finada irMÃ SabÁ e a PREta...FALavam com sotaque antigos...MAs...O Mmim era o que falava mais arrastado...ELE era comerciante e pescador...FICava mais tempo com essa gente...NOSSa gente...NOSSa parentada...O Mmim...A SabÁ e a PREta...USavam muito a palavra **Culhudo**...TAMBém usava folote...FALava muito a palavra parente...O Mimim...ELE chamava IZabel de IZaber...LAMAÇAL de lamaÇAR...EVERaldo de EVERardo...MATo alto de Mato arto...MEL de abelha de MER de abelha...MALboro de MARboro...MALvado de MARvado.

A palavra "**Colhudo**", citada abaixo, possui sua origem na língua Latim e significa cavalo inteiro, não castrado. No sentido figurado, diz-se do sujeito valente, que enfrenta o perigo, que aguenta o repuxo.

Outro significado é aquele que tem testículos grandes, maior virilidade que outros ou intrometido. Em latim é originária da palavra "Coleum + udo"; em espanhol é Cojudo; no português vernáculo é Testículo + udo e em português moderno: Colhudo.

[...] O Mimim...a Sabá e a Preta...usava muito a palavra "**Culhudo**".

De acordo com Lehmann (1994), quando um grupo de falantes aprende uma

língua prestigiosa, os indivíduos estão sob pressões sociais de adquiri-la perfeitamente (empréstimos). Dessa maneira, procura-se falar a segunda língua da melhor maneira possível e evita-se transferir elementos de sua língua materna. Assim, o processo de “**Empréstimo**” é por via indireta, onde:

Espanhol: Cojudo > Português vernáculo: Culhudo > Português moderno: Colhudo.

Essa é a provável situação linguística dos primeiros moradores do Paraná do Jurupary – Puku, eles eram descendentes dos primeiros colonos portugueses que chegaram na região de Cametá, falavam a “Língua Geral” fluente e tinham o “Português vernáculo” como língua materna, então, é natural que algumas palavras e formas de expressões transpassassem o tempo e ainda perdurem.

Ex: O jogador do time adversário é um “Colhudo”, está se achando o maioral, acha que é melhor que os outros, se acha mais homem que os outros.

Figura 14 – Etimologia da palavra Colhudo

Etimologia	Colhudo
Latim	Coleum + udo
Espanhol	Cojudo
Português vernáculo	Culhudo
Português moderno	Colhudo
Definição	Que tem testículos grandes. Indivíduo valentão, que se julga mais viril que outros e/ ou intrometido.

Fonte: Lehmann, 1994.

Saindo do interior para morar na cidade grande, descrito por Gilson Bentes

*MEu PRImo, a MINha MAe ERA da COMUnidade SALVAção...EU NASci LÁ...SE muDARAM QUANdo CAsou COM MEu PAi... muDARAM PArA a cidade de ALENquer e depois para a colônia...Estudei na cidade de ALENquer e devido as dificuldades para viver na várzea...MEus pais vieram em busca de uma vida melhor na cidade...Minha mãe era ANTOinha BENTes já falecida...ELA falava que os BENTes...OS PINTos e os SILva eram todos primos...PARENTes...ELA faleceu bem idosa...OITENTA anos...FALAVA que naquele tempo os parentes eram mais chegados uns aos outros...MAS com o passar do tempo alguns que mudaram para a cidade de ALENquer ou SANTarém ficaram com pavulagem...MUDARAM a forma de falar e até de se respeitar...NÃO se tratando como parentes...MAS os antigos ainda se respeitavam...ENQUANto a mim...MEU primo...FUI estudar e trabalhar em MANaus...FIZ curso técnico em ENFERmagem...TRABAlhei no DISTRIto industrial de MANaus...MAS não é fácil a vida na terra dos outros...PRINCipalmente se você é paraense vivendo em MANaus...ELES guardam mágoas do povo do PARá...DESDe a colonização da AMAZônia...É uma questão cultural...DE desinformação e XENOfobia...PRINCipalmente pelo nosso sotaque diferente que nós temos no PARá...CHAMam a nossa fala de cabocla...DECidi voltar para a minha terra e hoje moro e trabalho em SANTarém...**Agora sou MoKorongo**...TRABAlho na área da saúde pública do MUNicípio e me sinto respeitado...QUANdo sinto saudades venho até a comuniDAde VIsitar NOssa CAsa e os meus paRENTes...**MINha Mãe era uma pessoa agradável e MUItO ALEgre...FALAVA algumas palavras de forma diferente...Como... CABalo...MOCho...FOLote.***

O termo “Mokorongo”, descrito em destaque abaixo, possui o seu significado etimológico na língua “Tupi”, que era falada na Região do Baixo Amazonas e Tapajós, antes da chegada do colonizador português.

[...] Agora sou MoKorongo

Assim, na língua tupi “Mokó” (Mokén) significa: “Assar peixe na grelha de

madeira” e “Õngo (a)”: significa: “Cantar”, “Soar”, logo, aglutinou-se com o passar do tempo ficando “Mokó + r + Õngo”: “Mokorongó”. Assim, o real sentido dos significados dessas expressões seria: “O povo que assa peixe na grelha de madeira, canta e dança na beira da praia”.

Dessa forma, a palavra “Mokorongó” é formada através do processo linguístico chamado de “**Composição**”, onde ocorre a formação de novas palavras a partir de duas ou mais palavras simples ou radicais: Mokó + Õngo. As novas palavras formadas são compostas e possuem significado próprio.

O processo de formação da palavra “Mokorongó” é o de composição por aglutinação, onde ocorre a fusão de duas ou mais palavras ou radicais, havendo alteração de um desses elementos formadores. Assim, além da alteração no significado, os elementos formadores perdem sua identidade ortográfica e fonológica, havendo troca ou supressão de fonemas e/ou apenas um acento tônico na nova palavra composta:

Tupi: Mokó - Õngo > Português moderno: Mokorongó.

A palavra “Mokorongó” em seu significado é: “O povo que assa peixe na grelha de madeira, canta e dança na beira da praia”.

Figura 15 – Etimologia da palavra Mokorongó

Etimologia	Mokorongó
Tupi	Mokó – Õngo
Português vernáculo	Mokó + r + Õngo
Português moderno	Mokorongó
Definição	Denominação dada ao Nativo de Santarém – PA, que assa peixe na grelha de madeira, canta e dança na orla da praia.

Fonte: Carvalho, 1987.

O outro termo em destaque “**Cabalo**”, citado abaixo, possui sua origem no latim. Seu nome científico é *Equus caballus*. Dessa maneira, em latim clássico é “*Equus*”, seu “radical” está presente em “Equestre ou Equitação”, no Latim vulgar, é grafado como *Caballus*, sendo usado para designar o animal de serviço, de baixa qualidade, geralmente castrado.

*[...] Minha mãe era uma pessoa agradável e muito alegre... Falava algumas palavras de forma diferenciadas... **cabalo**[...].*

Em outras línguas românicas, *Cavallo* (Itália); *Cheval* (França); *Caballo* (Espanha). Em galego é “*Caβalo*”, em português vernáculo, “*Cabalo*” e em português moderno “*Cavalo*”.

O processo ocorrido na palavra em questão é o “**consonantismo**”, que é, o estudo das transformações sofridas pelos fonemas consonantais ao longo de sua evolução histórica. Este estudo distingue-se em consoantes simples e grupos consonantais.

As consoantes simples, classificam-se com base na posição, elas podem ser iniciais, mediais e finais. Nas consoantes mediais sonoras, aquelas em que as cordas vocais vibram, ou sofreram síncope, ou permaneceram, ou alteraram-se:

Caballu > Cavalo - Modificou B para V

Ex: O “cabalo” que pertence ao Sr. João é da raça puro sangue marchador. É uma linda espécie de “cavalo”.

Figura 16 – Etimologia da palavra Cavalo

Etimologia	Cavalo
Latim	Caballus
Galego	Caβalo
Português vernáculo	Cabalo
Português moderno	Cavalo
Definição	Usado para designar o animal de serviço, de baixa qualidade, geralmente castrado.

O preconceito linguístico da cidade grande, descrito por Jonas Pinto

*MEu primo...MINha mãe era da SALVação...NASci lá...HOje moro em MANaus...MUDAmos para ALENquer e depois para MANaus na época do auge da ZONa FRANca de MANaus...ERa o lugar das oportunidades de trabalho para o meu pai e melhor condição de vida para mim e minha mãe...EU era criança...LEMBro que tivemos dificuldades no início...PRINCipalmente por ser do interior do PARá...PELo sotaque e forma de falar dos meus pais...PRINCipalmente de minha mãe...ELA puxava muito pelo NH...PORTinha...GITinho...MANinha...ERa preconceito mesmo...COM o tempo mudamos de sotaque...MENos a mamãe...ELA e o tio MIMim...IRMão dela...**NÃO mudaram a forma de falar...NÃO é pavulagem...HOje...QUAndo retorno para rever os parentes...ELes estranham a minha forma de falar...MAs não é porque eu quero mudar a forma...É que o sotaque É diferente...É mais no diminutivo e se usa muito o in... BONitinho... AMArelinho.***

Neste sentido, no trecho em destaque abaixo, a palavra em destaque é “**pavulagem**”, que é de origem etimológica da língua latim “pabular + agem”. Dessa maneira, ela continua fazendo parte da comunicação atual na comunidade onde a pesquisa foi realiza, Paraná do Jurupary Puku / Salvação.

*[...] Nao mudaram a forma de falar... Não é “**pavulagem**”.*

A palavra “Pavulagem” é um substantivo feminino, que significa confiança excessiva em si próprio; fatuidade, vanglória, gabolice, alimenta-se do próprio ego, egocêntrico. Ela também, é vista como demonstração de orgulho; presunção, pedantismo. Mentira ardil, que busca enganar; embuste. Em latim, significa “Pabulum”, em galego “Pabulagem”, em português vernáculo “Pabulagem” e em português moderno “Pavulagem”.

Dessa maneira, a palavra “Pabulagem” teve a ação do consonantismo, que é o estudo das transformações sofridas pelos fonemas consonantais ao longo de sua evolução histórica. Assim, nas consoantes mediais sonoras, aquelas em que as cordas vocais vibram, ou sofreram síncope, ou permaneceram, ou alteraram-se:

Pabulu-m> Pavulu - Modificou B para V

Ex: O Antônio chegou de Belém cheio de “pavulagem”, não come e nem gosta mais de Mapará. Ele está todo “pávulo”, nem sabe mais o que é Piranha.

Figura 17 – Etimologia da palavra Pavulagem

Etimologia	Pavulagem
Latim	Pabulum
Galego	Pabular+agem: Pabulagem
Português vernáculo	Pabulagem
Português moderno	Pavulagem; Pavulage
Definição	Autoconfiança excessiva; fatuidade, presunção; bravatice; fanfarrice; mentira ardilosa; embuste.

Fonte: Cunha, 1986.

O linguajar amazônico sendo compreendido como uma forma de falar do cidadão brasileiro, nativo da Região do Baixo Amazonas, Gabriel Pinto (Mimim), descrito pelo Autor sobre seu pai.

A respeito de meu falecido pai...TENho a declarar que era um homem de estatura Média...ALta para a época em que vivia na AMAzônia...UM metro e oitenta centímetros...ERA caucasiano...OLHos castanhos claros e se trajava bem...COM roupas sociais limpas e bem passadas a ferro...ERA um distinto cavaleiro para seus familiares...AMlgos e pessoas ao seu entorno...ERA um comerciante EXÍmio...UM pescador bravio e um excelente carpinteiro naval...FAZia barcos de madeira como ninGUÉM...Toda a estrutura e finalização dele...UM mestre da carpintaria naval...ALÉM de ser...O ÚNico homem sem medo cujo tive a honra em conhecer na AMAzônia...ERA um EXÍmio CAÇador e atirador...COM arma de fogo...ARco e flexa...CREio que algumas dessas habilidades foram adquiridas no EXÉrcito BRASileiro e na conVIVÊncia com diferentes culturas...O SENhor MIMim...COMo era conhecido por todos...ERA uma pessoa de bom humor...SEMpre oferecia um bom e forte café para seus visitantes em sua casa...ERA seu cartão de visitas...ALGUns amigos lhe chamavam de CAMada...CASou com minha Mãe...QUANdo em suas anDANÇas como comerciante de GÊNeros alimentÍCios...A conheceu na cidade de SANTarém...ONDe a mesma se formara professora em meados dos anos de mil novecentos e setenta... ELA era natural da Ilha de SÃO MIGUel...ATUal ÁRea de CONServação NACional da BIODiversidade...MINha Mãe era uma linda mulher de descenDÊncia afro...COM linguajar culto e coloquial da ÉPOca...O SENhor MIMim era uma pessoa com extrema habilidade na comunicação verbal e interação social com quem ele se relacionava...PRINCipalmente nos seus NEGÓcios...ERA assertivo em seus compromissos e respeitado por eles...SEMpre falava que uma palavra empenhada valia mais que qualquer documento assinado...NO entanto...EU não entendia...COMo uma educadora...EXÍMia leitora de nossa literatura brasileira e portuguesa conseguisse se relacionar com tanta facilidade com meu pai...Que tinha um falar distinto...PARecia ser um falante do século passado...MISTurando o latim vulgar com o galego e algumas expreSSÕEs do tupi e da LÍngua Geral...EM algumas situações...MISTurava o português vernáculo com o

*moderno...ERA impressionante...NÃO conseguia entender como a comunicação entre eles FLUÍa de forma Tão admIRÁVel...MEU pai...QUANdo relaxado FÍSico e mentalmente...SEMPre mantinha as pernas cruzadas...TOMando um bom cafezinho e fumando um cigarro de palha...TABaco...COMum aos moradores ribeirinhos da AMAzônia brasileira...AO entardecer...COSTumava trocar as palavras da língua portuguesa por algumas de tronco latino...COMo a inglesa e o PRÓprio LATim...OFFSide era uma delas...ONDe em se tratando de futebol é impedimento...O uso da expressão...REFEree...ÁRBitro de futebol em inGLÊs...**A expressão CABoco era comum a ele...TAMBém...FOLOte e CULHUdo...EM conversas com o SENhor MIMim...INDaguei sobre essa quesTÃO...ONde o mesmo comentou que a sua forma de falar lhe fora herdada dos INÚMeros contatos com seus AVÓs...PAIs...PARentes e viagens comerciais pela reGIÃO de rios do BAIXo AMAzonas...MEu pai falava que era mais FÁCil a comunicação quando os parentes mais antigos estavam reunidos...TODos sabiam do que se falava e NÃO havia pavalagem.***

A palavra em destaque abaixo é “**Caboclo**”, de origem etimológica da língua tupi “Caa-boc”, o que vem da floresta e faz parte do contexto linguístico na comunicação atual na comunidade onde a pesquisa foi realiza, Paraná do Jurupary Puku / Salvação. Seu significado no português vernáculo é, “Mestiço/ Indígena-europeu” e no português moderno é “Caboclo ou Caboco”.

Nesse sentido, a palavra “Caboclo” é formada através do processo linguístico chamado de “**Composição**”, onde ocorre a formação de novas palavras a partir de duas ou mais palavras simples ou radicais: Caa-boc. As novas palavras formadas são compostas e possuem significado próprio.

“[...] A expressão CABoco era comum a ele...”

O processo de formação da palavra “Caboclo” é o de composição por aglutinação, onde ocorre a fusão de duas ou mais palavras ou radicais, havendo alteração de um desses elementos formadores. Assim, além da alteração no significado, os elementos formadores perdem sua identidade ortográfica e fonológica, havendo troca ou supressão de fonemas e/ou apenas um acento tônico na nova

palavra composta:

Tupi: Caa-boc> Português moderno: Caboco / Caboclo

No entanto, a palavra Caboclo e/ou Caboco significa “população tradicional/ Não indígena”, no português moderno. Porém, o uso mais comum da palavra é feito pelas pessoas que não se reconhecem como “caboclos” e utilizam o termo para designar pessoas percebidas como de condição social inferior.

Na cidade de Manaus, capital do Amazonas, é comum tratarem o morador do Baixo Amazonas como caboclo, onde ele é estigmatizado por falar com sotaque e linguajar diferente. No entanto, esse tipo de nomenclatura linguística já se incorporou e faz parte da cultura Amazonense em denominar os ribeirinhos por esse nome.

Figura 18 – Etimologia da palavra Caboclo

Etimologia	Caboclo
Tupi	Caa-boc: o que vem da floresta
Português vernáculo	Caboco
Português moderno	Caboclo; Caboco
Definição	Nativo da Região amazônica; miscigenado; não indígena.

Fonte: Carvalho, 1987.

No contexto linguístico histórico, outra palavra em destaque acentuado e que faz parte do linguajar típico da “Comunidade Salvação” é “**Folote**”, que possui sua origem na língua latim “Follicare; de Follere”, em galego é “Fole”, que relaciona-se com follis, “Fole”, um instrumento usado para forçar o ar para um fogo, de maneira a avivar as chamas.

Dessa maneira, a palavra “Folote”, possui em sua formação a utilização de “**Empréstimos indiretos**”. Eles são introduzidos na língua de chegada por intermédio de uma outra língua. Assim, a palavra em questão é originária do latim e tem sua conformação fonética e gráfica do galego:

Latim: Follicare/ Follere> Galego: Fole> Português vernáculo: Fole> Português moderno: Folote.

Em português vernáculo a palavra se grafa como “Fole”, e em português moderno é “Folote”, que significa uma pessoa chata, que em tudo se mete, até mesmo sem saber, ou ser chamada, gosta de tirar proveito da situação, pessoa folgada. No entanto, essa nomenclatura pode ser associada a uma palavra pejorativa, com duplo sentido e/ ou de cunho sexual, quando é expressada em tom ofensivo a uma pessoa ou a alguém. Em nosso país já existe jurisprudência para esse tipo de ofensa, no que diz respeito a palavra empregada para ofender uma pessoa.

Ex: Esse candidato é um “Folote”, só aparece em período eleitoral, é muito folgado, aproveitou o cargo apenas para benefício próprio.

Figura 19 – Etimologia da palavra Folote

Etimologia	Folote
Latim	Follicare; de Follere
Galego	Follis
Português vernáculo	Fole
Português moderno	Folote
Definição	Chato, que em tudo se mete, até mesmo sem saber, ou ser chamado, pessoa folgada.

Fonte: Cunha, 1986.

A alegria de ter vivido na época de grande abundância de pescado na

Comunidade Salvação, descrito por João Silva

*PaRENte, a SARVAcao tá difeRENte...TUdo muDOH...a Vida na VILa NAo Eh mas a MESma do TEMpo paSSAdo...aGENte viVIA com difiCURdade...MAS TINha aleGRia...TINha MUItto traBALho...MAS TINha festa no final...TINha muita festividade nas outras vila...AGENte trabalhava na pesca...NA juta...NA planta e na colheita da juta...ERa tempo difícil...MAS era divertido...AGENte tava entre parente...TUDO era primo e prima...tio e tia...era TEMpo de fatura...de comida...TINha peixe boi...TARTaruga...TRACaja...PICCHiua...MUItto pirarucu...PARente...na ÉPOca da tira da juta DÁGua...TINha muita sambichuga...TINha sucuri grande na ÁGUa...TINha tamBÉM...**O famoso cauxi...Ele DÁ na ÁGUa barrenta do rio e DÁ coceira na brilha...?**(Virilha)...DAVa muita alergia na brilha...FICava tudo impolado...COÇava muito...ERa uma micose...UM mijaCÃO...UMa friera...ERa tempo diFÍcil...MAS era divertido...**DUs VEra parente...O tempo passu e NÃo vorta mas.***

A palavra em destaque abaixo, “**Brilha**”, que possui sua formação na língua Latim “Virilia – ium” e significa, parte do corpo entre a porção inferior do abdome e a superior da coxa.

*[...] o faMUso cauiXI...ele DAH na AGUa baRREnta do Rio e DAH coCEra na “**BRilha**”...?(virilha).*

Em castelhano essa palavra é escrita como “Verija”, em galego “βirilha”, no português vernáculo “Verilha” e em português moderno chama-se “Virilha”.

Ex: Fazer exercícios com roupas molhadas pode causar assaduras nas “virilhas”.

Nesse contexto, de acordo com Villalva (2008), em relação a mudança semântica, podemos exemplificar pela palavra *virtude*, cujo étimo latino (i.e. *VIRTUS*) refere ‘qualidades (físicas e morais) que distinguem o homem, força própria dos homens’, e que, no Português significa ‘disposição habitual para a prática do bem’, tanto por homens como por mulheres.

Entendo, dessa forma, que o mesmo se verifica com “**Virilha**”, palavra que em Latim derivavam da forma *VIR*, que significavam “homem”, e cuja interpretação

contemporânea não conhece essa restrição semântica.

No entanto, a forma usada no enunciado é “Brilha”, que é uma expressão do Galego derivada do Latim, sofrendo um processo de “**Consonantismo**”, que segundo Coutinho (2011, p. 111) as consoantes iniciais não sofrem modificação na passagem do latim para o português, as alterações que nelas são notadas já haviam acontecido, em função da influência de analogias ou de ter a palavra penetrado primeiro em outra língua, de onde foi trazida depois para o português.

Dessa maneira, esse fenômeno ocorre nas consoantes mediais sonoras, aquelas em que as cordas vocais vibram, ou sofreram síncope (fenômeno que pode ser encontrados ao longo da história da língua portuguesa, durante a evolução do latim para o português), ou permaneceram, ou alteraram-se: β irilha/ Brilha > Virilha - Modificou B para V.

Figura 20 – Etimologia da palavra Virilha

Etimologia	Virilha
Latim	Virilja – ium
Castelhano	Verija
Galego	Birilha
Português vernáculo	Verilha
Português moderno	Virilha
Definição	Parte do corpo entre a porção inferior do abdome e a superior da coxa.

Fonte: Coutinho, 2011.

Outra palavra em destaque é descrita abaixo é “**Vera**”, que possui sua formação na língua Latim “Veras” e significa, Verdade; o que Exato, Real, Verdadeiro, Autêntico; em que há Sinceridade, Exatidão.

“[...] *MAS Era diverTIDO...DUS VERA paRENte...o TEMpo paSSU e NAO VORta MAS*”.

Em galego a palavra é “βerdade”, no português vernáculo é “Verdadeiro” e em português moderno é “Verdade”. A expressão “βerdade” é do Galego derivada do Latim, sofrendo um processo de “**Consonantismo**”, onde as consoantes iniciais não sofrem modificação na passagem do latim para o português.

Nesse contexto, as alterações que nelas são notadas já haviam acontecido, em função da influência de analogias ou de ter a palavra penetrado primeiro em outra língua, de onde foi trazida depois para o português (COUTINHO, 2011, p. 111).

Ex: À vera, o Flamengo é o melhor time de futebol do Brasil.

Figura 21 – Etimologia da palavra Vera

Etimologia	Vera
Latim	Veras
Galego	Berdade
Português vernáculo	Verdadeiro
Português moderno	Verdade
Definição	Verdade; o que Exato, Real, Verdadeiro, Autêntico; em que há Sinceridade, Exatidão.

Fonte: Coutinho, 2011.

Mediante o Corpus analisado nesta pesquisa, se conheceu a forma dialetal de falar de moradores do Paraná do Jurupary – Puku/ Salvação, no Estado do Pará, onde se fez um estudo social, histórico e linguístico, através do viés documental e da pesquisa de campo, no âmbito da referida comunidade, tendo como base os estudos linguísticos com ênfase na linguística histórica.

Através desse estudo científico chegou-se à percepção de que a Comunidade Salvação é um povoado formado em sua maioria, a partir do processo migratório de famílias paraenses oriundas da cidade de Cametá, no Estado do Pará, sendo que, essas famílias foram consideradas inimigas do Império Português, por terem participado da Guerra da Cabanagem contra a Metrópole, Belém.

Identificou-se que, durante o período pós-guerra da Cabanagem, as pessoas que não apoiaram o Governo no decorrer do conflito armado, foram perseguidas pelas forças militares imperiais, onde havia a determinação para a “pena de morte” aos participantes da revolta. Essas famílias eram de formação e descendência portuguesa, que devido ao processo de povoamento da Amazônia receberam terras e benefícios financeiros por parte do Império Português para colonização do Vale Amazônico, por serem nascidas em Portugal. Assim, compreendo que a peculiaridade dos falares locais é derivada do galego e do português arcaico falado pelos colonizadores portugueses que migraram com seus familiares para o local pesquisado.

Por outro lado, a pesquisa nos revelou que o nome original da localidade foi uma homenagem um Guerreiro indígena de grande coragem (Jurupary), respeitado por várias etnias indígenas ao longo do Vale Amazônico. No entanto, a partir da exploração do território amazônico pelos europeus e a imposição de uma nova ordem religiosa, a demonização do nome do grande Guerreiro foi determinada pelos religiosos do período colonial e com o tempo chegou até a ocasião em que foi determinada a mudança no nome da comunidade por ordem governamental municipal de Alenquer, com o apoio sacro católico.

Em suma, a comunicação entre os moradores do local e suas expressões usadas no passado estão entrando em desuso, em função das mudanças linguísticas ocorridas com o passar do tempo, de novos agentes, contatos externos de comunicação, através da evolução tecnológica e novas formas de comunicação. Assim, essa peculiaridade linguística se tornou restrita aos habitantes mais idosos, descendentes dos primeiros imigrantes portugueses do Paraná do Jurupary – Puku.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa acadêmica foi embasada pelos direcionamentos da linguística histórica, através da qual ela expõe o dialeto falado por moradores tradicionais do Paraná do Jurupary-Puku/ Salvação, onde, através da pesquisa bibliográfica e documental, como também, da pesquisa de campo, no âmbito da Comunidade, mostramos algumas palavras mais usadas com frequência, com sua etimologia e variação até os nossos dias. Assim, também, discorreremos sobre as questões históricas e sociais da comunidade dentro do contexto documental e narrativo de seus habitantes.

A pesquisa teve como objetivo geral conhecer a historicidade e a contextualização que envolve a forma de falar dos nativos da Comunidade. Dessa maneira, os objetivos específicos foram: descobrir a complexidade e as variantes externas relacionados ao modo de falar dos moradores; conhecer o linguajar, suas expressões e os principais fatores que contribuíram para a origem do falar tradicional da localidade e identificar quais foram às influências linguísticas que contribuíram para a formação do dialeto nativo, onde foi investigado o contexto histórico/linguístico do surgimento do linguajar peculiar do povoado.

A ênfase desta pesquisa expõe a contextualização da origem do português falado na Amazônia, seu surgimento e consolidação no território nacional como língua oficial do Brasil. Assim, através desta pesquisa conhecemos a respeito da criação da língua geral da Amazônia, o Nheengatu, a boa língua, seu surgimento, desenvolvimento e abolição oficial do território nacional, como também, sua existência e resistência ao longo do tempo, mesmo após sua proibição.

Essa pesquisa foi embasada sob o viés dos estudos linguísticos, mostrando que a língua não é estanque, ela é mutável, está em constante modificação e movimento. No entanto, as mudanças linguísticas não ocorrem abruptamente, de uma hora para a outra, qualquer outra área em uma língua segue o paradigma de etapas, como em um mecanismo, onde, cada peça possui uma função e se ajusta uma na outra. Ela é embasada nos conceitos teóricos de: Faraco (2005), Freire (2003/ 2011), Lucchesi (2009/ 2012), Rodrigues (2018), Silva (2008).

Desta forma, diante do exposto no trabalho, torna-se notório a percepção que envolve a diversidade e definição na formação da língua portuguesa do Brasil; como também, perceber a importância de conhece-la e analisar os paradigmas que

constituem e sua história para uma maior compreensão das origens, características e mesmo da estrutura da língua.

Dessa maneira, a pesquisa teve como finalidade compreender o processo que envolve as temáticas linguísticas sobre a formação do português da Amazônia e suas derivações na atual comunidade Salvação. Assim, a mesma perpassa pelos estudos de diferentes teóricos, sobre suas definições e considerações a respeito da origem do idioma oficial do Brasil na Amazônia e mostra que o dialeto esporadicamente usado pelos moradores mais antigos é originário do latim, do galego, do espanhol e do português arcaico.

A análise nos mostrou que o Brasil é um país oficialmente monolíngue, mas, esse fato não é fruto de uma padronização previamente estabelecida, como defendem alguns teóricos, nem fruto do acaso e sim institucionalmente forçado. No entanto, esse questionamento é incessante, em função das diversas correntes teóricas inerentes a temática.

Durante as observações e a construção desse trabalho, houve a necessidade, conviver com o cotidiano do habitante nativo, onde busquei oportunizar a comunicação e as relações sociais no âmbito da Comunidade, investigando o seu contexto social e cultural, culminando com a elaboração dos resultados desta pesquisa e sua futura difusão no âmbito científico, tendo seu retorno histórico linguístico e educacional para a comunidade.

Compreendo que, o trabalho nos mostrou que todo o processo envolto nessa temática que envolve os moradores do Paraná do Jurupary – Puku não é novo no cenário linguístico mundial, porém, está em constante mutação, devido à língua ser viva e a inúmeros contatos da língua portuguesa europeia com os mais de mil idiomas nativos falados no novo território em processo de exploração e com os avanços linguísticos em voga.

Creio que, a situação do conhecimento científico a respeito das línguas faladas em nosso território, torna-se restrita a pequenos grupos de entusiastas que ainda buscam o conhecimento dos distintos falares do povo brasileiro. Entendo que, não são os homens que existem para servir às línguas, mas, sim, as línguas que existem para servir aos homens. No entanto, para que isso ocorra, precisamos reconhecê-las como tais.

Em suma, esta pesquisa traz a tona o reconhecimento histórico e linguístico da comunidade, como também, desmistifica o processo do surgimento dos primeiros

moradores e a ocupação do local por famílias descendentes de portugueses vindas de outros locais do imenso Vale amazônico, trazendo sua forma diferenciada de falar, misturando-se com o linguajar nativo indígena regional, formando o dialeto que hoje é usado pelos mais antigos do local e tende a desaparecer, devido aos avanços tecnológicos, migrações para os centros urbanos e o desuso natural pelas novas gerações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

BAKHTIN, M. **Discourse in the Novel**. In: BAKHTIN, M. Dialogic Imagination. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARDIN, L. (2011). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos**. Rio de Janeiro: Método, 2015.

BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. DE A. A. (org.). **Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII**. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Brasília: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em 05 de setembro de 2024.

_____. **Lei de Diretório dos Índios, de 18 de agosto de 1758**. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 2024. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br>. Acesso em 05 de setembro de 2024

_____. **Alenquer**. In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 20 de abril de 2022

IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cidades. Pará, **Santarém**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de março de 2024.

_____. Estados, **Pará**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de março de 2024.

_____. Cidades. Pará. **Santarém**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

_____. Cidades. **Alenquer**. Rio de Janeiro: IBGE, Cidades, 2023. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 03 de maio de 2023.

CAMARA JR, J. Matoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARNEIRO, Jeso. **Consórcios vão realizar estudos para concessão da BR-163 entre Campo Verde e Santarém**. Santarém, Brasil. 1 fotografia. 500 x 375 pixels: Jeso Carneiro, 2016. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br>. Acesso em 8 de maio de 2023.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador: Etnolinguística, 1987. Disponível em: <https://Etnolinguistica.org>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 9 de junho 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da língua geral ao português**: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia. Tese. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

_____. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: **uma contribuição para a ecologia política da região**: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <http://rccs.revues.org>. Acesso em 10 de maio de 2023.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. **O português da Gente, a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

HOUAISS. Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care**. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care*. London: BMJ Books, 2000.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Bagno, Marcos; Scherre

Maria Marta; Cardos, Caroline. São Paulo: Parábola Editoria, 2008.

LE COINTE, Paul. **As grandes enchentes do Amazonas**. Belém. Boletim do Museu Paraense E. Goeldi, vol. X: Museu E. Goeldi, 1948. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br>. Acesso em 10 de maio de 2023.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 12, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LINS, Alex Batista. **A constituição histórica do português brasileiro à luz de hipóteses interpretativas**. UFBA: PROHPOR/GELIN, 2009.

LUCCHESI, D., and BAXTER, A. **A transmissão linguística irregular**. In: LUCCHESI, D. BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas**. Handle: Estudos de Linguística Galega, 2012.

_____. **A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica**. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **História do contato entre línguas no Brasil**. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I., Orgs. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli e. d. a. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

_____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In_____, and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. CampinaGrande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://scielo.org>. Acesso em 23 de nov. de 2022.

MOREIRA, Roni. **Nova orla de Santarém**. Belém, Brasil. 1 fotografia. 500 x 375 pixels: Agência Pará. Secretaria de Comunicação, 2022. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br>. Acesso em 8 de maio de 2023.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

PARÁ. Secretaria de Turismo. **Alenquer**. Inventário da Oferta Turística. Belém: SETUR, 2017. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2022.

_____. Governo do Estado do Pará. **História**. Belém: SETUR, 2015. Disponível em: <http://www.pa.gov.br>. Acesso em: 07 de novembro de 2022.

PENA-FERREIRA, Ediene. **Uma análise funcionalista dos pronomes pessoais no Português Brasileiro e no Português Europeu**. Relatório de pós-doutorado. Lisboa: ILTEC, 2014.

PIEL, J.M. **Origens e estruturação histórica do léxico português**. Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

PINTO, Clêdison Sousa. **A Origem do Português Brasileiro e a Transmissão Linguística Irregular: Uma Revisão de Literatura**. In: VOLPATO, Arceloni Neusa. Org. Linguagens, literatura e língua estrangeira: didática e suas percepções. Maringá, PR: Uniedsul, 2021.

_____. **O ensino escolar da língua indígena Nheengatu em quatro do Arapiuns e Baixo Tapajós da Amazônia Brasileira**. In: VOLPATO, Arceloni Neusa. Org. Linguagens, literatura e língua estrangeira: didática e suas percepções. Maringá, PR: Uniedsul, 2021.

PEREIRA, Dulce. **Crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006. Disponível em: <http://www.historiadalingua.com.br>. Acesso em: 01 abr. 2023.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: completo e essencial para vida universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Cristiane Pereira. **Mulheres Pescadoras: os significados do Trabalho de Pesca do Camarão na Comunidade da Salvação – Alenquer – PA**. Manaus: UFAM, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SANTARÉM (PA). Prefeitura. **Município de Santarém**. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, 2017. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

SANTOS, Fabiana, S; SANTOS, Thais S. **Linguística formal e linguística do discurso: continuidades e rupturas teóricas**. Rio de Janeiro: Linguística Rio, vol.2, n.2, abril de 2016. Disponível em: <http://www.linguisticario.letras.ufrj.br>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

SANTOS, Marcos. **A Amazônia em imagens: conheça a cidade de Alenquer, no Pará**. Manaus. 1 fotografia. 500 x 375 pixels: Portal Amazônia, 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com>. Acesso em 9 de maio de 2023.

SAPIR, Edward. **Language, an introduction to the study of speech**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1921.

SCHERRE, M. M. P.; NARRO, Antony J. **Garimpendo as origens estruturais do português brasileiro**. Texto da palestra proferida no Congresso Internacional – 500 anos da língua portuguesa no Brasil. Évora, Portugal: Universidade de Évora, 2000.

SILVA, M. J. G.; FRANÇA, J. M. E. S de. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português no ensino fundamental**. Crato: Miguilim – Revista Eletrônica do Netli, 2018. Disponível em: <https://revistacariri.com.br>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica: ouvir oinaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SOUSA, L. B. de. BARROSO, M. G. T. **Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a Enfermagem**. Rio de Janeiro: UFRJ. Esc. Anna Nery. Rev. Enferm., 2008

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Pedro Emerson Gazel. **Validação de resultados de pesquisa em áreas de várzea do Baixo Amazonas para culturas de fibras e grãos alimentares**. Belém: UFRA. Serviço de Documentação e Informação, 2003.

TRINDADE, Célia Fernandes Cruz. **O som da fala dos pescadores de Cameté**. *Dissertação*. Florianópolis: UFSC, 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em 05 de maio de 2022.

VILLALVA, Alina. **Morfologia do Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

Parecer substanciado do CEP – Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS FALARES NATIVOS DOS MORADORES DO PARANÁ DO JURUPARY-PUCU/ COMUNIDADE SALVAÇÃO EM ALENQUER - PA: SEU CONTEXTO HISTÓRICO E IMPLICAÇÕES SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA REGIONAL

Pesquisador: CLEDISON SOUSA PINTO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67727923.1.0000.0171

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.113.931

Apresentação do Projeto:

Este trabalho buscará estudar e conhecer os falares nativos dos moradores do Paraná do Jurupary – Pucu/ Comunidade Salvação em Alenquer - PA, ele será norteado a partir da intervenção participante, da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, em observações a serem realizadas in loco na Comunidade em questão.

Objetiva-se através desta pesquisa conhecer a historicidade e a contextualização que envolve os falares nativos dos habitantes do local, onde se investigará o contexto histórico/ linguístico do surgimento do linguajar peculiar nativo, através de entrevistas individuais com os moradores do local e da zona urbana do Município, culminando com a elaboração dos resultados da pesquisa. A coleta de dados realizar-se-á nas condições naturais em que os fenômenos ocorrerão, onde serão observados (05 pessoas nativas com idade superior a 60 anos, 05 moradores com idades entre 40 e 50 anos e 05 moradores com idade entre 30 e 18 anos).

Nesse sentido, a forma a ser utilizada será a observação direta, que segundo Lüdke (1986) “permite que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos”. Assim, a medida em que um observador acompanha as experiências diárias dos observados, pode tentar apreender a sua visão de mundo, o significado atribuído à realidade que os cerca e às suas próprias ações,

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 6.113.931

como também, descobrir aspectos novos de um problema.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Conhecer a historicidade e a contextualização que envolve os falares nativos dos habitantes do Paraná do Jurupary-Pucu/ Comunidade Salvação em Alenquer - PA.

Objetivos específicos

Descobrir a complexidade e os problemas sociais relacionados ao modo de falar dos moradores nativos do Paraná do Jurupary-Pucu/ Comunidade Salvação em Alenquer – PA;

Expor o linguajar, suas expressões e os principais fatores que contribuíram para a origem do falar tradicional dos habitantes nativos do Paraná do Jurupary-Pucu/ Comunidade Salvação em Alenquer – PA;

Identificar quais foram às influências linguísticas que contribuíram para a formação tradicional do falar nativo do Paraná do Jurupary-Pucu/ Comunidade Salvação em Alenquer – PA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Benefícios

A pesquisa mostrará como benefício a desmistificação dos falares nativos dos moradores da localidade, uma vez que a própria comunidade desconhece as origens de seus sotaques e de seus costumes linguísticos de forma científica. Também, se revelará aos moradores e ao público em geral as mudanças e as características linguísticas originais embasadas pelo conhecimento científico linguístico através da ampla difusão desse trabalho através de sua publicação em formato: Dissertação de Mestrado, Artigo científico e Livro eletrônico.

Riscos da pesquisa

Um dos riscos da pesquisa é a possibilidade de má interpretação dos dados coletados, que será minimizado pela análise dos dados realizada pelos pesquisadores de forma criteriosa e cuidadosa. Há ainda o risco do incomodo do participante da pesquisa/nativo quanto ao relato ou exposição de seu cotidiano e suas emoções, que será minimizado com a sua participação de forma privada em local reservado, tendo contato somente com os pesquisadores.

O risco da exposição da identidade do participante será minimizado/evitado com o uso de pseudônimo. Outro risco a ser evitado é o uso de palavras de difícil compreensão por parte do

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255

UF: PA **Município:** SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 6.113.931

entrevistado, por tratar-se de uma população ribeirinha, onde a maioria dos nativos é de origem humilde e com baixa escolaridade.

O risco da divulgação dos áudios, vídeos e fotografias que venham a identificar os participantes da pesquisa será minimizado, pelo fato de esses meios tecnológicos fazerem parte apenas do armazenamento do material coletado, vindo a ser descartado posteriormente pelo pesquisador, após a confecção da parte escrita do trabalho, para a proteção dos dados e da integridade e privacidade dos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta importante relevância social e científica e foi embasada em referência pertinente ao tema. A participação de seres humanos na pesquisa se dará a partir da observação por parte do pesquisador e de perguntas que serão feitas durante o processo de observação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos:

folha de rosto devidamente assinada, projeto completo, TCLE, anuência da comunidade e declaração de não iniciação da pesquisa. Todos os termos estavam em conformidade com as exigências do sistema cep/cpnep

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As alterações solicitadas, a saber o esclarecimento a respeito do uso de imagem e a consideração desse uso nos riscos do projeto foram realizadas. A presente versão segue aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2054165.pdf	18/05/2023 19:33:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_UFOPA.pdf	18/05/2023 19:33:10	CLEDISON SOUSA PINTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	18/05/2023 19:32:17	CLEDISON SOUSA PINTO	Aceito
Declaração de	Declaracao_de_nao_iniciacao_da_pes	07/03/2023	CLEDISON SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer: 6.113.931

Pesquisadores	quisa.pdf	11:17:42	PINTO	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	17/02/2023 13:55:01	CLEDISON SOUSA PINTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	17/02/2023 13:53:08	CLEDISON SOUSA PINTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado


Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 13 de Junho de 2023

**Assinado por:
Flavia Garcez da Silva
(Coordenador(a))**

Recebido em 14 de junho de 2023


 Cledison Sousa Pinto

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53	
Bairro: Salé	CEP: 68.040-255
UF: PA	Município: SANTAREM
Telefone: (93)2101-4966	E-mail: cep@ufopa.edu.br

APÊNDICE 2

Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/05/2024 | Edição: 103 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.874, DE 28 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas com seres humanos por instituições públicas ou privadas e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - acesso direto: permissão que agente ou instituição autorizados nos termos desta Lei têm para examinar, analisar, verificar e reproduzir registros e relatórios de pesquisa, mediante o compromisso de respeito ao sigilo e à confidencialidade dos dados a que tiverem acesso;

II - assentimento: anuência da criança, do adolescente ou do indivíduo legalmente incapaz em participar voluntariamente da pesquisa, após ter sido informado e esclarecido sobre todos os aspectos relevantes de sua participação, na medida de sua capacidade de compreensão e de acordo com suas singularidades, sem prejuízo do necessário consentimento dos responsáveis legais;

III - auditoria: exame sistemático e independente das atividades e dos documentos relacionados à pesquisa, para determinar se foram realizados e se os dados foram registrados, analisados e precisamente relatados de acordo com o protocolo da pesquisa, com os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com as boas práticas e com as demais exigências previstas em regulamento;

IV - autoridade sanitária: entidade que detém a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

V - biobanco: coleção organizada, sem fins comerciais, de material biológico humano e de informações associadas, coletados e armazenados para fins de pesquisa, conforme regulamento ou normas técnicas, éticas e operacionais predefinidas, sob responsabilidade e gerenciamento de instituição pública ou privada;

VI - biorrepositório: coleção organizada, sem fins comerciais, de material biológico humano e de informações associadas, coletados e armazenados para fins de projeto de pesquisa específico, conforme regulamento ou normas técnicas, éticas e operacionais predefinidas, sob responsabilidade de instituição pública ou privada e gerenciamento do pesquisador;

VII - Boas Práticas Clínicas (BPCs): padrão definido em regulamento, conforme normas e melhores práticas internacionais, para planejamento, condução, realização, monitoramento, auditoria, registro, análise e relato da pesquisa, com vistas a assegurar a credibilidade e a validade dos dados e dos resultados, bem como a proteção dos direitos, da integridade e do sigilo da identidade dos participantes da pesquisa;

VIII - brochura do pesquisador ou investigador: compilação de dados clínicos e não clínicos relativos ao produto sob investigação relevantes para o acompanhamento clínico dos participantes durante a condução da pesquisa;

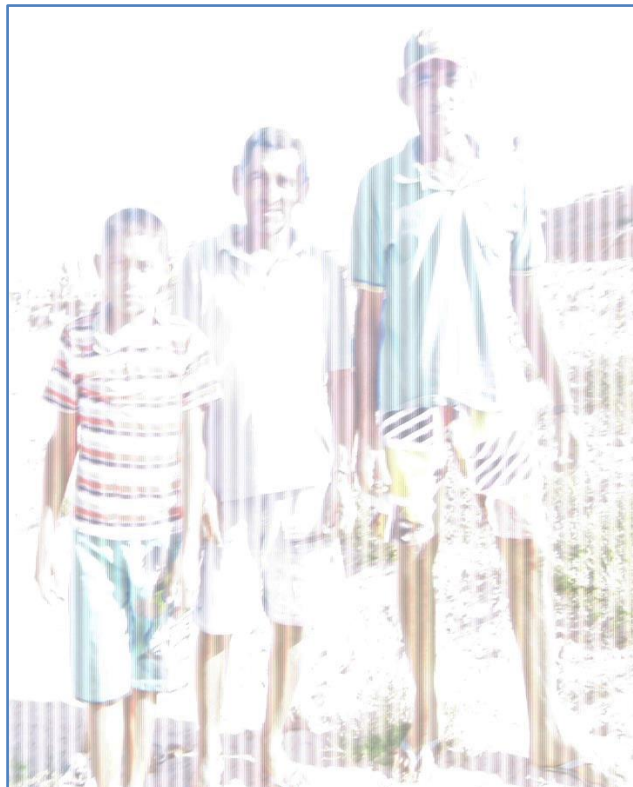
ANEXOS

ANEXO 1

Sebastiana Mota Pinto e Liriolina Pinto – Nativas do Paraná do Jurupary - Puku



Juca Pinto e Marcininho Pinto – Nativos do Paraná do Jurupary - Puku



ANEXO 2**Sebastiana Mota Pinto e Alípio Mota – Nativos do Paraná do Jurupary - Puku****Francisquinho Pinto e família – Nativos do Paraná do Jurupary - Puku**

ANEXO 3**Valdomiro Pinto e Gabriel Pinto – Nativos do Paraná do Jurupary – Puku**

ANEXO 4

Pesquisador – Paraná do Jurupary – Puku



Comandante Jairo Dantas – Paraná do Jurupary – Puku

